

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

EMESON TAVARES DA SILVA

“ATRÁS DOS NOSSOS DIREITOS, PORQUE ESSE POVO QUER DESTRUIR A GENTE”:
Memórias, Trajetórias e Lutas dos atingidos por Barragens no Agreste Paraibano

Marechal Cândido Rondon-PR

Fevereiro/2012

EMESON TAVARES DA SILVA

“ATRÁS DOS NOSSOS DIREITOS, PORQUE ESSE POVO QUER DESTRUIR A GENTE”:
Memórias, Trajetórias e Lutas dos atingidos por Barragens no Agreste Paraibano

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais sob a orientação do professor Dr. Rinaldo José Varussa como requisito para o título de Mestre em História.

Marechal Cândido Rondon-PR

Fevereiro/2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S586a	Silva, Emeson Tavares da Atrás dos nossos direitos, porque esse povo quer destruir a gente: memórias, trajetórias e lutas dos atingidos por barragens no Agreste Paraibano / Emeson Tavares da Silva. - Marechal Cândido Rondon, 2012. 152 p. Orientador: Prof. Dr. Rinaldo José Varussa Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2012. 1. Agreste paraibano - Atingidos por barragens. 2. Acauã. 3. Atingidos por barragens - Memórias. 4. Lutas de classe. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título. CDD 22.ed. 305.56 302 CIP-NBR 12899
-------	---

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História - Nível Mestrado

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC, nº 524, de 29/04/2008, publicada no DOU de 30/04/2008.

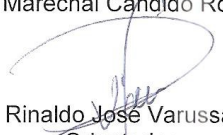


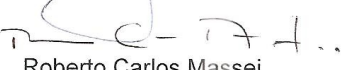
Estado do Paraná

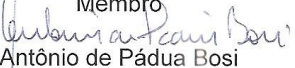
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

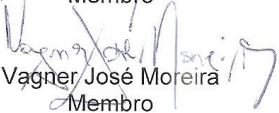
Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2012, às 09:00 horas, na sala de aula da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon – UNIOESTE, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado em História constituída pelos professores Dr Rinaldo José Varussa (Orientador) (UNIOESTE), Dr. Roberto Carlos Massei (UENP), Dr. Antônio de Pádua Bosi (UNIOESTE) e Dr. Vagner José Moreira (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho *“Atrás dos nossos direitos, porque esse povo quer destruir a gente”: memórias, trajetórias e lutas dos atingidos por barragens no Agreste Paraibano*”, apresentado pelo pós-graduando **Emeson Tavares da Silva** para a obtenção do título de “Mestre em História” do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho aprovado. Nada mais havendo a constar, eu Rinaldo José Varussa, orientador do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pelo pós-graduando avaliado.

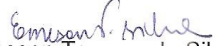
Marechal Cândido Rondon, 29 de fevereiro de 2012.


Rinaldo José Varussa
Orientador


Roberto Carlos Massei
Membro


Antônio de Pádua Bosi
Membro


Vagner José Moreira
Membro


Emeson Tavares da Silva
pós-graduando

Marechal Cândido Rondon, 29 de fevereiro de 2012.

Dedico

Aos meus pais Maria Cristina e Edmilson,
razão de minha existência.

Agradecimentos

Registrar aqui alguns agradecimentos é correr o risco de esquecer alguém, o que de certo não é proposital, agradeço a todas as pessoas que direto ou indiretamente me influenciaram na apreensão epistemológica da realidade que nesse momento me propus a estudar. A todos os meus sinceros agradecimentos.

A aprovação no mestrado para mim foi um presente de Deus em um momento em que eu sonhei pouco, ousei e desejei demais. Creio que o desejo superou os obstáculos para que eu chegasse até aqui. Obrigado Senhor!

Algumas pessoas nos conhecem pelas palavras que escrevemos e resolvem acreditar e sonhar conosco, passam a nos incentivar a ser melhores, nos orienta. Ao Rinaldo Varussa por toda sua atenção, compreensão e dedicação que teve durante todo o processo desse trabalho. Meu muito obrigado. Serei eternamente grato.

Revendo nossa história, lembramos de pessoas que encontramos noutros contextos e noutros momentos de nossa vida e que certamente influenciam em escolhas que tomaremos; elas de certa forma nos emprestam a alma, o coração, os olhos... e passamos a ver o mundo com a beleza e o encanto desses momentos memoráveis. Simone minha amiga, minha parceira, minha amante, minha confidente..., nunca na história desse país esquecerei de você. Patrícia, minha eterna orientadora, que numa relação dialética fomos construindo uma relação de afeto que muito me faz bem. A Márcia, Francisco e Ana Paula pela amizade, incentivo e confiança de sempre.

Meu envolvimento no processo de construção inicial desse trabalho infelizmente me afastou de pessoas que eu amo. Essas pessoas são a razão do meu viver, tudo o que eu sou devo a vocês, meu pai e minha mãe que mesmo sem entender muito nunca questionaram e nem desestimularam minhas buscas. Acho que isso que é amar, permitir que o outro voe, literalmente, ao desconhecido.

Aos meus irmãos e irmãs, realmente tínhamos de pertencer a mesma família. Vocês e seus agregados estão no meu coração.

A todos os meus familiares, pelo afeto, admiração e respeito que sempre tiveram a mim.

Ao professor Antônio Bosi pelas contribuições intelectuais e desafios que sempre me apontou. Tenho certeza que em partes do texto é possível ver seu grito, se errei em algumas

interpretações a culpa foi sua.

A professora Sheille Soares pelo carinho, atenção, dedicação e respeito que sempre me teve. Desculpa pelos contratempos.

Ao professor Vagner Moreira e ao professor Roberto Massei por aceitarem participar de minha banca de qualificação e defesa. Obrigado pelas brilhantes sugestões que me deram, espero ter seguido algumas.

Aos professores Gilberto Calil e Carla Silva pelas sugestões e conhecimento que me passaram ao longo das disciplinas.

Ao professor e grande amigo que fiz Robson Laverdi. Obrigado pelo carinho, pela confiança e pelas sabias palavras que sempre me deu.

Também no percurso fui encontrando pessoas pelas quais fui me afinando e fomos compartilhando as dificuldades e alegrias que perpassavam nossas histórias. Aos meus colegas de mestrado, em especial, a Simone, a Cátia, ao Daniel e a Senaide, obrigado por tudo. Tenho certeza que a hegemonia nesse caso foi relativa.

A secretária do PPGH, Iraci Urnau. Sempre tão parceira. Obrigado!

Ao Germano Barbosa que se dispôs e colaborou nesta pesquisa.

Ao professor Fernando Garcia de Oliveira.

Aos militantes do MAB-PB, Osvaldo, Abel e Fátima.

Aos homens e mulheres que se dispuseram e se doaram a esta pesquisa, os atingidos e atingidas de Acauã. Meu muito obrigado, serei eternamente grato.

A CAPES pela bolsa integral durante o mestrado.

O curso de um rio, seu discurso-rio, chega raramente a se reatar de vez; um rio precisa de muito fio de água para refazer o fio antigo que o fez. Salvo a grandiloquência de uma cheia lhe impondo interina outra linguagem, um rio precisa de muita água em fios para que todos os poços se enfrasem: se reatando, de um para outro poço, em frases curtas, então frases e frases, até a sentença-rio do discurso único em que se tem voz seca ele combate.

João Cabral de Melo Neto



Rio Paraíba, 2011

RESUMO

A época em que vivemos apresenta uma série de desafios e “novidades”, que se impõem ao nosso cotidiano e atravessam os modos de ser, de produzir e (re)produzir nossa existência. A mim foi ensinado que vivemos numa “aldeia global”, onde tudo e todos estão interligados. Tudo acontece e posso acompanhar em “tempo real”: as guerras, as catástrofes, os crimes, a violência urbana; as vitórias, as derrotas; o que é crônico e banal, as exceções que são apregoadas como regra; as agruras e amores de pessoas comuns confinadas em um paraíso ecológico ou dentro de uma casa. É a vida sem causa e sem consequência. Tudo é porque é. No Brasil é visível a ideia de desconstrução, é momento de “modernidade”, de “progresso”, de “isenção do país no primeiro mundo”. Assim impulsionado por esses princípios o governo do Estado da Paraíba se apropriou do pretexto sedutor de suprir as necessidades de abastecimento de água da cidade de Campina Grande e dos municípios de Itatuba, Aroeiras, Ingá, Mogeiro, Itabaiana, Salgado de São Félix, Juripiranga, Pilar, São Miguel de Taipu e Fagundes, ambos localizados na microrregião do Agreste paraibano, que pareceria beneficiar, assim, mais de 134 mil pessoas e constrói a Acauã. Entretanto essa construção não trouxe tal progresso, pelo contrario prejudicou ainda mais as populações ribeirinhas. Assim, essa dissertação se propôs a discutir as memórias, as trajetórias de vida e lutas dos atingidos por essa barragem, vivenciadas concretamente, dialetizada, proporcionadas pelo deslocamento compulsório no advento da construção da Barragem de Acauã. A fim de atingir o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas com os reassentados, com base na metodologia de história oral. O trabalho aponta que as indenizações feitas às famílias atingidas, em muitos casos não foram suficientes para que as mesmas pudessem retomar e reestruturar suas vidas em um novo território, diante da mudança imposta pela construção da barragem e que o deslocamento desestruturou o padrão de organização social da população envolvida. A base teorica-conceitual desse trabalho é construída com base nas ideias e inquietações de E.P.Thompson, a partir dos conceitos de cultura, experiência, pois parto da ideia que a experiência de ser atingido pela Barragem de Acauã provocou e alimentou a reflexão, criando condições para a oxigenação do racionalizado, do estruturado, alimentando a formação do movimento dos atingidos por barragens que nasce do dialogo entre razão e realidade, do tratamento dado a esse diálogo, a essa experiência, na consciência. A luta desses trabalhadores por condições melhores de moradia e de vida possibilita historiar o processo de formação de classe trabalhadora no momento presente, mostrando que no atual contexto paraibano há essa experiência de luta revendo a produção historiográfica local que não considera o Estado da Paraíba, nesse atual momento vivido, como ambientes de luta pela terra articuladas e mobilizadas pelos trabalhadores.

Palavras-Chave: Memória, Lutas, Atingidos por barragens, Barragem de Acauã, Agreste Paraibano.

RESUMEN

Los tiempos en que vivimos tiene una serie de retos y de las "noticias" que inciden en nuestra vida diaria y pasar por los modos de ser, de producir y (re) producción de nuestra existencia. A mí me enseñaron que vivimos en una "aldea global", donde se interconecta a todo ya todos. Todo pasa y me puede controlar en "tiempo real": las guerras, los desastres, la delincuencia, la violencia urbana, las victorias, derrotas, que es crónica y banal, las excepciones que se promociona como una regla, las dificultades y los amores de la gente común confinado en un paraíso ecológico, o dentro de una casa. Es la vida sin causa y consecuencia. Todo es tal como es. En Brasil es visible a la idea de la deconstrucción, es el momento de la "modernidad" del "progreso" de la "exención del primer país del mundo". Así que gracias a estos principios el gobierno del Estado de Paraíba se apropió de la apariencia seductora de abastecer las necesidades de abastecimiento de agua en la ciudad de Campina Grande y la Itatuba municipios, Aroeiras, Inga, Mogeiro, Itabaiana, Salgado de São Félix, Juripiranga, Pilar, São Miguel de Taipu y Fagundes, ambas ubicadas en la microregión del Agreste de Paraíba, que parecen beneficiarse, así, más de 134 000 personas y construye Acauã. Pero esta construcción no ha traído progreso, por el contrario las comunidades costeras más dañadas. Por lo tanto, esta tesis tuvo como objetivo discutir los recuerdos, los caminos de la vida y las luchas de los afectados por esta presa, con experiencia concreta, dialetizada, ofrecido por el advenimiento del desplazamiento obligatorio de la construcción de represas Acauã. Con el fin de lograr este propósito, se realizaron entrevistas con los desplazados, basado en la metodología de historia oral. El documento señala que los daños ocasionados a las familias afectadas, en muchos casos no fueron suficientes para que puedan reanudar sus vidas y la reestructuración en un nuevo territorio en términos de los cambios impuestos por la construcción de la presa y el desplazamiento interrumpe el patrón de organización social la población involucrada. La base teórica y conceptual de este trabajo se basa en las ideas y preocupaciones de E.P.Thompson, los conceptos de la cultura, la experiencia, para la entrega de la idea de que la experiencia de ser golpeado por la presa Acauã provocado y alimentado el debate mediante la creación de condiciones para la oxigenación de la aerodinámica, la estructura, consolidando la formación de la circulación de las personas afectadas por las represas que nacen del diálogo entre la razón y la realidad, el tratamiento de este diálogo, este experimento en la conciencia. La lucha de los trabajadores por mejores condiciones de vivienda y la crónica viva permite que el proceso de formación de la clase obrera en la actualidad, mostrando que en el actual contexto de Paraíba es la experiencia de la lucha de revisión de instalaciones de producción histórico que no tiene en cuenta el estado de Paraíba, en la hora actual vive, como la lucha por el medio ambiente terrestre articulada y movilizadora por los trabajadores.

Palabras-clave: Memoria, Lucha, Afectados por Represas, la represa Acauã, Agreste de Paraíba.

SUMÁRIO

Lista de Siglas _____	06
Lista de Figuras e Mapas _____	07
Diálogos Iniciais:	
Quando eu consegui pensar sobre e como..._____	16
1. “Rudiano” Acauã:	
O presente vivido e interpretado pelos atingidos. _____	32
2. “Era como se vivêssemos num oásis”:	
Memórias de vidas antes de Acauã. _____	71
3. A ação de cada um determina as reações:	
A organização do movimento dos atingidos pela barragem de Acauã. _____	101
4. Na guisa de algumas considerações _____	135
5. Fontes	
Fontes Orais _____	140
Fontes Impressas _____	142
Fontes Audiovisuais _____	144
Documentos Oficiais _____	144
6. Referencias Bibliográficas _____	146
7. Anexos	

Lista de Siglas

AABA - Associação dos Atingidos pela Barragem de Acauã
AESAs- Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba
ANA – Agência Nacional das Águas
BNB – Banco do Nordeste
CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CECDDPH – Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CENTRAC - Centro de Ação Cultural
CPTEC – Centro de Prevenção de Tempo e Estudos Climáticos
CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
DENOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOLD/CIGB - Comissão Internacional de Grandes Barragens
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA – Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba
IPPUR – Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
MAB - Movimentos dos Atingidos por Barragens
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA - Ministério de Minas e Energia
MMC – Ministério do Meio Ambiente
MPF - Ministério Público Federal
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
SEMARH - Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário
UHE - Usina Hidrelétrica de Energia
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Lista de Figuras e Mapas

- FIG.01 Imagem de satélite da Barragem de Acauã.
- FIG.02 Rio Paraíba a jusante da Barragem de Acauã
- FIG.03 Estrutura de barramento e sangradouro da Barragem de Acauã
- FIG.04 Estrutura de barramento e sangradouro da Barragem de Acauã
- FIG.05 Vista mostrando o reassentamento, as casas de Melancia
- FIG 06 Vista de uma rua e as condições de moradia em Nova Vila de Pedro Velho
- FIG 07 Fachada de uma das casas de Vila Nova de Pedro Velho com os “retoques” feitos na lateral
- FIG 08 As placas e a construção das moradias em Vila Nova de Pedro Velho
- FIG 09 Desenho da Planta das Casas
- FIG 10 Imagens do antigo cemitério que foi submerso com as águas de Acauã em Pedro Velho, no momento em que as comportas da Barragem de Acauã estavam abertas e em período de estiagem
- FIG 11 Imagem de pessoas caminhando pelo rio Paraíba em período de estiagem. Década de 1970
- FIG 12 Vista da Mercearia de Seu Nino, Década de 1980
- FIG 13 Vista da Estrada que dava acesso a Itabaiana. Saída de Pedro Velho
- FIG 14 Imagem de plantio de tomates. Abel, ex-militante do MAB, seus tios, um irmão e dois sobrinhos.
- FIG 15 Imagem das casas na comunidade de Pedro Velho sendo inundadas.
- FIG 16 Imagem de uma rua e as casas na antiga comunidade de Pedro Velho. Década de 1990
- FIG 17 Foto Pedra do Cruzeiro, década 1970
- FIG 18 Foto do Grupo Escolar Municipal sendo demolido no momento a chegada das águas de Acauã
- FIG 19 Pedro Velho inundada. Foto gentilmente cedida por Osvaldo Bernardo
- Quadro 1: Resumo das dificuldades das agrovilas da Barragem de Acauã, Paraíba, 2004.
- Quadro2: Indicações da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana frente aos direitos fundamentais individuais e coletivos afetados nas comunidades atingidas pela Barragem de Acauã.

MAPA 01 Agreste Paraibano e a localização da barragem de Acauã

MAPA 02 Localização da Barragem de Acauã

Diálogos Iniciais:

Quando eu consegui pensar sobre e como...

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão ‘utopista’ e até os seguidores enganados de Joanna Southcott, da enorme condescendência da posteridade. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não. (THOMPSON, 1987:9)

Mesmo não concordando, em grande medida, com o sentido que a palavra resgatar oferece, uma vez que não considero o trabalho do historiador como ferramenta de resgate, nem tampouco as memórias aqui tratadas estavam perdidas e nem sou salva-vidas para resgatar pessoas afogadas, a citação é salutar para podemos compreender o processo pelo qual me propus a estudar. Ao tratar de sujeitos, homens e mulheres, projetos de vidas, experiências concretas vivenciadas por aqueles e aquelas que sofreram uma aguda perturbação social e que estão sendo condenadas a viverem eternamente na situação por hora vivida.

Assim, perambularei entre a vida e a morte, o passado e o presente, falarei de ausências, de perdas, de exclusões. Inquietações que entram em erupção todas as vezes que escavamos os terrenos movediços da História, o que nos aproxima do trabalho de um coveiro que diariamente escava as crateras onde mais tarde se celebrará a morte.

Escrever sobre as experiências daqueles que fizeram e fazem a história de um lugar é, por certo, acreditar no direito que todos têm de ter sua história, por vezes, silenciada em certas narrativas - “guardada” na experiência íntima. E quando me refiro aqui a “direitos” me utilizo de Khoury apud Arantes(2000):

as lutas vão além das usuais questões de classe e da busca da possibilidade de informar-se, institui-se ou expressar-se a partir de lugares sociais reconhecidos e implicitamente postulados como fixos ou de compartilhar um conjunto bem delimitado de direitos; elas incluem, necessariamente o direito de construir e reordenar diferenças, identidades, identificações e o direito a mudar, ou rejeitar ou reinventar tradições.(KHOURY, 2000;119)

Assim tentando construir e reordenar trata-se, no mínimo, enquanto historiador, de uma tentativa como aponta Hobsbawm(2010) de analisar o “sentido do passado” na

sociedade e localizar suas mudanças e transformações.

A história que busquei fazer aqui se inscreve nesta perspectiva. Busco analisar parte da história dos atingidos de Acauã, que desde o ano de 1999 convivem com transformações que modificam não somente as estruturas físicas das comunidades que hoje vivem, mas também o viver dessas pessoas.

Não delimitei especificamente um marco cronológico de investigação, embora tendo demarcado os anos de 1999, 2002 e 2011 não farei deste camisa de forças pois se assim fizesse me impediria de movimentar-se na areia movediça. Recuo ao ano de 1999 para poder entender o processo que antecedeu a construção da barragem, demarco 2002 como momento do deslocamento dos atingidos e o ano de 2011 como o período atual de investigação.

Esta pesquisa visa realizar uma leitura dos significados da construção da barragem de Acauã, que de forma incerta e, por vezes, violenta, a população atingida vivenciou o momento da mudança, entendendo *a priori*, que tal mudança foi provocada pela chegada da técnica, do “progresso” e da redenção para a solução de falta de água no agreste paraibano.

A conclusão da barragem de Acauã no Agreste paraibano, em 2002 como aponta Oliveira (2002) fez desaparecer inúmeras paisagens, lugares onde estavam depositados anos de história, cuja destruição significou para seus moradores a ameaça a seus referenciais, ou até mesmo a ruptura desses referenciais.

Para os atingidos, o significado do projeto Acauã é forte. Acauã não representa apenas a solução para a falta de água na região, como também sua construção é questionada por esses sujeitos que perderam espaços e paisagens, e por certo, vivenciaram as transformações.

As barragens são construídas com o propósito de gerar energia, fornecer água, regular as cheias e promover a irrigação.

No entanto, qualquer obra de engenharia desconfigura a estrutura de um lugar, alterando as condições ambientais e causando graves impactos a natureza, como inundação de lavouras, jazidas minerais, sítios arqueológicos e povoados inteiros, destruindo o habitat da fauna e flora, afetando as águas subterrâneas, a qualidade da água do rio e o micro clima.

De acordo com Vainer e Araújo (1990) no Brasil, na década de 1970, foi intensificado o modelo de geração de energia a partir de grandes barragens. Estas obras desalojaram milhares de pessoas que perderam suas terras, suas casas, sua estrutura social e seu trabalho.

A barragem abordada neste estudo não foi construída com o intuito de gerar energia,

mas como reservatório de armazenamento de água destinada a suprir uma carência desse recurso na região e, de acordo com a ICOLD (Comissão Internacional de grandes Barragens)¹, Acauã encontra-se enquadrada na categoria das barragens de grande porte, levando-se em conta que estão classificadas nesta faixa, toda barragem cujo reservatório tenha capacidade superior a 3 milhões de m³ de água.

Ao apontar esse dado em torno das barragens é colocado o ponto de vista de como a população desenvolve e gerencia seus recursos hídricos² em um contexto mais amplo de opções de desenvolvimento. Em meio às controvérsias e contradições envolvidas na construção da Barragem de Acauã é importante analisar porque esta barragem foi construída e o que está por trás da demanda que justificou a construção da mesma.

É notório que os recursos naturais, em especial os recursos hídricos, estejam sujeitos a demandas crescentes e competitivas, impulsionadas pelo crescimento da população e pelos interesses do capital.

Antonio Augusto Rossoto Iores (2006) lembra que essa discussão não deve restringir-se a processos hidrológicos ou institucionais, sem estabelecer uma relação direta e clara entre exploração econômica do meio ambiente e exploração político-econômica da sociedade. Assim, desse ponto de vista a degradação ambiental é resultante das exigências do desenvolvimento e consistem na degradação social causada pela exploração da população.

Ao longo da história, a Região Nordeste tem sido tratada como uma questão a ser resolvida– a questão Nordeste –, ganhando o estigma de “região problema”, já que guarda em seu conjunto os piores índices de desenvolvimento econômico e social do país. Ao lado disso, a região possui características naturais singulares no Brasil, tendo em boa parte de seu

1A Comissão Internacional de Grandes Barragens é uma organização formada para troca de conhecimentos sobre todos os aspectos relacionados com barragens. A Comissão Internacional de Grandes Barragens grupos Comitês Nacionais, que são organizadas em países que desejam se tornar membro. A Comissão é dirigida por: A Reunião Executiva, composta por representantes de todos os países-membros e da Diretoria da Comissão. A reunião é realizada durante a Reunião Anual. Qualquer país pode constituir uma Comissão Nacional composta por pessoas preocupadas com as questões de barragens. A Reunião Executiva está a cargo de resolver todas as questões relativas à organização e orientação de estudos, investigações e experiências, a administração de todos os fundos e propriedades, o funcionamento do Escritório Central e de qualquer outro negócio relevantes da Comissão, que deverá aprovar o orçamento das receitas e despesas, nomear e organizar todas as comissões, e eleger novos países membros. A Mesa da Comissão constituída pela Presidente, seis vice-presidentes, o Secretário-Geral e Tesoureiro. Diretores são eleitos pela Comissão sobre um mandato de três anos não renovável, exceto para Secretário-Geral e Tesoureiro. O Escritório Central com sede em Paris lida com as questões econômicas da Comissão. As Comissões Técnicas e Comissões Especiais de Administração são nomeadas pelo Escritório Central. As línguas oficiais são o francês eo Inglês. Mais informações em: <http://www.icold-cigb.net/>

2Nesse trabalho o uso do conceito recursos hídricos é pensando enquanto todo um conjunto de reservatórios, rios e lagos, que possuem água própria para o consumo humano.

território a ocorrência do clima semi-árido. Característica natural deste clima, a seca compõe o principal elemento do imaginário regional veiculado e difundido nacionalmente através dos meios de comunicação e da bibliografia acadêmica.

Nestes trabalhos, além da ligação forte entre a sociedade e a natureza, na maior parte deles, a natureza é trabalhada discursivamente como a causa principal do atraso regional. A seca, bem como a escassez de água, é apontada, com frequência, como as grandes responsáveis pela miséria que atinge a região. No estado da Paraíba localiza-se a cidade considerada, nos últimos 4 anos, pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo Federal a de menor índice pluviométrico do país. Cabaceiras, localizada na microrregião denominada Cariri Paraibano, na região de semi-árido do Agreste, apresenta 279 mm/ano características bem próximas das cidades de Aroeiras, Natuba e Itatuba, onde está localizada a barragem de Acauã.

Assim, nesse contexto, a Barragem de Acauã foi construída. O governo do Estado, como apontou o jornalista Germano Barbosa³ em uma entrevista realizada em 04 de Maio de 2011 na cidade de João Pessoa, se apropriou do pretexto sedutor de suprir as necessidades de abastecimento de água da cidade de Campina Grande e dos municípios de Itatuba, Aroeiras, Ingá, Mogeiro, Itabaiana, Salgado de São Félix, Juripiranga, Pilar, São Miguel de Taipu e Fagundes, ambos localizados na microrregião do Agreste paraibano, que pareceria beneficiar, assim, mais de 134 mil pessoas. Como objetivos secundários, tinha-se a implementação da atividade de irrigação do Baixo Vale do Paraíba, a criação de um pólo pesqueiro e a contenção de enchentes de cidades a montante da barragem⁴.

Entretanto é preciso pensar essas informações em um contexto maior. A destruição da natureza e do meio ambiente, através do uso da água, associada à exploração da força humana de trabalho, que resulta da exclusão social, reiteradas vezes serviu aos interesses agroindústrias, como instrumento de acumulação de capital e de poder político (IORES,2006).

Dessa forma, a proposta desse trabalho é abordar o processo de deslocamento compulsório sofrido pela população atingida pela Barragem de Acauã, discutindo a partir das

³Germano Barbosa é ex-morador de Pedro Velho, comunidade submersa as águas de Acauã, tem 54 anos, jornalista de formação, atualmente é funcionário publico e mora em João Pessoa - PB

⁴Esses dados foram encontrados no relatório produzindo pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CECDDPH, em 2007

narrativas dos atingidos, as condições de vida enfrentadas após o deslocamento, as razões que levaram a construção da barragem, bem como o processo de luta que desencadeou na formação do movimento dos atingidos pela barragem de Acauã, assim como a atuação desse movimento na atualidade.

Essa pesquisa foi gestada ainda no curso de graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba. Na ocasião, eu assistia ao filme “Narrador de Javé” dirigido por Eliane Caffé, produzido em 1999, no terceiro semestre do curso. O filme busca representar o drama de homens e mulheres do Vale do Javé.

Javé é um povoado do interior baiano, idealizado como um espaço urbano que foi condenado ao desaparecimento pela construção de uma hidrelétrica, cujas águas inundarão o lugar. Diante da ameaça concreta de inundação de suas terras e sem nenhuma documentação formal que comprove que elas pertencem aos moradores do Vale, surge então a necessidade de usar a escrita – até então rechaçada (rechaço evidenciado no filme pelo desprezo ao morador que escrevia), se apresentado como última chance de manter suas terras que foram ocupadas através de outras migrações, em tempos ancestrais. A população passa então a realizar um trabalho de memória, evocando lembranças, imaginando um passado épico, uma “história grande” do Vale de Javé, com heróis forjados e requisitados pelos homens – Indalécio – e pelas mulheres mais ousadas - a Maria Dina. E, nessa trama, que visa buscar as origens de Javé, aparecem múltiplos elementos da memória individual e coletiva, como por exemplo, a história dos gêmeos, presente nos mitos de origem dos povos indígenas brasileiros.

A relação entre história e memória é intensa e aparece em sua complexidade que dificulta colocar no papel, no “livro da salvação” as lembranças, as histórias contadas, “as idéias que estão na cabeça”. Aparecem no filme memória e história com suas peculiaridades: a história, filha de memória não pode com ela ser confundida e nem, tampouco há uma linearidade de produção da história como registro de lembrança dos fatos do passado. A memória, matéria prima da história é, como esta, produzida num campo de poder, evidenciados no filme por uma disputa para registrar lembranças de pessoas e famílias de maior prestígio.

Nesse mesmo período do curso, fui selecionado para integrar um projeto de Iniciação Científica que tinha como tema principal a educação do campo.

A princípio, o estudo era eminentemente teórico-bibliográfico, ou seja, sem trabalho

com fontes orais. Porém, poucos meses depois, desenvolvendo essa pesquisa, tive a oportunidade de visitar a Barragem de Acauã.

Até então, já tinha ouvido falar bastante da barragem.

Atento para os detalhes e a lembrança que tinha do filme “Narradores de Javé”, pensei então sobre o processo de educação que estava sendo desenvolvido nas comunidades atingidas por essa barragem. Em conversa com a então professora Patrícia Cristina Aragão, minha orientadora, decidimos fazer esse trabalho.

Projeto de Iniciação Científica pronto e acabado surgia então a inquietação e proposta de monografia. Como tinha feito algumas leituras referentes ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) optei à época por fazer um estudo eminentemente bibliográfico acerca da problemática das barragens no Brasil, bem como o advento do MAB, deixando, então, essa proposta de pesquisa para o mestrado.

No cenário paraibano a discussão em torno de barragens da Paraíba se concentra particularmente no âmbito das ciências naturais, dissertações e teses voltadas para as questões da água, seu abastecimento, usos e questões relacionadas a natureza dessas águas, no âmbito das análises biológicas e químicas ou, por vezes, voltadas as questões ambientais⁵.

Para mim esse fato foi determinante e em virtude do silêncio das ciências humanas e mais particularmente da História decidi por esta pesquisa.

Para adentrar ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, apresentei uma proposta de pesquisa focada nos militantes do MAB da Paraíba. A idéia era estudar o Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba. Nas primeiras conversas com meu orientador, ele sugeriu que delimitasse a discussão às experiências e às trajetórias dos atingidos pela Barragem de Acauã.

Memória e trajetória aqui são pensadas enquanto elementos da cultura em constante reflexão, que, em um processo contínuo, se (re)fazem. Nesse caso, pensar a memória da construção da barragem de Acauã é voltar-se a uma perspectiva mais ampla e perceber a memória dos atingidos como elementos que, imersos em um contexto de transformação,

⁵Alguns desses trabalhos merecem ser destacados aqui. Um deles é o de: BARBOSA, Normando Perazzo; MENDOÇA, Angelo Vieira; SANTOS, Augusto Guimarães; LIRA, Belarmino Barbosa. Barragem de Camará. João Pessoa, novembro de 2004. Disponível em <www.pbja.com.br/relatorio_final_ufrpb_barragem.pdf> Acesso em 19 de Agosto de 2009. E a tese de BARBOSA, José Ertham de Lucena. Dinâmica do fitoplacton e condicionantes limnológicos nas escalas de tempo (nictimeral/sazonal) e de espaço (horizontal/vertical) no açude Taperoá II: Tropico Semi-Arido Paraibano. 2002. 208f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais), Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.

estão num constante ir-e-vir no tempo e no espaço. Dessa forma, os sujeitos (re)elaboram suas memórias, inseridos e como agentes sociais que vivem a história e guardam a versão do que representou e representa em suas vidas a construção de Acauã.

Torna-se, dessa forma, imprescindível adentrar esse turbilhão de mudanças, que veio destruindo os resquícios da experiência de tantas pessoas e optar por outro olhar, que se alicerce em apreender e tornar visível a história compreendida como as “experiências de mulheres e homens que, mesmo sob determinadas condições”, vivenciaram um espaço, construíram sentidos e por vezes acreditaram na possibilidade de sua participação enquanto sujeitos de seu tempo (THOMPSON, 1991:54).

Para isso, tomo como princípio a compreensão de que as comunidades atingidas pelas águas de Acauã se constituem num espaço repleto de significados e que em um processo recíproco, há sempre muito delas em seus moradores e muito desses nas comunidades. É nesse espaço que homens e mulheres constroem suas experiências, seus laços afetivos e suas visões de mundo, significando e tornando-o um lugar de sobrevivência. Sobre isso se torna importante mencionar como estou pensando a idéia de experiência e para isso me aporro em Thompson(1981) quando ele trata a noção de “experiência” como o “termo ausente” na teoria marxista, como aquilo que se tornou uma armadilha para os que ficaram presos à uma trama do capital que quase o personifica e o que expulsa de suas análises “sob injúrias e com o nome de empirismo”. A contribuição de Thompson se dá quando ele procura articular os “conceitos de junção” às noções de “experiência” e de cultura:

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...)elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981:189)

Em síntese, para a minha investigação, Thompson (1981) contribui com a categoria da experiência, que é humana, entendida como processo em que um grupo de atingidos, homens e mulheres, procuraram agir como sujeitos em suas relações produtivas, afetivas, culturais e axiológicas, elaboradas racionalmente numa dinâmica de produção do ‘ser social’, constituindo-se de forma institucionalizada pelos “construtores da barragem”.

Essa experiência provocou e alimentou a reflexão, criando condições para a

oxigenação do racionalizado, do estruturado, por meio da alimentação do próprio movimento dos atingidos de Acauã que nasce do diálogo entre razão e realidade, do tratamento dado a esse diálogo, a essa experiência, na consciência. Devido às suas próprias condições concretas de institucionalização tornou-se uma experiência singular e mesmo de grupo localizada e não generalizável.

Ao me deparar diretamente a temática sobre atingidos por barragens e as discussões tecidas no âmbito das disciplinas cursadas durante o mestrado percebi que ela é amplamente discutida nos últimos anos nas diversas áreas. Para tanto, nesta pesquisa para este momento destaco três trabalhos.

O primeiro é o de Luís Guilherme Resende de Assis⁶, que problematiza os conceitos de impactos e atingidos para ele resultantes de disputas e decisões que ocorrem em locais onde os próprios atingidos ou impactados, como ele se refere, não participam.

O estudo é desenvolvido acerca da UHE Corumbá IV, em Goiás e demonstra que há algumas estratégias standardizadas, mas sutis de exclusão das populações que estão às margens da hidrelétrica, estampadas nas práticas dos atores que se relacionam no processo.

A exclusão, operada sistematicamente ou em face da invisibilidade mesma das demandas conduzem a um movimento em que os homens e mulheres que estão à margem, pelo autor chamados de “passivos socioculturais e econômicos”, são jogados para a “fase de operação” dos projetos de grande escala, naturalizando impactos e tornando ainda mais difícil seu dimensionamento.

Esse trabalho foi importante para mim, porque me fez pensar sobre o conceito de atingido. Para este autor esse conceito pretende-se a-histórico pelos proponentes das barragens porque é “produzido” a partir de um projeto hidrelétrico, seu licenciamento e pela simples extensão e homogeneização da atribuição dada a ele pelos movimentos sociais iniciados no sul do Brasil.

Assis (2007), reitera que ao desconectar o conceito de “atingido” de seu contexto de lutas que resultaram na organização das Comissões Regionais dos Atingidos por Barragens – CRABs e do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e religá-los ao licenciamento, os governos e os empresários privados retiram-lhe o nexu histórico, esvaziando-lhe a potencialidade para o resgate daqueles que estão, literalmente, nas margens das barragens.

⁶O trabalho em questão trata-se de “Às Margens da UHE Corumbá IV, Goiás, Brasil: desafios antropológicos entre redes, enclaves, cosmografias e moralidades”. Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Neste sentido, parece instigante e profícua a formulação que Raymond Willians faz dos conceitos:

Quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos – os conceitos como se diz dos quais partimos – não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos não há sentidos em se dar ouvidos aos seus apelos ou seus entrecosques ressonantes. Resta-nos apenas, se o pudermos recuperar a substancia de que suas formas foram separadas. (WILLIANS, 1979:17)

Assim, o conceito de atingido por barragem, que parece ser tão natural, principalmente entre as pessoas envolvidas com movimentos sociais, é construído socialmente e vem sendo remodelado ao longo dos tempos e em diferentes espaços.

A ação dos atingidos e o aprendizado que estes vêm adquirindo nesta prática, que traz à tona novos interesses e que leva a novas práticas, num constante movimento transformador de suas realidades, vai transformando-os enquanto tais e faz com que o conceito que os tenta explicar também seja reestruturado.

Dessa forma, ao analisar na perspectiva de Willians, percebo que ser atingido, por exemplo, não explica por si só o fato da militância no movimento, ou mesmo viver na atual situação como é discutido no primeiro capítulo desse trabalho. De qualquer forma, entendo a categoria atingido como todo aquele que direta ou indiretamente foi compulsoriamente deslocado de seu lugar de nascimento no advento da construção da Barragem de Acauã.

Outro trabalho que merece destaque é o de Ana Paula dos Santos⁷. Dentre os vários trabalhos que versam sobre a UHE de Itaipu e seus atingidos, essa pesquisa foca especificamente as memórias da cachoeira das Sete Quedas em Guaíra, um dos oito municípios paranaenses atingidos diretamente pela construção da hidrelétrica. A referida autora se utiliza de memórias poéticas, poemas e canções para narrar as lembranças dos moradores da cidade. São narrativas caracterizadas por marcas de um passado que insiste em sobreviver.

De acordo com Santos(2006), a memória poética é a memória materializada em palavras e canções que exprimem sentimentos, pensamentos, valores e experiências muitas vezes renegados e silenciados pela grandiosidade da hidrelétrica. Dessa forma, penso os poemas e as canções que utilizo nesse trabalho. São formas de traduzir uma realidade que

⁷A dissertação intitulada Lago de Memórias: A submersão das Sete Quedas foi defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

transcende os tempos e possibilita a reconstrução histórica dos acontecimentos. Esse trabalho torna-se relevante aqui por abrir o leque de fontes que o historiador pode utilizar.

O trabalho de Roberto Massei⁸ aparece como uma perspectiva diferente de pensar a historiografia de atingidos por barragens no Brasil. O autor preocupado em estabelecer uma relação entre homem e natureza se utiliza do conceito de cultura material, entendido como resultado da apropriação de um recurso natural, pelo homem, e sua transformação em artefato por meio da técnica (MASSEI,2007)

Massei tenta recuperar as experiências dos chamados trabalhadores oleiros, dos proprietários da cerâmica e os técnicos da construção da UHE de Barra Bonita e a maneira como esses vivenciaram as mudanças provocadas por essa barragem. O autor observou que houve uma mudança na relação homem-natureza, a ação do homem para com a natureza tornou mais agressiva e predatória, mudou inclusive o modo de se extrair argila para a produção ceramista.

Esse trabalho permitiu entender que técnica e tecnologia são construídas historicamente e socialmente, assim, tendo as pessoas como elemento-chave para a compreensão de sua existência e funcionamento.

As pessoas também são elementos chave dessa pesquisa. Homens e mulheres, que compulsoriamente migraram para as novas comunidades nos anos 2000, estão presentes nas suas experiências do passado, vivências que são reelaboradas cotidianamente. As lembranças desses homens e mulheres são povoadas de espaços e lugares. São falas que dão significados aos lugares, mas também, vão além dos espaços físicos e se reportam aos acontecimentos que marcam suas vidas, como a perda de atividades produtivas, falta de trabalho, mudança de vizinhos, e muitas vezes, a incerteza da socialização nesses novos lugares.

Neste sentido, reitero com Williams que

qualquer processo de socialização inclui, é claro, coisas que todos os seres humanos tem de aprender, mas qualquer processo específico une esse aprendizado necessário a uma variação selecionada de significados, valores e práticas, que, na intensidade mesma de sua associação com o aprendizado necessário, constitui a base real do hegemônico. (WILLIAMS, 1979:121)

Em outras palavras, esse processo de socialização não acontece de forma branda, mas

⁸Este trabalho é tese defendida em 2007 pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, intitulada: A construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a relação homem-natureza: vozes dissonantes, interesses contraditórios -(1940-1970)

imposta, desmedida e que esses homens e mulheres são obrigados a se readaptarem as novas condições de vida.

Tendo em conta isso, minha intenção é buscar, em registros orais e escritos, a memória desses sujeitos e, nesses fragmentos, interpretar os sentidos e significações desse passado, para desta forma entender o cotidiano dos sujeitos que partilharam afetos e lutas no presente. São memórias de homens e mulheres que constam de maneira ocultada, silenciada nas teias e relatórios da Secretaria Extraordinária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e que está presente e impregnada de sentidos nas lembranças dessas pessoas, portanto enraizadas na sua realidade social.

Os indicativos propostos por E.P.Thompsom propiciam pensar a pesquisa com outros sentidos e significados. Assim, nesse caso específico é necessário perpassar a “grandiosidade” do Projeto Acauã, dando um outro sentido ao político, para lançar outros olhares, construindo outras histórias, dialogando com outras memórias, por vezes, silenciadas.

Nesta ótica, são importantes as afirmações de Déa Ribeiro Fenelon, quando salienta a necessidade de tirar a história de esquemas que a aprisionam para conseguir compreender como se formaram os mecanismos de exploração e como se organizaram os homens para combatê-los, e

assim, recuperar caminhadas, programas fracassados, derrotas e utopias porque nada nos garante que o que triunfou foi sempre o melhor e que os projetos alternativos ou as lutas cotidianas ainda que perdedoras, não devem merecer também a nossa atenção de historiadores. (FENELON, 1989:25).

Apontando-nos uma perspectiva de investigação que traga para a cena histórica, agentes sociais e realidades antes relegadas, valorizando-lhes o saber e experiência de vida, Déa Fenelon indica também que as realidades sociais não podem e nem devem estar confinadas em modelos preestabelecidos.

Para isso, nesta pesquisa me utilizo das seguintes fontes: entrevistas, que totalizam nesse momento 14, fotografias da barragem e das comunidades, poemas e canções, textos alusivos a história, as atividades, material de divulgação do MAB, cartilhas, panfletos, jornais impressos e on-line, dentre outros.

Ainda utilizei relatórios de visitas de técnicos do Ministério da Integração Nacional (Junho/2004), relatórios de visitas da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana(Maio/2007), dentre outras.

Optei por realizar entrevistas semi-estruturadas por meio de um roteiro de questões

previamente elaborado, de modo a sistematizar o trabalho. No entanto, a percepção das especificidades das fontes orais e o reconhecimento de que essa memória, muitas vezes, acaba sendo construída no decorrer das entrevistas – como nos alerta Alessandro Portelli(1997)⁹- indicaram a necessidade de que esse roteiro se mantivesse aberto às alterações necessárias ao encaminhamento das entrevistas.

As lembranças manifestadas nas entrevistas, nas fotos e nos poemas são interpretadas articuladas também com outros tipos de fontes, como editoriais, matérias publicadas em periódicos (jornais e revistas) e discursos das autoridades políticas que por vezes estabelecem contraposições às construções dos entrevistados.

Esses documentos, tomados como textos produzidos num dado contexto histórico e como expressão de interesses específicos, são analisados mediante significados particulares, ou seja, os detalhes de sua linguagem e de sua intencionalidade são demarcados no tempo e no espaço que estes são construídos levando em consideração a realidade pujante que, como pude observar, é mediada por grupos políticos que se revezam no poder.

Nesses termos, Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas salientam que os documentos são portadores de discursos que não podem ser vistos como algo transparente ou neutro. A atenta observação da “forma do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais etc” pode possibilitar a “desconstrução do discurso”, a compreensão das entrelinhas e análise do seu “conteúdo” (CARDOSO e VAINFAS,1997:377).

Ao tratar das memórias dos atingidos é preciso compreender que essas surgem em campo cultural e socialmente construído. Por isso, considere necessário assinalar que, diante das múltiplas possibilidades de abordagem do uso da categoria cultura, optei pelos indicativos propostos por Edward P. Thompson.

Nesse âmbito, ao analisar os momentos experimentados por atores sociais é preciso recuperar uma experiência social e histórica de homens e mulheres cuja existência muitas vezes é ocultada nas narrativas históricas consideradas “oficiais”. Assim, é preciso buscar esses agentes históricos e tentar entendê-los a partir de sua própria experiência, ou seja, compreendê-los em sua “singularidade”.

Essa perspectiva se apresenta como possibilidade para pensar a memória a partir do conceito de fazer-se tal como foi proposto por E.P.Thompson¹⁰, visando ressaltar que a

⁹Ver PORTELLI, Alessandro. A. Tentando aprender um pouquinho sobre historia oral. In: **Projeto História**. São Paulo. Educ., nº. 15, abril. 1997.

¹⁰Sobre essa questão ver: THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Thompson considerou que as classes sociais não eram uma “estrutura”, mas sim “algo que ocorre

formação social da classe dos atingidos a qual pertence essa memória foi edificada mediante opções, ações e condições referentes a um conjunto de acontecimentos e a uma conjuntura própria. Daí a necessidade de produzir uma investigação histórica que valorize os sujeitos, a partir do estudo de seus modos de viver, dos valores, bem como da percepção das maneiras como tais elementos enfrentam as chamadas “determinações” socioculturais, criam, interpretam e utilizam de forma inesperada o que estava pré-estabelecido.

Ao lidar com entrevistas de moradores das comunidades atingidas, percebo a presença e atuação desses sujeitos no passado e no presente, porque seus relatos remetem às interpretações que fazem do vivido. Assim, as considerações a respeito das memórias construídas no cerne da dinâmica social e das redes de relações nas quais tais personagens estão inseridos vão além, propiciam outro olhar para aqueles que por vezes, inclusive pela imprensa são colocados como à margem do processo de construção da Barragem de Acauã.

Nesse caminhar, amplia-se a noção da categoria cultura, que é pensada aqui como expressão de todas as dimensões da vida - incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes que se localizam social e historicamente no viver de homens e mulheres – e, enquanto conjunto de diferentes recursos é também entendida como um campo de elementos conflitantes, um ambiente de trabalho, de exploração e resistência à exploração (THOMPSON, 1998:17).

Nessa problemática, E.P.Thompson nos alerta: “não podemos esquecer que cultura, é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas” (THOMPSON, 1998:17).

É indubitável que a construção da barragem de Acauã, no Agreste Paraibano, alterou a paisagem e fez construir novas formas de viver entre os membros das comunidades atingidas.

Num diálogo com Thompson, que investigou o século XVIII na Inglaterra e analisou os elementos da cultura plebéia antes esquecida - “motins da fome”, a venda de esposas, a irreverência popular – e percebeu nestas atitudes formas de resistência que se defrontavam

efetivamente nas relações humanas”; elas eram um fenômeno histórico e não estático, pois sua noção trazia consigo a noção de relação histórica. Não havia um “exemplar puro de classe”; ela não existia “para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste”. Mais ainda, nenhuma formação de classe na história poderia ser considerada mais verdadeira que outra, já que ela se definia a si mesma em seu efetivo acontecer histórico; nenhum modelo conseguia proporcionar o que deveria ser a verdadeira formação de classe em uma determinada etapa do processo histórico; em suma, “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”. Nesse sentido, para o autor, as classes acontecem, fazem-se, quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus.

com a economia de mercado, ao longo dessa pesquisa, interpreto os sujeitos enquanto

Pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses, e como antagonismos, e em seguida, ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1991: 182).

Nesta perspectiva de análise, é possível encontrar os sujeitos sociais não apenas como resultado de uma dada realidade ou estrutura, mas também como pessoas que improvisam e forjam saídas, ora se subordinando, ora resistindo, fazendo com que sua experiência seja pensada também enquanto experiência de luta e de conflito.

Trabalhar na perspectiva em que a cultura é pensada como todo um modo de vida e a memória enquanto parte dela (THOMPSON, 1998) me leva a aprofundar as reflexões em um horizonte de construção do conhecimento histórico que incorpora a experiência humana enquanto processo dinâmico. Assim, as experiências dos atingidos pela Acauã são vistas em relação a um processo dinâmico, entendendo e salientando que eles não são passivos ao movimento, são, antes, protagonistas do processo.

A explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra, que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade, que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que não fosse agradável, mas de maneiras particulares dentro de determinados campos de possibilidade, que certas formações sociais não obedecem a uma “lei”, nem são os “efeitos” de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular do processo” (THOMPSON, 1981: 61-62).

Torna-se importante mencionar que o processo que desencadeou a construção de Acauã, embora muitas informações levem a crer que a barragem foi imposta, não foi arbitrário. Foi construído por uma teia de fenômenos e fatores, como a questão da falta de água e recursos financeiros destinados especificamente, através do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DENOCS, que levaram a materialidade e o desenvolvimento da mesma.

As fontes utilizadas neste estudo indicam que devo estar atento não apenas ao que as pessoas dizem, mas também ao que elas não podem ou não querem dizer. Muitas vezes, seus gestos e expressões falam mais do que a palavra verbalizada. Os silêncios são elementos

preciosos para compreender os vários percursos da memória: “os silêncios são poderosas acumulações de energias, invisíveis (...) carregadas de significações, uma energia tão complexa e profunda que as próprias pessoas não estão em condições de formalizar” (PORTELLI, apud KHOURY, 2004, 24).

A pesquisa histórica que utiliza as entrevistas orais proporciona à investigação o contato com a multiplicidade de experiências de vida, de sentimentos criados, pois cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras (PORTELLI, 1997). Por esse caminho, amplia-se uma questão que parece fundamental, qual seja a de que as narrativas orais devem ser tratadas como textos e enredos construídos por seus próprios sujeitos.

Ao escolher trabalhar com as entrevistas tentei compreender melhor o emprego dessa fonte. Nesta direção, são válidas as reflexões de Yara Khoury, que, mais do que buscar nesses vestígios dados e informações, propõe observá-los como práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente (KHOURY, 2001). As entrevistas realizadas são pensadas em sua própria historicidade, em sua dinâmica, cabendo-me atentar para o lugar de onde os sujeitos falam e onde se colocam ao reelaborarem suas trajetórias, visto que tais premissas são determinantes para a análise da visão de mundo, dos valores e do viver dos entrevistados. Nessa dinâmica entendendo o sentido e o significado que atribuído a realidade vivida.

Assim, os atingidos ao reelaborarem no presente a memória sobre o vivido, não esquecem a trajetória passada, fazendo com que os anos da construção de Acauã adquiram outros significados, não circunscritos aos *slogans* utilizados por governos para evocar imagens de um futuro redentor.

Muitas das recordações presentes nas entrevistas, principalmente as das águas da barragem cobrindo paisagens e levando consigo referências culturais e experiências antigas, em nome do “progresso”, não apenas nos colocam diante das capacidades de interpretar os acontecimentos e as experiências vividas por esses sujeitos, mas nos levam a outra versão da construção de Acauã:

Ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construídos enredos sobre a realidade, a partir de seu ponto de vista. Neste sentido, temos esses enredos como fatos significativos que se forjam na consciência de cada um, ao viver a experiência que é sempre social e compartilhada, e buscamos explorar modos como as narrativas abrem e delineiam horizontes possíveis na realidade social. (KHOURY, 2005:125)

Enquanto campo de reflexão e diálogo, a memória aponta a importância de reavivar lembranças e narrativas de sujeitos à margem. Essa reflexão nos faz pensar em nossa função como a daquele que também vive a história, e neste sentido, busca uma perspectiva e uma narrativa histórica, que não se quer como única, mas como aquela que possibilita reconstituir momentos e lugares da experiência social e seus sujeitos, para compreendê-los em sua dinâmica social mais ampla.

Nesta direção, posso considerar que a memória dos participantes enquanto sujeitos no processo de construção de Acauã, na experiência cotidiana destes marcam uma forma de resistir. A memória e o ato de narrá-la lhes permitem transmitir e elaboram significados de suas histórias de vida e a história do lugar.

Ao recomporem a memória, não só revivem, mas também realimentam suas experiências e sua presença na história, e desta forma vão reconstruindo marcas que não se apagaram por se manterem envoltas de significados e sentimentos que estimulam a prosseguir na “luta” pelo direito à fala, às outras histórias e memórias que, embora represadas, resistem.

Na trilha aberta por todas estas reflexões com o intuito de tornar viáveis objetivos que tracei, estou propondo, neste momento de qualificação, a redação da dissertação com três capítulos.

No primeiro capítulo *“Rudiano” Acauã: O presente vivido e interpretado pelos atingidos* abordo o presente, mapeando as novas comunidades originadas pelo deslocamento compulsório no advento da construção da Barragem de Acauã: Nova Vila de Pedro Velho, Melancia, Cajá, Costa, Riachão e Água Paba, abordando as questões relacionadas as relações de trabalho, as condições de moradias e as estratégias de maneira geral de sobrevivência, a ação do Estado para com essas comunidades, dentre outros fatores no tocante a realidade vivida por esses homens e mulheres que foram obrigados a deixarem seu lugar de nascimento.

Já no segundo capítulo, *“Era como se vivêssemos num oásis”*: *Memórias de vidas antes de Acauã* busco interpretar o passado dos atingidos pela Acauã, tentando compreender o processo que antecedeu a construção da Acauã, o projeto político encabeçado pelo governo e a questão da seca na região, para tanto tenho como fontes as entrevistas, fotografias e matérias jornalísticas.

No terceiro e ultimo capítulo, intitulado *A ação de cada um determina as reações: A organização do movimento dos atingidos pela barragem de Acauã* abordarei o processo de formação do Movimento dos Atingidos de Acauã, que posteriormente passou a se denominar

Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba.

“Rudiano” Acauã:**O presente vivido e interpretado pelos atingidos.**

Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? (...) À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo. (Ecléa Bosí).

A partir de 1999, a história de pelo menos 6 comunidades rurais localizadas às margens do Rio Paraíba, no Agreste Paraibano, sofreram um processo de significativas transformações. Impulsionadas pela construção da Barragem de Acauã as comunidades de Melancia, Cajá, Ilha Grande, Junco, Pedro Velho e Cafundó foram submersas e seus moradores foram reassentados em conjuntos habitacionais.

Somam ao todo 5 conjuntos habitacionais, Nova Vila de Pedro Velho, Melancia, Cajá, Costa, Riachão e Água Paba originados mediante ao aglomerado de atingidos. Mais de 4500 pessoas, o equivalente a 900 famílias foram deslocadas compulsoriamente de seus lugares de origem e configuradas em locais rurais isolados, situados em áreas do semi-árido, com fortes sinais de desertificação, notadamente desprovidas de condições elementares de vida, com escassez de serviços públicos e, o que é mais grave, sem meios para os moradores retomarem suas atividades produtivas.



Fig. 01: Imagem de satélite da Barragem de Acauã. Paraíba, 2011

Fonte: Google Earth, 28 de abril de 2011

A Barragem de Acauã localiza-se entre os municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba, no limite entre as regiões do Médio e Baixo Curso do rio Paraíba (Ver Mapa 2), tendo suas obras iniciadas em 1999 e concluídas em 2002. Apresenta capacidade máxima de armazenamento de 253 milhões de metros cúbicos, sendo o segundo maior da bacia do rio Paraíba e o terceiro maior do estado da Paraíba.

O Açude de Acauã tem vazão regular de 1.969,21 l/s, área alagada de 1.724 ha. O abastecimento público de municípios da região do Baixo Curso do rio Paraíba é a sua principal função (ANA, 2006). Com essas medidas, de acordo com a Comissão Internacional de Grandes Barragens - ICOLD/CIGB, Acauã é considerada uma barragem de grande porte.



Fig. 02: Estrutura de barramento e sangradouro da Barragem de Acauã, proximidades da Vila Melancia, Itatuba, Paraíba, 2010



Fig. 03: Estrutura de barramento e sangradouro da Barragem de Acauã, proximidades da Vila Melancia, Itatuba, Paraíba, 2010



. Fig. 04: Estrutura do Barramento de Acauã, proximidades da Vila de Melancia, Itatuba, Paraíba, 2010

Segundo Oliveira (2005) o objetivo principal da Barragem de Acauã seria abastecer nove cidades da região (Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Taipu, Aroeiras e Fagundes), além de reforçar o sistema de abastecimento das cidades de Campina Grande (segunda maior cidade do Estado), Boqueirão, Queimadas e Caturité.

O autor citado acima reitera que o projeto da barragem previa ainda o desenvolvimento de atividades de irrigação no baixo vale do Paraíba, bem como em algumas áreas do Rio Paraibinha, afluente do Paraíba, além da criação de um pólo pesqueiro e da regularização da vazão a jusante da Barragem, contribuindo para o controle das enchentes nas cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, São Miguel de Taipu, Cruz do Espírito Santo e Cabedelo. (OLIVEIRA, 2005).

Acauã que passou a ocupar, a partir de 2002, uma bacia hidráulica de 1725 hectares, provocou o deslocamento de aproximadamente 5000 pessoas (900 famílias) que viviam às margens do Rio Paraíba.

Em 2005, a barragem acumulou 85% da sua capacidade total de armazenamento, o equivalente a 215 milhões de metros cúbicos de água e suas águas atingiu em maior ou menor escala as zonas rurais das cidades de Aroeiras, Itatuba e Natuba, inundando completamente

seis povoados: Melancia, Cajá, Ilha Grande, Junco, Pedro Velho e Cafundó e 115 imóveis rurais. (OLIVEIRA, 2005).

O Decreto Lei n. 20. 878, de 5 de Junho de 2000, determinou as desapropriações das áreas que foram inundadas – Melancia (Itatuba), Cajá (Itatuba), Ilha Grande (Aroeiras), Junco (Natuba), Pedro Velho (Aroeiras) e Cafundó (Aroeiras). Assim, considerando que grande parte e por que não dizer toda a população atingida dependia diretamente do rio, ocorreu, então, os vários impactos adversos sobre o meio, com a conseqüente expulsão de um grande contingente de pessoas de suas casas, provocando a paralisação das atividades produtivas dos moradores, como, por exemplo, o trabalho na agricultura, o abandono da infraestrutura socioeconômica existente e a ruptura de relações familiares e sociais(OLIVEIRA, 2005).

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental – EIA do Governo do Estado da Paraíba do ano de 2000 foram identificados vários componentes socioambientais impactados com a construção de Acauã, assim como foram previstas as medidas de mitigação ou abrandamento dos efeitos negativos provocados pela construção da Barragem.

O primeiro componente apresentado foi a qualidade de águas superficiais e subterrâneas. O prejuízo contra esse componente ambiental consiste na poluição da água represada pelo aporte permanente de carga orgânica e coliforme fecais, através dos esgotos das cidades de Aroeiras, Natuba e Umbuzeiro que se encontram localizada na bacia de contribuição do reservatório.

O segundo impacto dizia respeito aos níveis de emprego e renda, que receberam o impacto da desapropriação, com a construção da barragem. Potencialmente, a interrupção da produção agrícola provocou a queda no nível de emprego, com reflexos sobre o nível de vida da população.

Visivelmente ao percorrer as comunidades¹¹ é possível perceber que a redenção não veio com as águas de Acauã, a realidade observada após a construção da barragem é bastante diferente do que foi propagada/esperado pelo governo.

Melancia, Cajá, Pedro Velho, Junco, Cafundó e Ilha Grande foram as seis comunidades atingidas diretamente pelas águas, foram simplesmente submergidos e, portanto, destruídos.

¹¹O termo comunidade(s) é utilizado nessa pesquisa porque o considero mais adequado, ao invés de conjuntos habitacionais, vila ou agrovila que também designam popularmente as comunidades atingidas e reassentadas. Entendo por comunidade qualquer grupo social que habita determinada região, tem o mesmo governo e está irmanado por uma mesma herança cultural e histórica.

O Jornal da Paraíba¹² publicou a respeito da situação vivida em Pedro Velho a seguinte matéria:

Construção de Acauã deixa famílias na miséria

Moradores do distrito de Pedro Velho, em Aroeiras (177 km de João Pessoa), denunciaram que estão vivendo na miséria, por conta da construção da Barragem de Acauã. Segundo informações da população que reside na área futuramente coberta pela água, o megaprojeto que pretende criar um reservatório de 1 725 hectares só veio a prejudicar cerca de três mil pessoas que tiveram suas casas desapropriadas e hoje não tem possibilidades de subsistência.

[...]

Dois anos depois, entretanto, com o reservatório concluído e a barragem aumentando seu volume de água diariamente, a situação é precária. Os moradores que optaram por trocar suas casas por outras, construídas pela Companhia Estadual de Habitação Popular (Cehap), cerca de 150 famílias estão morando em uma área inóspita, sem espaço para plantio ou criação de animais. Esses moradores estão vivendo de doações de cestas básicas da Igreja ou da aposentadoria de algumas pessoas, sem expectativas de local para trabalhar. O rio Paraíba, que passa próximo a maioria das casas do distrito centenário, garante a água para irrigação e criação de animais, o que não é possível em outros locais da região, que é altamente infértil. [...]¹³

A matéria, publicada no dia 1 de setembro de 2002, um domingo, no caderno “Cidades”, chama atenção para a situação da comunidade conhecida por Vila Nova de Pedro Velho. O motivo da utilização desta matéria nesta pesquisa é mostrar que, passados quase nove anos, em 2011, e como pude observar em loco em visita realizada em 18 de fevereiro, a situação vivenciada não é muito diferente da que foi relatada no jornal. As famílias continuam morando em condições precárias e vivendo basicamente de programas assistencialistas, como o Bolsa Família do Governo Federal¹⁴.

Para prosseguir a análise, é importante refletir sobre a questão do uso da imprensa na pesquisa histórica, de acordo com Cruz e Peixoto (2007) uma questão que se coloca

é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa, problematizando suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e da luta por hegemonia nos muitos e diferentes momentos históricos do capitalismo. Pensar a imprensa com esta perspectiva implica,

¹²Fundado em 05 de setembro de 1971, O jornal da Paraíba é editado em Campina Grande-PB, de ampla circulação no estado da Paraíba e segundo recente pesquisa publicada pelo mesmo jornal, é um dos jornais mais lidos na Paraíba

¹³Construção de Acauã deixa famílias na miséria. *Jornal Da Paraíba*. Paraíba. Domingo. 1 de setembro de 2002

¹⁴O Bolsa Família é um programa do Governo Federal que oferece um auxílio financeiro com o intuito de beneficiar famílias em condições de pobreza ou de extrema pobreza.

em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. (CRUZ e PEIXOTO, 2007:257)

Essa reflexão se torna importante aqui, na medida em que os dois principais jornais de circulação na Paraíba – Jornal da Paraíba e Correio da Paraíba – são polarizados por grupos políticos “rivais” no cenário paraibano, os “cassistas”, também chamados de “tucanos” e os “maranhistas” ou “peemedebistas”¹⁵. Assim, a imprensa pode atuar como uma força ativa no processo de legitimação de ordem pré-estabelecida, formando conceitos que nesse caso, servem aos interesses partidários.

Apontado esses problemas noticiados na imprensa e o que é visivelmente perceptível *in loco* nas comunidades reassentadas me indago: será que a construção de uma barragem justifica-se do ponto de vista da população local, tendo em conta os impactos sofridos por esta?

De acordo com Andrade (2002) a satisfação da comunidade local estaria aquém das expectativas geradas com a construção de uma barragem e ocorre que os interesses externos (governamentais e/ou de empresas privadas) sobressaem-se em relação aos interesses da população diretamente envolvida.

A barragem de Acauã, o terceiro maior reservatório de acumulação de água do estado da Paraíba, foi prometida a beneficiar uma população de aproximadamente 621.974 pessoas, objetivando o abastecimento humano de cidades localizadas na bacia do Rio Paraíba, mas precisamente naquilo que chamamos de Médio Paraíba, região onde se localiza os três municípios da barragem, além de abrigar projetos de irrigação e de piscicultura no Vale do Baixo Paraíba, região as margens das comunidades atingidas e, também para conter enchentes que assolavam os municípios localizados, como, por exemplo, Aroeiras e Natuba¹⁶ a jusante da barragem.¹⁷

¹⁵No dia 21 de março de 1998, noite de festa, de comemoração do aniversário do então senador peemedebista Ronaldo Cunha Lima. Presentes no Clube Campestre, em Campina Grande, cerca de dois mil convidados, dentre eles os principais nomes do PMDB, à época detentor da hegemonia no estado. Ninguém ali imaginava, mas aquele dia estava predestinado a mudar os rumos da política paraibana. Ronaldo tomou o microfone, proferiu um duríssimo discurso contra o governador José Maranhão, seu correligionário, que exercia o primeiro mandato. Veio o rompimento das relações, o racha no PMDB, a ruptura que, até hoje, marca o cenário político paraibano. Originando os dois principais grupos políticos da atualidade na Paraíba, o grupo cassista, o termo vem de origem do nome do atual senador, eleito na última eleição, Cássio Cunha Lima do PSDB, e maranhista, do ex-governador, derrotado na última eleição pelo prefeito da capital paraibana Ricardo Coutinho apoiado pelos cassistas, José Maranhão.

¹⁶O município de Natuba recentemente, no início do mês de maio de 2011 foi surpreendido por uma enchente.

¹⁷Dados constatados em: GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA. SEMARH. SECRETARIA EXTRAORDINARIA DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS HIDRICOS E MINERAIS. Relatório:

Essa promessa é questionante, recentemente, para ser mais preciso em 03 de maio de 2011 o município de Natuba sofreu uma enchente que como noticiou a TV Arapuã filiada a REDETV, foram 50 famílias desabrigadas.

Chuva de 200 milímetros provoca inundação na cidade de Natuba e deixa 50 famílias desabrigadas

O Município de Natuba, localizado na região do agreste Paraibano, está em estado de calamidade pública por causa da chuva. No município choveu durante mais de 12 horas seguidas e um riacho que passa ao lado da cidade transbordou e invadiu casas, estabelecimentos comerciais, a igreja e prédios públicos.

O Centro da cidade ficou coberto de água, uma escola pública desabou e 50 famílias estão desabrigadas, o que levou o prefeito José Lins da Silva Filho a decretar estado de calamidade.

O principal acesso a cidade de Natuba está bloqueado e em vários pontos da cidade água chegou a um metro de altura. De acordo com o serviço de meteorologia da Aesa, na região choveu cerca de 200 milímetros em 12 horas. Na semana passada, uma chuva choveu a 190 milímetros.¹⁸

Assim esse fato aparece como uma constatação de que a obra da barragem não conseguiu sanar os problemas de enchente, o projeto de que a água do referido riacho que atravessa o município de Natuba pudesse desaguar na Barragem de Acauã não foi concretamente efetivado e o resultado foi o dano provocado no município.

Em relação a situação resultante da construção da barragem de Acauã, o Movimento dos Atingidos por Barragens, formado em 1991, através de seu Informativo, em 2009, avaliava e denunciava:

Barragem de Acauã. Tragédia e Violação dos direitos humanos

[...]

Se mudou pra melhor ou pior é fácil saber. Hoje, no Brasil, não há uma legislação que assegure e estabeleça quais são os direitos dos atingidos por barragens, nem há um órgão público encarregado de realizar as indenizações e reassentamentos. Sendo assim, há muitos casos de indenizações injustas e de desrespeito aos direitos humanos no processo de instalação de uma barragem. O caso da barragem de Acauã, na Paraíba, é considerado um dos piores do país.

As famílias atingidas foram transferidas para “agrovilas”, que de agro não têm nada. São, na verdade, conjuntos habitacionais isolados, situados em áreas desérticas, e desprovidos das mais elementares condições de vida, onde faltam serviços públicos e, principalmente, meios de os moradores retornarem suas atividades produtivas e de subsistência.

Situação atual das comunidades da Barragem de Acauã. João Pessoa, SEMARH, 2004, 6p

18 Fonte: <http://www.paraiba.com.br/2011/05/03/88604-chuva-de-200-milimetros-provoca-inundacao-na-cidade-de-natuba-e-deixa-50-familias-desabrigadas>. Acesso em 10 de maio de 2011

[...] ¹⁹

O texto do Movimento dos Atingidos por Barragens aponta alguns problemas das comunidades atingidas e destaca que não existia uma lei que assegurasse os direitos dessa população e reitera o papel de uma comissão enviada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana²⁰:

Uma Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do governo federal, visitou os reassentamentos dos atingidos pela Barragem de Acauã, no ano passado, e apresentou um relatório confirmando as denúncias apresentadas pelo MAB e sugerindo medidas emergenciais a serem tomadas pelo governo federal e estadual. No entanto, nenhuma das medidas ainda foram tomadas²¹.

Nesse caso em questão foi constituída a Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana²² organizada da seguinte forma: Humberto Pedrosa Espínola, representante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que a coordenou; Deputada Federal Luci Choinacki (PT-SC), representante da Câmara dos Deputados; Professor Carlos Bernardo Vainer, representante do Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR; Ricardo Montagner, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; João Akira Omoto, representante do Ministério Público Federal – MPF; Denilvo Moraes, Celso Knijnik, Mari Ceicilene Aragão Martins Rego e Sílvia Maria Frattini Gonçalves Ramos representando o Ministério de Minas e Energia – MME; Márcia Catarina David representando o Ministério do Meio Ambiente – MMA; João Paulo de Campos Dorini e Heloísa Elaine Pigatto representando a Defensoria Pública da União. O MAB foi também representado por Leandro Gaspar Scalabrin; o MPF foi também representado por Maria Luíza Grabner e trouxe a colaboração de Kênia Itacaramby. A Deputada Luci Choinacki não participou de nenhuma

19 Barragem de Acauã. Tragédia e Violação dos direitos humanos. *Jornal do MAB*. Abril de 2009. p.7

20 O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH é um órgão colegiado do Ministério da Justiça Federal, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, com representantes de setores representativos e com importância fundamental na promoção e defesa dos chamados direitos humanos no Brasil. O CDDPH tem por principal atribuição receber denúncias e investigar, em conjunto com as autoridades competentes locais, violações de direitos humanos de especial gravidade com abrangência nacional, como chacinas, extermínio, assassinatos de pessoas ligadas a defesa dos direitos humanos, massacres, abusos praticados por operações das polícias militares, etc. Para tanto, o Conselho constitui comissões especiais de inquérito e atua por meio de resoluções.

21 Barragem de Acauã. Tragédia e Violação dos direitos humanos. *Jornal do MAB*. Abril de 2009. p.7

22 O CDDPH decidiu instituir uma Comissão Especial para acompanhar as denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens. As Resoluções 15/2006, 21/2006 e 26/2006, do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Presidente do CDDPH, determinaram a constituição desta Comissão Especial, que, ao final.

reunião da Comissão Especial. (CECDDPH,2007)

Como se pode ver, a CECDDPH foi formada por um grupo seletivo de pessoas. Um destaque para o professor Carlos Vainer. Vainer é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que desenvolvia pesquisa junto a atingidos por Barragens e coordenava cursos destinados a formação de militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Além do trabalho feito pela CECDDPH, a ação do Ministério Público Federal da Paraíba também foi importante para denunciar as condições de vida da população atingida por Acauã, como destaca o Jornal do MAB.

Além disso, o Ministério Público Federal da Paraíba entrou com uma ação civil pública contra o estado e a União por não ter disponibilizado os meios de vida que os moradores possuíam antes da barragem. “A situação de milhares de pessoas lançadas ao desamparo de conjuntos habitacionais situados no meio do nada, impossibilitando a seus habitantes o exercício de qualquer atividade produtiva reclama, urgentemente, a adoção de medidas que venham a suprir as carências mais elementares (alimentação, escola, creche, saúde pública, infraestrutura, transporte público, lazer, segurança pública) da população deslocada, até que se cumpra a obrigação governamental de lhes conferir uma convivência sustentável em seus novos lares”, argumenta o Ministério Público.

O caso de Acauã não é o único. Em todos os estados os atingidos ficam a mercê das empresas donas da barragem, que estão interessadas somente no lucro e não nos direitos humanos. Em Acauã, existe um clima de tensão em função das injustiças sofridas. Mas os atingidos estão dispostos a lutar para garantir os seus direitos.²³

Os dados da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e a matéria do Jornal do MAB apontam para a realidade vivida pelos homens e mulheres atingidos pela Barragem de Acauã.

Entretanto, ao fazer uso da imprensa, bem como outras fontes, é preciso como aponta Cruz e Peixoto (2007) em nossa prática de pesquisa não tomá-la como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Tendo em conta isso, apresentarei outros elementos que possibilitem interpretar essa realidade.

A situação encontrada nessas comunidades não se diferem, apresentando, em grande medida, características bem próximas. O acesso pelas estradas são ruins, não há sistema de transporte regular, as ruas não tem pavimentação, casas construídas com placas pré-moldadas, escolas e postos médicos improvisados, sistema de abastecimento de água insuficiente,

²³Barragem de Acauã. Tragédia e Violação dos direitos humanos. *Jornal do MAB*. Abril de 2009. p.7

sistema de esgotamento sanitário insatisfatório, a falta de área para atividades agrícolas e pecuária, dentre outros problemas que presenciarei.

Na comunidade do Costa localizada no município de Natuba-PB, a quatro quilômetros de distância da barragem, formada por 121 casas, abrigando 122 famílias e distante 23 km da sede do município, além desses problemas é a mais isolada das agrovilas que abrigam os atingidos pela Barragem de Acauã, o que agrava sua situação, por conta do isolamento, pela maior distância até a barragem e pelo acesso mais precário.

A gravidade da situação desta vila chamou a atenção dos membros da CECDDPH, que relataram:

Outrossim, das situações de carência dos assentamentos visitados, cabe um especial destaque para a comunidade denominada Costa. Da forma como foi estruturado e como funciona, o assentamento Costa recebeu de seus moradores o apelido de campo de exclusão, em pleno século XXI. As justificativas desse apelido partem do seu grande isolamento geográfico, longe de tudo e de todos, com um precaríssimo acesso viário que somente possibilita o tráfego de veículos de tração ou caminhões. O fato é que o local do assentamento não apresenta qualquer conveniência a não ser a do isolamento, prestando-se tão somente ao confinamento dessa comunidade assentada, pela distância e por estar desprovida dos mais elementares serviços públicos. Essa estruturação retira dos moradores da comunidade Costa, sobretudo dos jovens, qualquer perspectiva de desenvolvimento econômico e vida social, favorecendo a marginalidade e até mesmo a criminalidade. A situação é tão precária que ouvimos, estarecidos, o seguinte comentário de um ancião da comunidade: o pessoal daqui só não pede esmola porque não tem a quem pedir. (CECDDPH, 2007, p.21)

As condições vividas nas comunidades como se pode observar não são das melhores. O Quadro 1 proporciona uma visualização das conseqüências da falta de infraestrutura dos assentamentos, comprovando as precárias condições de vida das famílias, nas respectivas comunidades. Esse levantamento, realizado em 2004, foi ratificado pela visita da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em 2007. A primeira visita, em 2011, em síntese, os problemas permanecem.

Quadro 1: Resumo das dificuldades das agrovilas da Barragem de Acauã, Paraíba, 2004.
Reproduzido de Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional
(BRASIL, 2004)

Itens Observados	CAJA	MELANCIA	COSTA	AGUA PABA	PEDRO VELHO
Casas existentes	97	70	121	61	365
Famílias residindo	170	122	120	61	450
Déficit residencial	73	52	0		85
Escola	Funcionamento precário. Necessita construir escola	Funcionamento precário. Necessita construir escola	Funcionamento precário. Necessita construir escola	Funcionamento precário. Necessita construir escola	Existente e não funcionando. Alojamento desabrigados
Merenda escolar	Atendimento precário.	Atendimento precário	Atendimento precário	Atendimento precário	Atendimento precário
Posto médico	Funcionamento precário. Necessário construção do prédio.	Funcionamento precário. Necessário construção do prédio.	Funcionamento precário. Necessário construção do prédio.	Funcionamento precário. Necessário construção do prédio.	Inacabado e sem funcionamento. Alojamento desabrigados. Funciona ocupando uma das casas residenciais.
Assistência médica	Ruim	Ruim	Regular	Ruim	satisfatória
Esgotamento sanitário	Em precário funcionamento	Em precário funcionamento	Em precário funcionamento	Não existente	Em precário funcionamento
Abastecimento d'água	Existente, sem captação d'água e tratamento.	Existente sem o tratamento d'água	Existente, sem captação d'água e tratamento.	Inexistente	Existente sem funcionamento, bomba de captação quebrada
Agricultura e pecuária	Sem área para desenvolvimento	Sem área para desenvolvimento	Sem área para desenvolvimento	Existentes em pequenas áreas	Sem área para desenvolvimento
Vias de acesso	Em péssimas condições	Em péssimas condições	Em péssimas condições	Em péssimas condições	Alem de precárias, necessitam de 2 passagens molhadas
Transporte	Precário, sem atendimento regular	Precário, sem atendimento regular	Precário, sem atendimento regular	Precário, sem atendimento regular	Precário, sem atendimento regular
Energia	Possui rede de energia	Possui rede de energia	Sem energia	Possui rede de energia	Possui rede de energia
Telefone	Atendida	Não atendida	Não atendida	Não atendida	Atendida
Segurança	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Beneficiamento por programas sociais	50% das famílias excluídas de qualquer programa social	50% das famílias excluídas de qualquer programa social	50% das famílias excluídas de qualquer programa social	50% das famílias excluídas de qualquer programa social	50% das famílias excluídas de qualquer programa social

Tendo em vista esses dados contatados pelo levantamento da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e pelo trabalho desenvolvido pela

Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana siga o texto analisando por temas os referidos problemas e reivindicações das comunidades.

Começo destacando o processo de indenizações. Sobre ele, o Jornal da Paraíba noticiou a seguinte matéria, em 2003:

**Estado paga amanhã indenizações de Acauã.
Indenização/O pagamento será feito a partir das 9 horas da manhã, na igreja da comunidade de Pedro Velho, em Aroeiras, 87 famílias serão atendidas**

O governo do Estado efetua amanhã o pagamento das indenizações dos moradores das áreas atingidas pelas águas da Barragem de Acauã. Serão pagos R\$ 278 mil a 87 famílias das comunidades de Cajá, Melancia e Pedro Velho, pertencentes aos municípios de Itatuba, Natuba e Aroeiras. O pagamento será feito às 9h, na igreja da comunidade de Pedro Velho, em Aroeiras.

[...]

“Esse pagamento representa mais um compromisso do Governo do Estado que está sendo cumprindo”, ressalta Neto Paixão, presidente do Interpa, órgão responsável pelo repasse destes recursos. Esta ação beneficiará diretamente 435 pessoas, que poderão voltar assim às suas atividades produtivas.

Conforme determinações de Cássio Cunha Lima, a ação do Governo não vai parar aí. “Tão logo o Estado tenha recursos suficientes, essas comunidades ainda serão beneficiadas com outras obras de cunho social, como a construção de escolas e postos de saúde nas comunidades”, lembra, Arimarcel Padilha diretor administrativo do Interpa.²⁴

Pela matéria, é possível estabelecer que, em média, cada uma das 87 famílias receberia cerca de R\$ 3 195,00, um valor equivalente as indenizações dos bens materiais no advento da construção da barragem. O órgão citado na matéria trata-se do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba – INTERPA, criado em 1991 e vinculado a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca, um órgão estatal que tem a responsabilidade de desapropriar áreas que serão alagadas pela construção de barragens e o reassentamento dos moradores atingidos, de assentar as famílias no meio rural pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF executado em parceria com a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SRA/MDA, prestar assistência às famílias assentadas pelo extinto programa além de revisar e ordenar as imprecisões dos limites geográficos entre os 223 municípios paraibanos com a parceria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. O INTERPA recebe apoio de vários

²⁴ Estado paga amanhã indenizações de Acauã. *Jornal da Paraíba*. Campina Grande. Quinta-Feira, 24 de Julho de 2003

parceiros, a exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Banco do Nordeste – BNB, Caixa Econômica Federal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Em 2003, no primeiro mandato do então governador Cássio Cunha Lima, o INTERPA era presidido por Neto Paixão, oriundo de família política da região do Sertão Paraibano. O outro personagem que aparece na matéria é o campinense Arimarcel Padilha, na época diretor administrativo do órgão. O campinense já foi candidato a deputado estadual e a vereador não tendo obtido êxito nos dois pleitos. Tanto Paixão quanto Padilha eram aliados do governo do Estado, ocupavam nesse caso cargos comissionados e, portanto, serviam diretamente os interesses do governo.

Pela matéria, o governo reconhecia os problemas encontrados nas comunidades atingidas e prometia ajudar a população. Entretanto, ressalvo que o Jornal da Paraíba é objeto de uso do grupo “cassista” no cenário paraibano, assim fica fácil compreender as falas dos dois atores no sentido de consolidar as medidas adotadas pelo governo, inclusive em seu início de mandato.

O processo de indenização é relatado por Maria Tereza da Silva, moradora de Vila Nova de Pedro Velho, a aposentada pela Previdência Social, através do Programa Aposentadoria Rural por Idade, tem 68 anos e desde seu nascimento vivia na antiga vila de Pedro Velho, sendo que hoje mora em uma das primeiras ruas da Nova Vila. Quando perguntada como foi o processo de indenização e se ela estava satisfeita, respondeu:

Hoje eu moro nessa casinha de placa, mas não é minha porque o dinheiro que eles me deram foi pouco. Quando os empregados do Governo andavam por lá, a gente não sabia. Se fosse hoje, era diferente. Até meu próprio filho mesmo, que estudou, não sabia. Eles chegavam na casa da gente perguntando se você queria casa ou dinheiro, mas eles diziam que era uma casa! Aí quando eu vi aquelas casinhas, eu disse que não queria mais a casa. Então ele chegou pro meu filho e disse que não tem mais jeito não. Meu filho foi lá onde eles estavam trabalhando e foi quem ajeitou e eles deram esse dinheiro que não deu pra construir porque foi 3000 reais. A minha casa lá, era uma casa boa e o dinheiro não dava pra construir outra casa. ²⁵

Para D. Terezinha a indenização foi insuficiente e injusta pelo fato de que sua casa era boa e também aponta as incertezas que ela tinha quanto ao processo. Na escolha entre casa e dinheiro ela preferiu os R\$ 3000,00 negociados pelo filho. A fala dela estabelece o processo de indenização como injusto e duvidoso.

²⁵Maria Tereza da Silva, D. Terezinha. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho- Aroeiras, Paraíba.

Outro relato importante que também trata dessa questão foi o de José de Souza, um senhor de 85 anos que se alto declara “homem da enxada”, um homem que desde criança trabalha na agricultura. Seu Zé como é conhecido é pernambucano e chegou até Pedro Velho para trabalhar na plantação de tomates. Em Pedro Velho ele casou e constituiu família, hoje é aposentado e pai de seis filhos. Quando perguntado como foi sua indenização, respondeu:

A gente não recebemo nada, herdamos essa casa (...) Viemo pará aqui porque lá a gente tinha a casa da gente né? Ai um(...) comandante do lugar aí veio pra'qui, aí trouxe, aí fez aqui a casa e aí disse: Oia a casa lá é de vocês quem quiser (...) quem quiser vender, vende e quem não quiser vai e pega lá. Ai como minha casinha era fraca também lá, aí eu achei pouco, aí eu cheguei aqui tava essa aqui aí eu só fiz marcar(...) Eu marquei numa semana na outra eu subi porque a água já tava no pé na porta, pronto.²⁶

Seu Zé relata o processo de indenização assim como D. Maria Tereza, porem se para ela a indenização foi um valor irrisório, Seu Zé parece mais conformado, dando preferência então a pegar outra casa na nova vila. Mas a conformação não aparece completamente, na mesma fala, Seu Zé relata como foi informado acerca da indenização.

Quem quiser vender suas casas. Quem quiser vender a casa vende e pega uma lá e quem não quiser vender a casa tá lá é só chegar lá e pegar. Ai(...) essa daqui a gente já pegou por derradeiro, eu nem pude vim, quem veio foi uma minina viu? Veio aqui, quando chegou aqui encontrou as casa tudo invadida.(...) Quem vendeu, invadiu, quem não vendeu invadiu né? Foi tudo invadida aqui. Ai quando eu cheguei aqui essa casa aí tavam tudo invadida, essa casa daí, com a outra de cima. Quando a gente viemo, chegamo aqui essa daí já tava invadida, os cara já tinha chegado e já tinha invadido ela, botado os troços dentu, já tinha barrido, ajeitado, murado ela todinha, quer dizer de vara né? Mas já tinha nego que tinha invadido ela. Ai invadiram ninguém pode fazer questão e só(...) não invadiram essa daqui porque tava com os troços já, senão tivesse eles tinha invadido também. A maioria dessas casa aqui foi quase invadida.²⁷

O termo invasão é recorrente na maioria dos casos quando trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupam uma determinada área ou região, os fazendeiros então se apropriam desse termo para qualificar o acontecido. Nesse caso, a qualificação é dada pelo próprio trabalhador, o que é instigante. A invasão relatada por Seu Zé pode estar relacionada a forma como a população foi, literalmente, atingida pela barragem.

Em entrevista, o jornalista e ex-morador de Pedro Velho, Germano Barbosa falou o seguinte:

Você se lembra que foram 3 noites apenas de inverno que todo mundo teve

²⁶José de Souza, S. Zé. Entrevista realizada em 11 de Abril de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho- Aroeiras, Paraíba.

²⁷José de Souza. Entrevista já citada

que sair as pressas, deixando muitas coisas pra trás e por irresponsabilidade do governo os moradores não foram decentemente, dignamente reassentados, construíram casas precárias, casas de placas, não dotaram de estruturas mínimas, nem saneamento, nem água potável de nada e nem de nada e essa realidade permanece até hoje, tanta água lá embaixo na barragem e a população sem água na torneira²⁸

O jornalista Germano Barbosa aponta que a população foi pega de surpresa, não se esperava que a barragem fosse atingir um limite de 70% de sua capacidade em apenas 72hs. Mediante a agonia de todos aqueles que, como foi relatado por Seu Zé, a água já estava no pé na porta, ou seja, suas casas já estavam sendo atingidas pela água fica fácil entender o processo que desencadeou aquilo que o aposentado chama de invasão.

Tinha muita que tinha casa e perderam e tinha muito que não tinha e não conseguiram. Isso daqui não foi entregue não, o povo invadiram. Ai teve muito que se abestaiô e perdeu.²⁹

Essa narrativa é de Severino de Souza, filho de S. Zé. Este agricultor de 40 anos também mora na Nova Vila de Pedro Velho e essa fala foi pronunciada por ele no momento em que eu entrevistava seu pai. Ele com idéia de se “abestaiô”, aquele que não foi esperto parece culpar a própria pessoa pela situação. Ao ouvir isto, lhe perguntei como ficou a situação dessas pessoas e ele me responde:

Ficou assim mermo, ai fizeram aquela outra vila dali pra uma turma que não tinha, ai teve cara que se abestaiô ai perdeu de novo, ai vive assim sem ter casa. Isso daqui era pra ter esperado o governo mesmo ter vindo entregar as chave. Ai o povo ficou aguniado.³⁰

Assim, para Severino faltou uma maior sistematização, organização no processo de distribuição das casas, o que levou, inclusive a muitos ainda hoje não possuírem suas moradias como a dona de casa Maria Tereza, mencionada em entrevista acima.

O valor das indenizações variava de família para família em consideração aos bens materiais que possuíam. De acordo com Lins (2006), nos dois povoados por ela pesquisados (Cajá e Melancia), os moradores, que foram indenizados com dinheiro, receberam cerca de R\$ 5 281,00 (cinco mil, duzentos e oitenta e um reais) no povoado de Cajá, e cerca de R\$ 8

28Germano Barbosa. Entrevista já citada

29Severino de Souza. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho- Aroeiras, Paraíba.

30Severino de Souza. Entrevista já citada.

373,00 (oito mil, trezentos e setenta e três reais), no povoado de Melancia. Considerando as entrevistas que ela realizou, a autora concluiu que nos dois casos os moradores ficaram muito insatisfeitos com o valor recebidos. Lins(2006) reitera que “os bens, as terras, as casas dos moradores foram desvalorizadas a partir do próprio anúncio de que seriam inundadas, pois a iminência da inundação já representou um fator de prejuízo econômico”(LINS, 2006)

Diante de tal situação e agravada pela urgência de deixar suas antigas casas, muitos moradores acabaram recebendo “qualquer coisa” para não perder tudo. Como coloca a professora e comerciante Maria de Lourdes. Lurdinha, como é conhecida, tem 52 anos e mora na Nova Vila de Pedro Velho, atualmente ela tem um bar e é diretora de escola na comunidade, ela narra o fato da seguinte forma:

A gente não tinha outra opção, ou recebia o dinheiro que eles davam ou ficava sem nada. Eu achei melhor receber tudo e sair logo de lá, ia ser tudo inundado mesmo. Muita gente ficou sem nada, não tinham nem documento de posse das casas que tinham. O dinheiro que eu recebi não deu pra nada, tive que vender outra casa que eu tinha pra construir essa daqui.³¹

Lurdinha anuncia que não havia outra solução se não receber o valor estipulado pelo governo. Além disso, muitas dessas propriedades haviam sido recebidas por herança e nem todas possuíam documentação regular, fato, também, constatado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Humana (2007), o que levou a muitos moradores sem terem como comprovar a posse dos bens que possuíam, a não receberam nada ou um valor considerável ao que possuíam.

A ausência de documentos básicos permanece até o presente momento. Muitos moradores não têm sequer registro de nascimento, fato que inviabiliza que idosos e trabalhadores rurais possam se beneficiar da aposentadoria, por exemplo, que muitas vezes, mesmo já tendo condições de obter o benefício, não conseguem comprovar, junto ao órgão competente, o tempo de serviço rural ou não sabe como fazer o pedido pelas vias jurídicas. Além disso, como informa a Comissão Especial do Conselho da Defesa dos Direitos Humanos os moradores não possuem documentação relativa à propriedade do imóvel:

após vários anos da construção da barragem, os moradores não receberam nenhuma documentação relativa ao imóvel que ocupam (...) a única forma de garantirem a manutenção da posse dos mesmos é não se ausentando da

³¹Maria de Lourdes Tavares. Entrevista realizada em 11 de Abril de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho- Aroeiras, Paraíba.

casa, uma vez que a ausência, por dois dias apenas, pode proporcionar a sua ocupação por outras famílias igualmente desassistidas (CECDDPH, 2007:13)

Em 2011, eram poucos moradores que possuíam tal documentação. Dessa forma, os atingidos são submetidos a uma situação de instabilidade, ignorando, até mesmo, a situação jurídica em que se encontra o imóvel em que residem.

Apesar de muitos moradores terem recebido em dinheiro suas indenizações, a opção mais comum foi o recebimento de casas nos assentamentos rurais, chamados de agrovilas pelo INTERPA, situados a poucos quilômetros do reservatório. Na verdade essas agrovilas são conjuntos habitacionais formados por casas edificadas em pequenos terrenos e que não dispõem sequer de espaço para o cultivo de horta caseira. Lins (2006) em sua pesquisa menciona como foi estabelecido os valores de indenização:

Para aqueles que tinham terra, os valores das indenizações seriam pago a partir dos benefícios materiais existentes nas terras, tais como casas, árvores frutíferas, abstraindo a valoração do trabalho investido no trato com a terra. Para os que tinham casas, foi oferecido outra em troca, ou o pagamento em dinheiro de acordo com valores estabelecidos pelos empreendedores (LINS,2006: 121)

Mediante esses critérios adotados pelos empreendedores, aqueles que coordenavam a obra, para as indenizações salientados por Lins (2006) a Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (2007) informou que diante da falta de alternativa, a maioria aceitou a proposta do pagamento de indenização em dinheiro e de recebimento de uma casa prometida no local onde a família escolhesse e equivalente a que possuía, o que em tese não foi cumprido. A professora de 47 anos, Maria de Fátima Lucena, militante do MAB, ex-moradora de Pedro Velho me relatou em entrevista que “mesmo aquelas pessoas que tinham suas casas de tijolos, em alvenaria receberam casa de placa”³².

Nas imagens que seguem é possível perceber como estão estruturadas a Vila de Melancia e a Vila Nova de Pedro nas respectivas fotos:

³²Maria de Fátima Lucena. Entrevista realizada em 23 de Maio de 2011 por Emeson Tavares em Aroeiras-PB



Fig. 05: Vista mostrando o reassentamento, as casas de Melancia, Itatuba, Paraíba, 2010



Fig.06: Vista de uma rua e as condições de moradia em Nova Vila de Pedro Velho, Aroeiras, Paraíba, 2011

Importante destacar que algumas pessoas não tiveram suas casas inundadas pela barragem, a maioria oriunda das comunidades de Riachão e Água Paba , cerca de 100 famílias, mas também, foram prejudicadas, pois com o enchimento do reservatório, o acesso as suas residências foi prejudicado e somente poderia ser feito com o uso de barcos, o que fez com que parte dessas famílias deixassem suas casas por conta do difícil acesso e não tiveram direito a indenizações.

A justificativa do Governo Estadual foi que as casas, por se localizarem em uma região alta, não seriam inundadas e por isso não entraram no plano de indenizações (LINS,2006). A comunidade de Água Paba expressa esta situação: localizada a 9km da sede do município de Natuba-PB, na extremidade final do reservatório, formada por 61 famílias, a maioria instaladas em suas antigas casas, sendo que as famílias que perderam suas casas devido ao alagamento construíram, elas mesmas, suas casas de pau a pique.

Esta comunidade não recebeu nenhuma assistência do Governo Estadual e não dispõe de terras ou de programas destinados a atividades agrícolas e/ou pecuárias. Essa situação decorre do fato de que o Estudo de Impacto Ambiental – EIA não incluiu essa comunidade como atingida pela barragem. Desta forma, as famílias moram nos mesmos locais, só que ficaram isoladas pela barragem. Fernanda Silva, dona de casa de 23 anos, testemunhou esse problema. Sua família ficou ilhada e tiveram de abandonar a antiga casa, sem indenização.

Eu não sou diretamente atingida pela barragem. Eu morava ao lado, numa casinha lá. Mesmo assim, eu fui atingida porque a gente teve que sair de lá. Não havia saída mais até pra trabalhar. Como não tinha acesso e eu precisava sair pra trabalhar, tive que sair de lá. Não recebemos indenização nenhuma, só a casinha mermo.³³

Esta moradora da comunidade Costa trabalhava em plantio de pimentão e tomates em Pedro Velho. Com as águas da barragem ela ficou ilhada sem ter acesso direto à região que trabalhava, o que a obrigou deixar seu local de nascimento e ir para onde trabalhava.

Assim, as medidas de solução dos efeitos sofridos pelos atingidos de Acauã adotadas pelo governo resumiram-se à compensação monetárias irrisórias e/ou à cessão de uma unidade habitacional nos referidos conjuntos habitacionais rurais. Estas medidas relatadas nas entrevistas foram problemáticas porque não foram acompanhadas de provisões para infraestrutura local.

Ao invés de agrovilas planejadas e construídas para abrigar os atingidos como se previa, o Governo Estadual construiu conjuntos habitacionais, formado por vilas com pequenas casas, com um pequeno quintal sem espaço para plantações. A qualidade do solo e a dimensão do quintal de cada casa são impróprias para o cultivo de uma horta, alguns quintais são compostos por pedras. Sobre as casas, o agricultor Severino de Souza relatou o seguinte:

Já fizemo uma reforma, as casinha são fraca demais. Lá muita gente tinha uma casa até boa e pegou uma dessa pra não perder tudo. Foi um serviço mal

³³Fernanda Silva. Entrevista realizada em 03 de Março de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras-PB

feito da porra. Aqui fai 7 anos que a gente convive aqui e nem uma pedra eles não botam, assim as águas fazendo grota, entra prefeito e sai prefeito e a coisa é tudo igual.³⁴

Como é apontado na fala do entrevistado as casas construídas por placas não são resistentes a própria ação do tempo o que justifica o fato de muitas já terem sido reformadas, feito alguns “retoques” como se observa na próxima imagem.



Fig. 07: Fachada de uma das casas de Vila Nova de Pedro Velho com os “retoques” feitos na lateral

Severino reitera ainda, que passados 7 anos, mesmo com a rotatividade do governo pouco se tem feito para a melhoria das condições de moradia. A população que antes residia em casas de alvenaria, atualmente se aglomera em pequenas casas construídas com placas pré-moldadas. O relatório de visita da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana detalhou a situação das casas:

As casas tem área construída media de aproximadamente 44 metros quadrados, com pequeno quintal, composta de quarto, sala, cozinha e banheiro. Os cômodos são bastante pequenos. As paredes são feitas de placas de concreto – material comumente utilizado para a construção de muros de delimitação de terrenos baldios – e não de alvenaria, mostrando-se bastante frágeis, instáveis e inadequadas para a vida rural. As placas de concreto de que são feitas essas casas, são impróprias até mesmo para a construção de muros e mostram-se absolutamente inadequadas para servir de paredes de uma casa, por serem muito finas e não propiciarem o adequado isolamento

34Severino de Souza. Entrevista já citada.

térmico, ou seja, no calor, o ambiente fica muito quente e quando as temperaturas baixam o ambiente fica muito frio. (CECDDPH, 2007:12)



Fig.08: As placas e a construção das moradias em Vila Nova de Pedro Velho

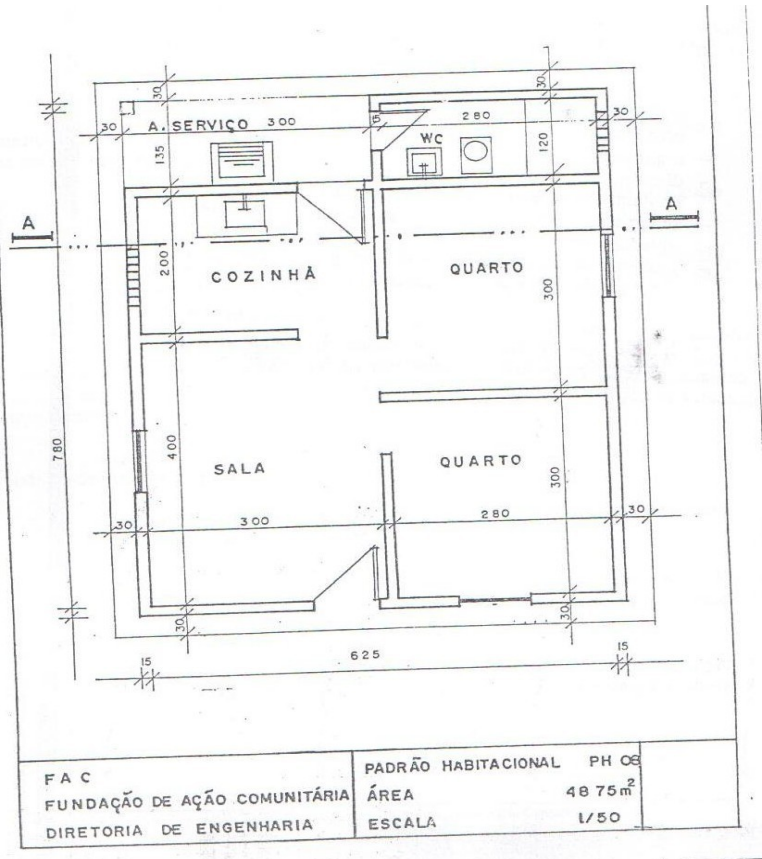


Fig.09: Desenho da Planta das Casas

Esta constituição das casas, pelo que narram os entrevistados, não dão conta de abrigar uma família composta por mais de 4 pessoas, composição que se verifica, por exemplo, na família do próprio Severino de Souza. Este contou o seguinte:

A casa era muito piquininha. Lá em casa são 6 pessoa, eu e minha mulher durmimo em um quarto e os meninu dormem no outro, por enquanto, enquanto os mininu são pequenu ainda dá lá, mas quando crescerem mais vai ficar difícil caber, eu tive que construir um puxadim, uma outra cozinha atras no quintalzim pra gente ter mais espaço na casa.³⁵

Não é difícil nas outras casas encontrar um “puxadinho” tanto na frente das casas como atrás das mesmas. No caso de Severino por enquanto a casa está comportando em virtude da reforma como ele coloca. Em algumas é possível encontrar mais de uma família morando como confidencia Maria Pereira Valente, moradora de 25 anos da vila Melancia:

A primeira pessoa a sair de lá foi minha mãe, lá da comunidade dos Ferros, porque a água chegou a minha casa, que era a primeira casa que tinha. Nós alugamos uma casa lá no sitio de Jurema e passamos um ano e três meses morando lá. Depois disso, a gente saiu de lá e foi pra Vila. Só que as casas eram muito pequenas e não tinham condições de abrigar todo mundo de minha família que é grande. São dez pessoas. Meu irmão casou e tinha a mulher dele que também morava junto conosco. A casa não tinha condições nenhuma, porque só tem dois quartos, um banheiro, uma sala e uma cozinha muito pequena. Por isso, meu pai teve que reformar a casa e fazer outro quarto e uma cozinha, pois não tinha condições nenhuma.³⁶

Na casa de Maria Pereira foi feito um “puxadinho” atrás da casa para acomodar os dois cômodos construídos e como se observa foi a medida utilizada para abrigar em melhores condições a família.

Outro fato importante a destacar é que, antes mesmo que as casas das novas vilas fossem construídas muitas pessoas já haviam sido atingidas o que levou muita gente a procurar alguns locais alternativos para viverem até a conclusão da nova residência. Foi o que aconteceu com a família de Maria Pereira. Questionada sobre o período que ela passou morando de aluguel e o porquê do irmão morar com eles e não ter conseguido outra casa, ela

³⁵Severino de Souza. Entrevista já citada

³⁶Maria Pereira Valente. Entrevista realizada em 03 de Março de 2011 por Emeson Tavares na vila Melancia, Itatuba, Paraíba.

fala o seguinte:

É que quando eles chegaram lá em casa pra indenizar meu irmão ainda não tinha casado tava só namorano. Também foi muito antes, quase dois anos antes. A gente nem sonhava que meu irmão ia casar e ficamo morano lá no sitio porque não tinha casa pra gente.³⁷

Talvez a família de Maria Tereza tenha sido uma das que se “abestaiô” como disse Severino. Mas o fato é que a situação dessa família foi resultado da organização do processo de indenização adotada pelo governo, sem sistematização e distribuição regular das casas. Como já foi colocado a partir da fala de Seu Zé de Souza, alguns atingidos receberam indenização em dinheiro, mesmo assim conseguiram casas. Outros nem casa e nem dinheiro.

Ampliar a casa não foi uma medida adotada apenas pelo pai de Maria Pereira, ou Severino. Ao caminhar pelas comunidades de Melancia, local onde essa dona de casa reside e Vila Nova de Pedro Velho, local de residência de Severino, é possível encontrar uma serie de outras, para não dizer que a maioria, das casas foram ampliadas e reformadas.

Esse cenário, entretanto não se resume a isso apenas. De acordo com o relatório da CECDDPH,

os atingidos foram obrigados a mudar seu modo de vida: saíram de uma vida tradicionalmente rural para um meio *urbano*(sem que tenha estrutura de uma aglomeração urbana). Não há terras agricultáveis, nem terrenos que permitam a criação de animais. As famílias nada produzem. Não há alternativas de trabalho para esses cidadãos de pouca instrução, totalmente adaptados a vida do campo. (CECDDPH, 2007:8, grifo meu)

Nessas circunstâncias, parece importante uma ponderação ao que Raymond Williams faz a respeito da imagem do campo e da cidade:

É significativo que a imagem comum do campo seja agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos deste modo, fica faltando o presente. (...) Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos (WILLIAMS, 1989:397).

Para Williams, a idéia de campo como algo que remete ao passado - à tradição, aos costumes humanos e naturais - e a idéia de cidade como algo que remete ao futuro - ao progresso, à modernização - nos levam a uma incongruência, pois não situamos o momento

37 Maria Pereira. Entrevista já citada

presente. Desse modo, a tensão entre passado e futuro é reveladora, pois indica o modo como nos situamos no presente.

Tais pressupostos podem ser trazidos para pensar a realidade das comunidades reassentadas em análise nessa pesquisa. Como a população reassentada se situa a partir do momento em que é deslocada compulsoriamente de local rural para um urbano e como é interpretado esse “moderno” e o “progresso” nos conjuntos habitacionais. A entrevista de Manoel Matias da Silva, 28 anos, morador da vila Melancia me ajudou a compreender essa questão:

Eu sai de casa e vim morar nessa vila que fizeram por causa da barragem. Foi ruim porque onde a gente morava era bom. Era bom de criar, de botar roçado. Eu perdi tudo e só recebi a casa. Hoje eu trabalho com carvão e recebo a cesta básica”³⁸

Algumas mudanças ocorreram na vida cotidiana de Manoel, entretanto a sua principal atividade produtiva – fazer carvão – se manteve. O agricultor, desde criança foi habituado no trabalho do carvão, a madeira é colhida do próprio desmatamento que vem sendo feito no sentido de “desencapar” as áreas próximas aos assentamentos e pelo próprio crescimento dos mesmos. O “bom”, colocado por Manoel, para qualificar o local que vivia antes da barragem está relacionado ao espaço de terras destinadas a criação de gado e agricultáveis que atualmente ele não possui espaço para essas práticas.

Todavia a maioria da população teve que se adequar a nova situação.

Maria de Lourdes, já apresentada nesse texto, me relatou que no começo, quando chegou a comunidade era muito ruim, mas no momento já havia se adequado. No começo pelas próprias condições da vila, ainda em construção e como mudou a própria vizinhança a professora não conhecia todo mundo. A adaptação foi acontecendo durante os anos e atualmente ela com seu comércio se adequou a realidade de Vila Nova de Pedro Velho. Questionado sobre esse fato, Abel Francisco de Andrade, 39 anos, militante do MAB e morador de Nova Vila de Pedro Velho me relatou o seguinte:

Hoje, eu faço as minhas as palavras de Certeau quando ele diz (...) em a Invenção do cotidiano, sobre a invenção do homem ordinário ele há de encontrar mil e umas formas de sobrevivência mesmo em uma situação daquelas. É incrível a capacidade que as pessoas tem de sobreviver. As pessoas que vêm de fora, por exemplo, ficam se perguntando: rapaz esse povo aqui vive de que? Porque você não encontra uma área de plantio, não

38Manoel Matias da Silva. Entrevista realizada em 03 de Março de 2011 por Emeson Tavares em Melancia, Itatuba, Paraíba.

encontra, não existe isso lá, no entanto alguns levam a vida pescando que é a única fonte de renda concreta que nós temos hoje(...)³⁹

O “homem ordinário” de Michel de Certeau, do qual se apropria Abel acima, é, para o autor, aquele capaz de inventar o cotidiano com mil maneiras de sobreviver e se manter em um local por mais difícil que seja escapando silenciosamente de qualquer conformação. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um(CERTEAU,1994).

O conhecimento do autor citado pelo entrevistado não é toa. Abel Francisco é estudante e professor de História e, segundo ele, “fã desse autor”. O entrevistado tenta explicar que as pessoas são capazes de se adaptarem as situações. Entretanto, reconhece que nem por isso a situação é boa.

Em outra entrevista, é possível perceber a dimensão da mudança das condições de trabalho. Carlos Antônio da Silva, agricultor de 30 anos, morador da Nova Vila de Pedro Velho perguntado relata o seguinte:

Só sei que a gente tinha atividade da gente lá. Com o enchimento da barragem, nós saímos de lá e ficamos com muita saudade de Pedro Velho. Lá a gente criava muitas coisas. Tinha água perto pra nós carregar(...) tinha muita lenha (...). De repente, essa enchente chegou, pegou a gente de surpresa e a gente teve de sair. Como a gente vivia antes tudo era mais fácil. A gente vivia nas margem do rio. Então, lá eu nasci. Meu pai era plantador, agricultor. Plantava feijão essas coisa. Agora ele tá plantando, só que é mais difícil, porque tem que descer lá pra barragem e é pior. Eu me criei com minha bisavó, desde os sete ou oito ano. Ela ainda é viva. Até hoje ela sofre com a mudança, porque ela criava bicho e a gente vivia disso. Ela tinha vaca, tinha as coisas. O quintal dela era todo plantado de capim, essas coisas. E agora vivemos nas casinha de placa, com quintalzinho que não dá pra nada⁴⁰

O agricultor é preciso nas suas colocações e aponta que a atividade produtiva do pai embora em condições mais difíceis, uma vez que tem que caminhar em média de 2 a 3km até o local de plantio e esse trabalho já é desenvolvido em terras dos outros, o que leva o agricultor a, muitas vezes, ter que pagar pelo produzido e, como relata Manoel Matias: “Pra fazer roçado, os donos não dão as terras pra trabalhar. Somente algumas pessoas dão e é muito difícil o roçado lá. Não tem não, para o povo não”⁴¹.

³⁹Abel Francisco Andrade. Entrevista realizada em 23 de Maio de 2011 por Emeson Tavares em Aroeiras, Paraíba.

⁴⁰Carlos Antonio da Silva. Entrevista realizada em 22 de Abril de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho-Aroeiras, Paraíba.

⁴¹Manoel Matias da Silva. Entrevista realizada em 03 de Março de 2011 por Emeson Tavares em Melancia-Itatuba, Paraíba

A maior parte dessas terras em que muitos dos atingidos vão trabalhar são de latifundiários que possuem terras a jusante da barragem.

As condições de trabalho foram alteradas, a ausência de trabalho, se antes já existia, se agravou e, também, se intensificou a forte dependência da população com relação às ações assistenciais do Governo, como afirma no mesmo relato o agricultor Carlos Antonio: “As pessoas vivem das feiras básicas que o MAB distribui e da bolsa família e pronto. Os empregos que tem são da prefeitura e o prefeito passa meses sem pagar”⁴². Esses empregos da prefeitura são em grande maioria trabalhos relacionadas a auxiliar de serviços gerais: gari, zeladores, merendeiras nas escolas, vigia dentre outros que nem sempre recebem pelo serviço prestado o que leva muitos dos atingidos a não manifestarem interesse por eles.

A renda mensal por família pesquisada foi calculada por Lins(2006) em torno de R\$ 212,33 em Cajá e de R\$ 284,14 em Melancia no universo em que o salário mínimo base era de R\$300,00, com perda média, após a realocação, em torno de 31% em Cajá e de cerca de 10% em Melancia. Vale ressaltar que na maioria das casas, as famílias contam apenas com a renda da aposentadoria dos mais velhos e com as referidas cestas básicas doadas pelo Governo Federal. Sobre isso e outras questões, o estudante de 20 anos, Erivaldo Barbosa morador de Vila Nova de Pedro Velho me relata:

Desde seis meses de idade que eu vivo com a minha avó. Então quando eu falo de sair de casa ela bota pra chorá e eu não saio de casa. Só que o jeito é sair mermo, porque eu não vou ter ela viva pra toda vida, não vou ter como me sustentar. Então tenho que continuar tentando conseguir emprego. O pessoal dos mercadinhos, os que tem material de construção colocam só o pessoal da família. As vezes a gente tem de se rebaixar, de pedir pra trabalhá e as vezes até pilhera a gente leva, nome de vagabundo, que vive de rua a cima rua a baixo e não arruma emprego, trabalho(...). A gente tem que ficar assim, pra lá e pra cá. Vamo ao mato tirar lenha pra vender, fazemo carvão, batemo tijolo pra vender. Então é muita dificuldade pra gente. Eu quero que o povo tenha um meio de emprego pra trabalhar⁴³

A idéia de migração e a busca de trabalho em outros locais. que antes da construção da barragem já existia, com ela, parece que se acentua e é bastante recorrente quando se conversa com os jovens nas comunidades. No caso de Erivaldo ele mora sozinho com sua vó, uma senhora com mais de 85 anos e ele se sente na obrigação de cuidar da senhora. Os dois

⁴²Carlos Antonio da Silva. Entrevista realizada 11 de Abril de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho-Aroeiras, Paraíba

⁴³Erivaldo da Silva, 20 anos, estudante e morador de Vila Nova de Pedro Velho. Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2011 por Emeson Tavares da Silva em Campina Grande, Paraíba

vivem basicamente da aposentadoria da idosa, um valor equivalente a R\$ 560,00 mensais e na busca por trabalho, raramente arruma o chamado “bico”, trabalhos esporádicos como tirar lenha ou fazer tijolos. Esses motivos levam, inclusive, aos pais incentivarem seus filhos a migrarem para outros locais, estratégia que parece ser apontada por Severino de Souza:

Eu espero que, quando cresçam, eles tomem destino né? Que estude pra ter um futuro melhor. Eu mermo vou incentivar eles pra sair daqui porque se for pra arrumar alguma coisa aqui o caba não arruma nunca não. Depoi que tiver de maior eles escolham⁴⁴.

Severino é pai de quatro filhos de idade que varia de 1 ano a 10 anos. Fiquei me perguntando como que um pai pode pensar e inclusive incentivar para que os seus filhos saiam de seus lugares de nascimento, ou em outras falas de “debaixo de suas saias”? A resposta estava na seqüência de sua fala. O agricultor se emociona e se retira do local o que leva a crer que impulsionando os filhos a estudarem e buscarem outros locais para sobreviverem terão uma vida melhor.

É consenso entre os moradores entrevistados que as comunidades ofereciam mais estrutura na fase anterior à construção da barragem. A agricultura continua sendo uma atividade desenvolvida pelos moradores das comunidades, mas me parece que atualmente, o comercio está sendo um forte atrativo nas comunidades. Em Nova Vila de Pedro Velho, é possível encontrar em uma só rua pelo menos 3 “bodegas”, pequenas mercearias destinadas basicamente a venda de bebidas alcoólicas e em algumas produtos de uso e consumo pessoal, como material de limpeza e alimentícios. Dessa forma, a lamentação é pelas condições de vida e de trabalho perdidos. Sobre isso Abel relatou que “hoje, as coisas melhoram para um grupo de pessoas, principalmente os comerciantes porque as áreas produtivas foram inundadas e pra onde as famílias foram alocadas ou relocadas (...) não existem áreas de cultivo ou criação”.⁴⁵

Assim alguns grupos minoritários de atingidos acabarem se sobressaindo ou encontrando maneiras de sobrevivência no comercio. É o caso da professora aposentada Maria de Lourdes. Ela fala que já sabia lidar com o comercio, pois antes, na antiga Pedro Velho, ela possuía uma mercearia e atualmente um bar, que de acordo com ela “o sistema de bar aqui eu não tenho do que reclamar. Não é aquele movimento de enricar, mas também não é ter nada

44 Severino. Entrevista já citada

45 Abel. Entrevista já citada

pra reclamar não. Então tá dando pra levar(...)”⁴⁶. Entretanto ela fala:

Lá a gente se sentia mais tranquilo, aqui já teve varias coisas que deixou a gente preocupado, tudo nervoso. Teve período da gente ficar com medo de receber alguma pessoa, as vezes chegava uma pessoa se não tivesse com crachá ,identificando o que era a gente já ficava de orelha em pé por causa de tanta coisa que aconteceu. Mas, graças a Deus, essa fase já passou e hoje a gente vive mais tranquilo⁴⁷.

Para Maria de Lourdes a fase mais violenta já passou, teria sido o período inicial que ele chegou a nova vila, um período de adaptação e de bastante receio por causa da própria idéia do desconhecido, pois como já foi colocado Vila Nova de Pedro Velho recebeu moradores de várias comunidades atingidas e muitos laços de vizinhança foram destruídos, entretanto o jornalista Germano Barbosa questionado sobre a quantidade de “bodegas” e a conseqüente venda de bebidas alcoólicas me responde o seguinte:

O ócio leva a situações deploráveis. Você acompanha como eu a situação do craque, da maconha (...) que infelizmente chegou em Pedro Velho de uma forma devastadora, (...) lamentável. Você sem ter o que fazer, você procura uma ocupação. A droga é um passatempo inicialmente, depois é um pesadelo pro resto da vida não é? É um dado que tem que ser tratado(...). Eu vejo com muito desalento isso que você fala(...) Olha o álcool, a maconha e o craque são infelizmente as fontes de, eu coloco entre aspas, lazer pra muitos jovens de Pedro Velho, isso dói dizer, mas é uma constatação(...) Lamentável demais, mas eu ainda acho que ainda há tempo de se fazer alguma coisa. Eu apelo até o MAB, aos poderes constituídos, a igreja.⁴⁸

A violência, neste caso, está bem longe de ser fase passada. Os problemas relacionados a e com ela como coloca Germano Barbosa se acentuam até por falta de outras opções de atividades, de lazer. As novas comunidades não contam com espaços de lazer, sejam praças, campos de futebol, quadras, salas de projeção, locais para manifestações culturais. Parece que sem ter uma atividade produtiva ou de lazer para desenvolver muitos dos moradores e especificamente os jovens buscam alternativas para desempenhar alguma atividade, muitos como relatou Germano, encontram nos bares. As drogas, presentes também nas comunidades, são um forte atrativo, o que é problemático mediante as situações vivenciadas nas comunidades e que até 2011 não havia evidências de algum ato de combate a isso, as coisas

46Maria de Lourdes. Entrevista já citada

47Maria de Lourdes. Entrevista já citada

48Germano Barbosa. Entrevista já citada

funcionam “as escuras”, são obscurecidas perante a população.

A fala de Germano Barbosa está em consonância ao que relatou a Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana:

após a construção da barragem houve acentuada degradação social. A alteração no meio de vida da comunidade (população rural que foi assentada em vila urbana) aliada à ociosidade, à falta de condições econômicas de prover a subsistência, ao aumento do alcoolismo e à convivência forçada, ocasionaram o surgimento de conflitos existenciais e mesmo de ações de violência, não reprimidas por falta de um posto policial no local (CECDDPH2007:15)

A CECDDPH (2007), reiterou que na comunidade de Pedro Velho não havia registros de homicídios na memória dos moradores contatados. O primeiro homicídio na Vila Nova de Pedro Velho aconteceu em 2004 e acrescenta que, até 2007, foram registrados oito homicídios. Segundo dados da delegacia do município de Aroeiras, de janeiro de 2004 a abril de 2011, foram registrados 16 homicídios na referida comunidade, a maioria sem causas aparentemente determinadas ou obscurecidas e sem que a polícia tenha chegado aos culpados. Um destes assassinatos ocorreu em 2009 e foi noticiado da seguinte forma, acrescentando uma causa àquelas identificadas pela CECDDPH:

LIDERANÇA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS É EXECUTADA NA PARAÍBA

Na noite desta quarta-feira, 29 de Julho de 2009, mais um crime vergonhoso mancha de sangue de trabalhador a história da Paraíba. Foi executado, em emboscada montada próximo a sua residência localizada na comunidade de Pedro Velho Município de Aroeiras- PB, Odilom Bernardo da Silva Filho, 33 anos, uma das principais lideranças locais do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem). Após sair de uma conversa informal com amigos e militantes do Movimento, voltando para sua residência pilotando uma motocicleta, a vítima foi abordada por dois homens encapuzados, fortemente armados, possivelmente com escopetas e espingardas calibre 12, sendo alvejado com 4 ou 5 tiros a queima roupa na cabeça e pescoço principalmente. A execução ocorreu após uma série de ameaças que membros do Movimento vinham enfrentando. Odilom deixa mulher e dois filhos de 05 e 10 anos.

Militantes do MAB já vinham denunciando há algumas semanas o crescente clima de tensão na região, causado por ameaças de morte as lideranças do Movimento das três comunidades de Pedro Velho, Melancia e Cajá. Na semana anterior um rapaz que passava de moto próximo a um dos reassentamentos, em Itatuba, foi atingido com um tiro pelas costas, o que, de acordo com os dirigentes do movimento pode ter relação com as ameaças.⁴⁹

⁴⁹Matéria publicada em www.mabnacional.org.br. Acesso em 15 de outubro de 2010.

Abel Francisco Andrade, militante do MAB, foi uma das últimas pessoas que esteve com Odilon antes de seu assassinato e questionado sobre essa morte, o militante me relatou o seguinte:

a gente avalia na comunidade (...)que foi um problema até pessoal, que não teve nada a ver com o movimento (...) Alguma coisa pessoal que a gente nem sabe, nem sabe o que foi que levou tanto né? O que a gente sabe é que ele fazia algumas denúncias. Ele era daquilo tipo que fazia a denúncia e fazia questão de dizer que era ele que tava fazendo a denúncia(...) não foi causa do movimento porque oia no dia que mataram ele eu vinha com ele no bagageiro da moto(...) dois minutos antes eu tava no bagageiro da moto dele. Ele me deixou na casa onde eu morava(...) Ficava a 150 metros da casa onde ele me deixou (...). Ele passou pelo local lá eu tava dando aula aí ele tava conversando lá no posto de saúde fica próximo ao colegio e essa conversa já durava horas aí ele disse Abel(...)eu disse Lon, chamavam Lonzinho com ele(...) eu vou embora pra casa, eu passei uma meia hora com ele. Ele sentado na moto e o pessoal ao redor conversando e tal aí eu participei da conversa também uma meia hora aí eu disse rapai vou trabalhar amanhã de manhã(...)eu vou embora aí ele disse: não rapai, eu também vou monta aqui que eu te levo aí ele me levou aí quando chegou na casa dele eu disse pronto rapai me deixa aqui, fica bom pra mim e bom pra tu ele disse não rapai te levo tu lá. Da casa dela dava uns 200 metros pra minha casa e de onde mataram ele dá 150 metros, 50 da casa dele(...) Aí ele disse não eu vou com você, aí passamo tudo naquele silencio, era umas 10:40hs de uma quarta-feira, dia de jogo, aí não vimos nada, nenhum um barulho nem nada. Quando ele me deixou que voltou com menos de 2 minutos aí eu vi os disparos né? Eu não tinha nem acabado de entrar. Eram uns disparos diferente sabe? Parecia arma de fogo, mas era uma coisa abafada, mas eu não dei grande importância porque é comum lá, por exemplo, quando os times tão ganhando soltar fogos né? Mas nem parecia com fogos e nem com arma de fogo, era um barulho diferente, abafado. Deram uns 5 tiros, deram um grande, maior e deram outros e no final deram o mesmo maior aí mais naquele silencio eu olhei assim, nada. Entrei com poucos minutos escutei uma atropelada de gente passando na rua aí eu fiquei olhando o que é isso essa hora, gente correndo aí o irmão dele vinha até minha casa e disse: Abel mataram Lonzinho agorinha(...) 2 minutos depois que ele me deixou, que dizer se fosse questão do movimento o alvo teria sido eu né? Ele não representava uma liderança do movimento(...)

O relato do militante contrapõem-se ao que noticiou a imprensa quanto à causa do assassinato. Para Abel Francisco, se fosse por causa da militância o alvo teria sido ele, já que na época era ela que coordenava o movimento. As razões possivelmente estariam ligadas a outras questões, talvez pessoais, ou políticas também, mas não relacionadas ao Movimento dos Atingidos por Barragens.

O processo judicial está sobre “segredo de justiça” e Abel não quis entrar em maiores detalhes sobre as possíveis causas da morte de Odilon.

Ademais, o fato é que, constatado pelos dados acima apresentados, a comunidade se

tornou mais violenta, ocasionada, em grande medida pela falta de uma atividade produtiva e de lazer.

Mediante tal situação, aqueles que querem trabalhar, quase sempre o jeito é procurar em outra região, como aponta Severino Souza:

Eu trabaio no campo, trabalho com veneno, as vezes é roçando mato (...) Trabaio por dia. Daqui só tem eu mermo. Trabaia um outro pessoal de la, de um lugar chamado Aguá Paba. Eu trabaio ali perto de São Vicente Férreo. Aqui é dificil demais de trabaio aqui, se o caba não se deslocar pra fora aqui ele não consegue nada não, alguns vão pro Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, as vezes consegue trabaio em João Pessoa, Campina mermo⁵⁰

O agricultor trabalha em São Vicente Férreo, no interior pernambucano durante 3 ou 4 dias semanais, em jornadas que variam de 8hs a 12hs diárias, desempenha a mesma função que antes da barragem, porém em condições e realidades diferente, se antes trabalhava para seu próprio consumo e esporadicamente de “alugado” para parentes e familiares, atualmente trabalha de alugado em fazendas de grandes latifundiários. Nesse trabalho, ele ganha em media R\$ 600,00 para manter a sua família composta por seis membros. Sua família é considerada de baixa renda pelo Governo Federal pelo qual ela é beneficiada pelo programa Bolsa Família. Além disso, a família ainda recebe a cesta básica pelo governo em virtude de ter sido atingida, que segundo o agricultor ainda é irregular:

A cesta é composta por arroi, feijão, macarrão, fuba, óleo, só não vem carne, nem outras coisas. Comida grosseira vem bastante(...) É uma vez no meis, mai não é todo mei não, sabe?! As vez passa dois, treis mei sem vim, mai de qualquer forma ajuda.⁵¹

De certa forma a cesta parece satisfazer Severino. A cesta básica evita de certa forma um gasto para com os gêneros alimentícios que o agricultor teria de comprar. Severino também falou sobre o que ele esperava do futuro: “Daqui mermo sobre melhorá pra gente aqui eu acho aqui só se entrá um prefeito aí que faça alguma coisa pelo lugar né? Vá a busca. Mai sobre trabalho aqui acho que vai ser essa coisa assim direto”⁵²

Outras atividades produtivas alem da agricultura e do comercio são desenvolvidas nas comunidades. A criação de animais, por exemplo. Alguns criam animais, que sem espaço

50Severino de Souza. Entrevista já citada

51 Severino. Entrevista já citada

52 Severino. Entrevista já citada

físico próprios e destinados a criação, é comum encontrar pequenos rebanhos de caprinos por entre as ruas das comunidades e currais improvisados nos pequenos quintais com poucos animais.

A pesca, a atividade praticada e diretamente ligada à barragem, é praticada de acordo com Lins(2006) por cerca de 25% dos moradores que ela entrevistou nas comunidades. Estes utilizam o reservatório de Acauã para esta finalidade. Entretanto, 60% das pessoas que participaram da pesquisa da referida autora declararam-se insatisfeitas com esta prática. Todavia em conversas com pescadores da comunidade de Vila Nova de Pedro Velho, eles me revelaram que há cerca de 1,8 mil pescadores que vivem basicamente dessa atividade. Segundo eles, há períodos em que a pesca é um ótimo atrativo e dá para sobreviverem da pesca, mas, em media, eles acumulam uma renda de R\$ 500, 00 a R\$ 600, 00 mensais. Sobre os pescadores, Abel me relatou o seguinte:

Tem muita gente filiada em uma colônia. Agora nós sabemos que grande parte desses pescadores eles não pescam né? Tem uma colônia(...) ai tem uma negociação com o presidente dessa colônia e a maior parte desses pescadores são de cidade de Aroeiras e não desenvolvem a pesca, só pra terem direito ao seguro pesca e os de lá que pescam é um sofrimento né? Eles não tem uma cobertura, um projeto mesmo que atenda. Eles incrementaram o projeto Tanque Rede né? Mas bem poucas pessoas pelo contingente, acho que não chegam a ter 10 pessoas que vivem do Tanque Rede(...) ⁵³

O seguro pesca é, de acordo com o Ministério de Trabalho e Emprego, um seguro desemprego do pescador artesanal, sendo uma assistência financeira temporária concedida no período de defeso em que a pesca é proibida, num valor equivalente a um salário mínimo e que muitos acabam se apropriando desse recurso mesmo sem ser pescador.

O Projeto Tanque Rede foi uma maneira encontrada por muito pescadores de criar e manter peixes consiste em aprisionar num certo espaço de um reservatório, através do uso de uma rede. É um projeto que demanda um custo financeiro considerável, por isso poucos são os atingidos de Acauã que utilizam desse meio. Portanto, a pesca assim como antes da construção da barragem continua sendo feita, porem antes era feita quase que exclusivamente ao consumo próprio, atualmente é feita destinada a comercialização do pescado.

Sobre o uso da água nas atividades domésticas, parece que não é abundante nas comunidades. Sobre isso Severino relatou o seguinte:

⁵³Abel Francisco. Entrevista já citada

Tem dia de ficar 4, 5 dia sem chegar água. Se o caba não tiver um reservatório ele sofre. Ontante mermo chegou, ai talvez só vá chegar la pra quarta-feira de novo. (...) Também aqui ninguém paga não né? Vai pra Aroeira, ai de vez em quando da uma sangradinha pra'qui. Tem muita gente com tanque. A energia o tanto que consumir paga. Quando chove, a gente se vira, as águas embolando por ai, quem mora na beira das grota fica com medo da água invadir.⁵⁴

O governo não cobra pelo serviço da água, mas na narrativa de Severino é como se essa água que chega à sua casa não custasse tão caro, é apenas “uma sangradinha”, aquilo que sobra do município de Aroeiras e daí é só desviado para a comunidade e pela falta constante é necessário possuir um reservatório que armazene a água. Antes, no entanto, as pessoas tinham água em abundancia, uma vez que viviam as margens do Rio Paraíba que mesmo sendo um rio temporário e que anualmente secava era possível encontrar maneira de encontrar água, via de regra, a partir de cacimbas, reservatórios subterrâneos feitos no próprio leito do rio.

A realidade de água encanada é particular da comunidade de Vila Nova de Pedro Velho, já que as outras são abastecidas a base de carro pipa.

Em visitas às comunidades, verifiquei que não há cisternas em todas as residências e o fornecimento de água através de carros pipa, pelas prefeituras, é precário, pois a quantidade de água não é suficiente para toda a demanda e, ainda, não há regularidade na entrega.

Acerca desse problema, Maria José Vasconcelos, 45 anos, moradora da comunidade Costa, no município de Natuba-PB afirmou: “Uma dificuldade que eu sinto, depois que deixei de morar na beira do rio e vim morar nessa comunidade, é com o acesso a água. Antes, eu tinha água favorável e agora é no controle, pois não tem água, é muito pouca”⁵⁵. Sobre isso o ex-coordenador do MAB-PB, Abel Francisco relatou o seguinte:

A água que nos expulsou não está a nosso serviço (...) Não temos uma água permanente, mas também a cidade não tem e a gente entende porque é culpa do sistema que é insuficiente e o Estado não mostra vontade política pra resolver esse problema, a CAGEPA não mostra. Outro dia disseram que iam ampliar que tinham milhões em caixa para esse fim, mas até hoje nada disso.

⁵⁶

O sistema de abastecimento de água de Acauã é feito através de adutoras⁵⁷. Na

⁵⁴Severino em entrevista já citada

⁵⁵Maria José Vasconcelos. Entrevista realizada em 03 de Março de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho-Aroeiras, Paraíba

⁵⁶Abel Francisco. Entrevista já citada

⁵⁷É chamado de adutoras o conjunto de tubulações, peças especiais e obras de arte destinados a promover o

barragem de Acauã há três adutoras, uma destinada a cidade de Natuba e região, outra para a cidade de Itatuba e a que Abel se refere, destinada a Aroeiras e subjunção, no caso em questão a comunidade de Nova Vila de Pedro Velho.

A adutora que abastece Aroeiras é a mesma que era utilizada antes da construção da barragem e data de 1992, na época conectada direto no rio. É uma tubulação de 150 milímetros que era para bombear 50 mil litros de água por hora, mas, em grande medida, por causa de seu desgaste, em 2011 bombeava no máximo 35 mil litros por hora.

Em 2003, o Jornal da Paraíba noticiou a seguinte matéria:

Acauã: sem adutora, água está poluída

Sem justificativas/Obras da barragem custaram aos cofres R\$ 60 milhões, mas a água de má qualidade não pode ser utilizada para consumo humano

Onde deveriam estar armazenado 250 milhões de metros cúbicos de água para beneficiar mais de 134 mil pessoas de dez municípios paraibanos, encontra-se hoje um açude com pouca água e ainda de má qualidade, o que restringe seu consumo. A Barragem de Acauã, inaugurada em dezembro de 2001 e que custou R\$ 60 milhões, está poluída e sua água não pode ser utilizada para consumo humano, enquanto não houver uma estação de tratamento. De acordo com o exame realizado pelo Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos (NUPPA), da Universidade Federal da Paraíba, por solicitação do Jornal da Paraíba, as amostras da água do açude de Acauã não atendem aos Padrões bacteriológicos de portabilidade, ou seja, conforme o laudo, a água não pode ser bebida, usada para tomar banho ou lavar pratos. O teor alto de coliformes e bactérias podem causar doenças dermatológicas, diarreia, febre tifóide e diversas verminoses. Além do problema da má qualidade da água a barragem que seria a terceira maior do Estado, não está sendo útil conforme o projeto inicial, por não ter sido concluída ainda a adutora que levaria líquido para os dez municípios. Isso quer dizer que a barragem sem adutora se torna uma obra incompleta⁵⁸

A matéria do Jornal da Paraíba aponta para o problema das adutoras e as condições da água de Acauã. Em 2003, a barragem de Acauã estava com 35% de sua capacidade hídrica, o equivalente a 87,5 milhões de metros cúbicos de água e pelos laudos químicos estavam impróprias para consumo e o sistema de adutoras, que como foi já relatado é do ano de 1992. No caso da de Aroeiras e região, o bombeamento é feito através da antiga adutora. As outras duas foram colocadas em 2004.

Em 2011, foi feito o devido tratamento da água por parte do Estado. Em 2007, as chuvas levaram Acauã a chegar aos 100% de sua capacidade hídrica. Entretanto, a água transporte da água em um sistema de abastecimento entre captação e reservatório de distribuição; captação e estação de tratamento; captação a rede de distribuição; estação de tratamento e reservatório; estação de tratamento e rede; reservatório à rede; reservatório a reservatório.

58Acauã: sem adutora, água está poluída. *Jornal da Paraíba*. Paraíba. Cidades. Domingo, 31 de agosto de 2003

mesmo sendo utilizada, claro que feito o tratamento nas adutoras, continua na barragem continua sendo poluída.

O saneamento básico nas comunidades não possuem rede coletora de esgoto e tratamento de afluentes. Foram feitas enormes fossas sépticas coletivas, os chamados fossões, para onde os dejetos das comunidades são destinados. Esses fossões não suportam o fluxo de dejetos e transbordam, contaminando as terras e a água da própria barragem.

Visitando as comunidades, vê-se o esgoto correndo a céu aberto. O relato de Maria Pereira Valente, moradora de Melancia, confirma esse incômodo: “Existe aqui o famoso fossão, que o pessoal fala. É um fossão pra comunidade, pra vila toda é esse fossão, tem época mermo que ele vasa e fica forte o mau chero na vila toda”.⁵⁹

Quanto a destinação dos resíduos sólidos, como observei, a maioria dos moradores das comunidades jogam o lixo produzido em terrenos baldios localizados próximos as suas casas. Esta prática é constatada nos terrenos baldios, repletos de sacolas de plástico, embalagens recicláveis, materiais de alumínio dentre outros largados.

Dessa forma a falta de comprometimento dos governos e a prática adotada pela população em relação ao lixo repercutem nos problemas de saúde da população.

Antes, nas antigas comunidades havia posto de saúde regularmente instalado. Em 2011, havia apenas nas sete comunidades estudadas três postos de saúde em uso, sendo um em Vila Nova de Pedro Velho, um em Cajá e outro em Melancia.

Conforme a Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana(2007), foram verificados vários casos de diabetes e hipertensão. A comissão verificou que nenhuma das comunidades visitadas, em 2007, possuía ambulância e, também, que faltavam médicos, enfermeiros, medicamentos e até material de primeiros socorros para o atendimento dos doentes. Em 2011, a situação não é diferente.

Portanto, as comunidades contam com uma precária assistência à saúde, de forma que esse direito fundamental não vem sendo garantido pelo Estado, conforme o depoimento de Maria Tereza da Silva: “Lá no lugar da gente, a gente tinha o mercado, tinha colégio, tinha o posto. Hoje aqui na vila, o médico vai atender os doente numa casinha de placa”⁶⁰

Com relação a educação, verifiquei e como salienta Edileuza Medeiros(2010) uma serie de problemas: insuficiente infraestrutura educacional, com deficiência na estrutura física e operacional das escolas, corpo docente reduzido e carência de pessoal de apoio; baixo nível

⁵⁹Maria Pereira Valente. Entrevista já citada

⁶⁰Maria Tereza da Silva. Entrevista já citada

de escolaridade, com um grande número de pessoas com ensino fundamental incompleto.

Na comunidade Costa, o acesso a escola é agravado pelo problema da falta de vias de acesso e de transporte, como afirma a dona de casa Maria José Vasconcelos.

Outra coisa perdida foi o acesso à estrada, que era favorável e não temo mai. Nós também sofremo por causa do carro de estudante, porque são dois colégio onde os menino estuda e é somente um carro pra carregar os aluno de Pernambuco e da Paraíba. Quando os aluno da Paraíba não tem aula quem estuda no Pernambuco não vai porque o motorista não quer levar. Passou até dois meses sem ninguém estudar porque não tinha carro.⁶¹

Por se tratar de uma região de fronteira entre os estados de Pernambuco e Paraíba, há um fluxo permanente entre uma população e outra. Muito dos estudantes estudam em Pirauá, Macaparana e São Vicente Férrero, cidades pernambucanas. O transporte da escola que Maria José se refere é custeado pela prefeitura de Natuba que transporta os alunos dessa comunidade até a sede do município e muitos alunos, mesmo estudando em outros municípios, no caso em questão em São Vicente Férrero, cerca de 5 km de distancia utiliza desse transporte.

As estradas e rodagens, também mencionadas na entrevista, que ligavam uma comunidade a outra foram destruídas. A rodovia PB-082 trecho que ligava os municípios de Itabaiana a Natuba e passava por grande parte das comunidades reassentadas foi destruída. Se antes a distancia era em media 52 km, no “pós barragem” tornou-se necessário percorrer 82 km de Natuba a Campina Grande e 63 km de Campina Grande a Itabaiana, totalizando 145 km, assim o percurso aumentou em 93 km.

A dona de casa, Maria José Vasconcelos fala sobre as condições das vias de acesso da vila Costa, onde reside:

Essa comunidade é muito dificil porque ela fica muito longe da cidade onde a gente morava e não tem acesso. O acesso que nós temos é através da barragem e é muita dificuldade. Essa vila não era pra ser construída aqui, porque ficou longe da barragem, longe da estrada de acesso e longe de tudo. Ela ficou como um verdadeiro acampamento, não parece ser uma vila.⁶²

A comunidade de Costa apresenta a situação mais grave, pois a via de acesso terrestre se encontra em péssimo estado. O problema da submersão das vias de acesso e a falta de construção e manutenção de novas vias afetaram, sobremaneira, a população da vila Riachão que diretamente não foi atingida pela barragem, como indica a dona de casa, de 34 anos,

⁶¹Maria José Vasconcelos. Entrevista já citada

⁶²Maria José Vasconcelos. Entrevista já citada

Verônica da Silva:

Eu não sou atingida diretamente pela barragem, mas mesmo assim, eu me sinto como uma atingida, porque minha casa não ficava em nenhuma das regiões que a água cobriu, mas as nossas vias de acesso pra outras cidades, a escola e o posto medico que eram lá em Pedro Velho foram cobertos. É por isso que me sinto realmente atingida pela barragem e não só eu, mas todos que moram no Riachão.⁶³

Essa distância provocada pela destruição das vias de acesso aliado a distribuição das antigas comunidades nos reassentamentos culminou na perda dos laços comunitários, pois varias famílias se dividiram. Isso gerou instabilidade. Em entrevista Maria José Vasconcelos afirmou que o pessoal ficou dividido pra uns e outros lugares⁶⁴. Verônica da Silva também se pronunciou a respeito:

Antes aquele povo todo vivia junto. Agora se separou. Tem uns que você nem sabe noticia. Sinto falta da casa, da historia que tinha. Você vive 16 anos em um lugar e quando pensa que não, de uma hora pra outra, acaba tudo e você se vê em um lugar que não faz sentido. Aquela coisa sem graça você não quer entender. Pensar que seu lugar de criança está ainda ali, só que debaixo d'água.⁶⁵

As lembranças de Verônica apontam para os laços comunitários que foram separados mediante a barragem. Moradores que residiam na mesma comunidade, eram vizinhos acabaram sendo separados para locais bem distantes um do outro. A saída de seus locais tradicionais de vida repercutiu sobremaneira na população idosa que já tinha mais tempo de vida no lugar. Maria Tereza da Silva anuncia essa questão em sua fala:

Eu estou nessa idade já, com 61 anos, e meus filhos nasceram lá. Eu criei os quatro lá. Tenho pessoas mortas e está tudo debaixo das águas. Tenho muita saudade de lá. O que eu tenho que contar é que há um cemitério aqui, mais disseram que lá não pode ser enterrado ninguém porque tem pedra, a gente tem que depender de prefeito pra enterrar, pra levar pra Aroeira, porque fica muito longe. Eu sou revoltada viu?! Não tem nada de bom aqui. Não tem nada não⁶⁶

Dona Maria Tereza fala de sua tristeza e revolta por viver na nova vila. A insatisfação da dona de casa para com cemitério é devido ao fato dele ter sido construído em uma área inadequada para esse fim. O cemitério de Vila Nova de Pedro Velho foi construído na entrada

⁶³Verônica da Silva. Entrevista realizada em 03 de Março de 2011 por Emeson Tavares em Campina Grande-PB

⁶⁴Maria José Vasconcelos. Entrevista já citada

⁶⁵Verônica da Silva. Entrevista já citada

⁶⁶Maria Tereza. Entrevista já citada

da vila, porém não vem sendo utilizado mediante suas condições físicas, o terreno é composto por pedras o que inviabiliza a formação de covas e jazigos. Os mortos são sepultados no cemitério do município de Aroeiras, que quase sempre o transporte é viabilizado pela prefeitura,

Os moradores mostraram-se muito revoltados com o problema de submersão dos cemitérios das localidades pelo enchimento da barragem, sem que os restos mortais dos seus familiares fossem retirados e transferidos para outro local. Na foto que segue observa-se como ficou o cemitério da antiga vila de Pedro Velho. A foto foi tirada por mim em março de 2011, quando as comportas da Barragem de Acauã foram abertas.



Fig. 10: Imagem do antigo cemitério que foi submerso com as águas de Acauã em Pedro Velho, no momento em que as comportas da Barragem de Acauã estavam abertas e em período de estiagem. Março de 2011, Aroeiras-PB

Assim, sob os vários ângulos, a construção de Acauã provocou rupturas nos modos de vida de pessoas, famílias e comunidades atingidas, com o agravamento de vários problemas e com o evidente desrespeito as próprias condições de vida.

No próximo capítulo retomarei algumas questões que aqui foram mencionadas, entretanto é proposta dele analisar o processo que antecedeu e desencadeou essa trama histórica vivida atualmente. Pensando sobre o aspecto de que o passado significa algo e que tem um sentido para o presente, busco entender as interpretações dos moradores das comunidades atingidas, as condições, os objetivos e os interesses por trás do projeto de construção da Barragem de Acauã. As narrativas vão abrir e delinear horizontes na realidade social, impulsionadas pela perspectiva de transformação social estas possibilitarão avançar na

valorização das experiências dos homens e mulheres atingidos por essa barragem.

2.

“Era como se vivêssemos num oásis”: Memórias de vidas antes de Acauã

Se o passado conta, é pelo que significa para nós. Ele é o produto de nossa memória coletiva, é o seu tecido fundamental. Quer se trate daquilo que se sofreu passivamente (...) ou do que se viveu ativamente(...). Mas esse passado, próximo ou longínquo, tem sempre um sentido para nós. Ele nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir. A história tem uma relação ativa com o passado. O passado está presente em todas as esferas da vida social(...).(CHESNEAUX,1995:22)

Pensando sobre o aspecto de que o passado significa algo e que tem um sentido para o presente, neste capítulo, busco entender o processo que antecedeu a construção da Barragem de Acauã, quais as interpretações dos moradores atingidos pela Barragem de Acauã, as condições, os objetivos e os interesses por trás desse projeto. As narrativas vão abrir e delinear horizontes na realidade social, impulsionadas pela perspectiva de transformação social estas possibilitarão avançar na valorização das experiências dos homens e mulheres atingidos por essa barragem.

Neste capítulo aponto as questões que, o governo do Estado, se apropriou para a construção da Barragem de Acauã, problematizando-as e trazendo à tona a realidade revelada pela população à época que antecedeu a construção do reservatório.

De acordo com a AESA- Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, o Rio Paraíba tem aproximadamente 300 km de extensão e nasce no município de Monteiro, divisa com o estado de Pernambuco, sua bacia corresponde a 18000 km² e representa 32% da área territorial do estado da Paraíba. O significado mais aceito de “Paraíba”, de origem tupi, é rio mau, numa referência à dificuldade natural que o rio apresentava no início da colonização. A várzea era coberta de matas e quando as marés penetravam, formavam lamaçais, desaparecendo as margens firmes e dificultando o acesso.

O rio Paraíba nasce em uma das regiões mais secas do estado- Cariri e deságua em uma região de grande fertilidade, a região canavieira- Litoral.

É então neste rio que o governo do Estado da Paraíba em 1999 decide construir a represa de Acauã.

Em matéria publicada no primeiro semestre do ano de 2010, a Revista Paraíba da Gente, editada pela Secretaria de Comunicação do Governo do Estado da Paraíba estava o seguinte texto:

Não há bem mais precioso do que o elemento água, mesmo porque, sem ele, o ser humano não sobrevive. As grandes civilizações do passado ergueram-se entre rios e às margens de oceanos e mares. Quem há de esquecer os rios Nilo, Tigre e Eufrates, o oceano Índico? Os mares Mediterrâneo, Negro e

Vermelho? Ainda hoje, apesar da revolução tecnológica com seu esplendor, imensos contingentes populacionais, notadamente na África, sofrem com a escassez de água, e países do Oriente Médio, ricos em petróleo, tem o desenvolvimento limitado também pela falta desse mineral. Impossível esquecer os grandes ciclos de estiagem que levaram fome, morte e miséria para milhões de pessoas no Nordeste, transformando, não faz tanto tempo assim, esqueletos de animais em uma espécie de símbolos trágicos desta que é uma das mais belas regiões do País. Lembramos esses fatos para ressaltar a importância das ações que vêm sendo empreendidas pelo atual governo no sentido de dotar o Estado não só de reservatório, mas, de um sistema de distribuição que garanta água de qualidade para o consumo de todos os paraibanos. Sem água, em abundância e bem distribuída, não há como impulsionar o desenvolvimento econômico através da implantação de indústrias e aumento da produção agropecuária. A infraestrutura carece de água tanto quanto os organismos vivos. Ela é o alimento do corpo e o combustível do progresso.⁶⁷

Editada pela assessoria de imprensa do Governo do Estado, a Revista Paraíba da Gente, nº 7, de 2010, trata dos investimentos governamentais na área de construção de adutora, investimentos para fazer a transposição do Rio São Francisco, dentre outras obras hídricas. Nesta edição a revista trouxe a manchete : “Água, obras hídricas levam alegria, esperança e desenvolvimento para mais de 3,5 milhões de paraibanos” em alusão a construção da Barragem de Acauã.

Assim de acordo com a revista a obra da barragem seria a redenção e solução definitiva para a falta de água na região. Um saudosismo exarcebado sobre a água e sobre a própria construção. Tenho a impressão que o Rio Paraíba era para os moradores das comunidades atingidas o Rio Nilo no Egito. A construção da Barragem seria para o governo do Estado a obra faraônica, como se fosse uma pirâmide do Egito. Dois pesos e duas medidas que se contrapõe na trama histórica que se desenvolve.

Considerando que a água é fonte indispensável a sobrevivência do homem e que historicamente ela sempre esteve presente na sociedade e como tal passou por um processo, Antônio de Pádua Bosi(2007) salienta que no Brasil no final do século XIX a água se transforma em um serviço público. O autor reitera que “para canalizar a água foi necessário, de certo modo, domesticá-la” (BOSI apud SANT'ANNA, 2007). Assim a água de bem acessível, comum, publico passa a ser “domada”, controlada pelo Governo do Estado ou por instituições privadas. No caso do advento da construção da Barragem de Acauã, o governo controlará esse bem que era público e acessível as moradores das comunidades como e

⁶⁷ Água, obras hídricas levam alegria, esperança e desenvolvimento para mais de 3,5 milhões de paraibanos. *Revista Paraíba da Gente*. Paraíba. 3d. 2010. p.5. Editada pela assessoria de imprensa do Governo do Estado, a Revista Paraíba da Gente, nº 7, de 2010, trata dos investimentos governamentais na área de construção de adutora, investimentos para fazer a transposição do Rio São Francisco, dentre outras obras hídricas.

quando quisessem como apareceu nos depoimentos.

Construída sobre o pretexto sedutor do governo da Paraíba, na época José Maranhão, como destacou o jornalista Germano Barbosa⁶⁸, de matar a sede da população, de motor necessário para a supremacia e desenvolvimento do progresso, a barragem custou aproximadamente R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões), sendo que 65,7% deste total foram destinados a construção da barragem e sangradouro de serviço (OLIVEIRA, 2005).

Para tentar entender melhor esse pretexto, inclusive impulsionado por aquilo que escutei por populares, recorro aos motivos que possivelmente levaram o governo do estado da Paraíba à construção da barragem Argemiro de Figueiredo, Acauã.

Localizado também no agreste paraibano, há o açude Epitácio Pessoa, popularmente conhecido como Açude de Boqueirão, curiosamente localizado no município de mesmo nome e inserida na bacia hidrográfica do rio Paraíba. Este açude foi construído pelo DNOCS, entre os anos de 1951 e 1956, e inaugurado pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek, em janeiro de 1957.

A construção deste reservatório materializava a política de serviços hídricos adotada pelo Governo Federal, caracterizada pela construção de grandes açudes para a região Nordeste, obras estas que eram apresentadas como a solução definitiva para a deficiência hídrica da região e que pelo tamanho impressionava a população e, por isso mesmo, eram as obras preferidas pelos políticos (SANTANA, 2001).

São consideradas de domínio da União as águas de açudes federais, mesmo que estes estejam localizados em rios estaduais, como é o caso do Açude Boqueirão. Sendo assim, o DNOCS é o responsável pelos usos a que se destinam suas águas, previstos inicialmente para abastecimento, irrigação, perenização, piscicultura, turismo e geração de energia elétrica, sendo que esta última função nunca foi implementada e a piscicultura e o turismo o foram de maneira muito tímida (REGO, 2001).

Com relação ao abastecimento das cidades, este serviço é prestado pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA, empresa estatal de economia mista, que atua em todo o estado da Paraíba.

A CAGEPA faz a captação da água bruta no reservatório e, através de um sistema de adutoras, transporta a água até a Estação de Tratamento de Gravatá, no município de Queimadas-PB, situada a 30 km do açude, onde a água recebe o tratamento físico-químico

68 Germano Barbosa entrevista já citada.

para a distribuição às populações consumidoras.

De acordo com Cabral Filho(2010)⁶⁹ esta foi a prática exercida para o abastecimento de cidades do chamado compartimento da Borborema⁷⁰, região do Agreste Paraibano polarizada pelo município de Campina Grande, a segunda maior cidade do estado: a construção do Açude Epitácio Pessoa pelo governo federal, à época o governo acreditou ser esta a solução definitiva para a falta de água na região.

No entanto, uma sequência sucessiva de fatores, tais como a ocorrência de anos de baixíssima pluviosidade, ausência de gestão, crescente demanda, irrigação descontrolada com elevados índices de perdas agrícolas, construção de diversos reservatórios a montante do açude, entre outros, culminaram em uma grande crise, entre os anos de 1997 e 2000. Nesse período, o Açude Boqueirão atingiu níveis baixíssimos de armazenamento de água. A situação mais crítica ocorreu no ano de 1999, quando o açude possuía apenas 15% de sua capacidade máxima.(AES, 2009)

Decorrida toda a crise – que proporcionou consequências negativas aos diversos usuários de água do Compartimento da Borborema – e todos os debates e discussões que envolveram as esferas política, técnica e o público, foi observado que nenhuma das propostas, inclusive as de racionamento, deu ênfase a ações de gestão da demanda.

A insistência pela expansão da oferta foi o que caracterizou este período, pelo menos por parte do governo do estado.

A partir disso, uma nova barragem foi projetada – o Açude Argemiro Figueiredo, mais conhecido como Acauã a jusante do Açude Boqueirão, no mesmo rio apontada pelo governo estadual como a solução definitiva para o problema. (GUEDES,2009).

Desta forma, em entrevista, questionado sobre esses motivos que o governo da Paraíba se utilizou para a construção da barragem, o jornalista Germano Barbosa⁷¹ me relatou como eles, os atingidos, perceberam esse movimento:

O governo não tinha noção que existia comunidades que seriam atingidas

69 A obra em questão trata-se de: A Cidade Revelada: Campina Grande em Imagens e História, de autoria de Severino Cabral Filho. Nele, o autor trata da relação entre imagens, memória e história em Campina Grande entre os anos 1930-1950, e analisa processos de modernização aqui experimentados, chamando a atenção para as transformações materiais ocorridas na cidade assim como para os impactos de tais eventos nas sensibilidades, nos comportamentos, enfim nas formas de estar no mundo. Cabral Filho afirma que Campina Grande, naquele período, foi um palco privilegiado onde se digladiaram o tradicional e o moderno, mas os desdobramentos desses embates nem sempre coincidiram com os desejos dos defensores das idéias modernizadoras.

70 A microrregião Borborema recebe esse nome em homenagem a Serra da Borborema que corta essa região composta pelos municípios de Campina Grande, Queimadas, Boqueirão, Caturité, Fagundes e Cabaceiras.

71 Germano Barbosa. Entrevista já citada.

com a formação do lago. Ele não sabia. Ele não sabia sequer que a barragem seria construída no Rio Paraíba. Existia uma peça publicitária da SECOM [Secretaria de Comunicação do Estado] na época(...) dando conta que o Governo do Estado ia construir a Barragem de Acauã e dizia assim não é no Rio Paraíba, é no Rio Paraibinha (...). O rio Paraibinha é um afluente do Rio Paraíba, só que o Rio Paraibinha é bem antes do balde da barragem de Acauã. O governo não tinha noção geográfica sequer onde balde da barragem seria construído. A coisa foi feita de maneira atabalhoada e isso fez com que se precipitasse tudo isso que evidenciou depois. A população sendo pega de surpresa e tendo que correr as pressas para não perder seus últimos pertences. Mas o governo não esteve lá uma vez sequer; mandou uma representação. O governador da época nunca se dignou-se de ir lá. Quando nós tomamos conhecimento de que aquilo seria efetivamente construído eu convoquei uma reunião lá com representantes do governo que se negavam a ir, dizendo: Não! É muito longe, a água é muito longe. A água não vai chegar lá nunca. O engenheiro do governo dizia que a água nunca chegaria até lá, mas mesmo assim atendendo o pedido formal nosso eles foram a noite (...) Isso foi antes da construção, já tinham começado a obra, mas não tinha formação de lago ainda e a gente se reuniu no grupo escolar e eles dizendo eu garanto a vocês que a água não vai chegar aqui. Essa água vai chegar a uns dez quilômetros daqui. (...) Empiricamente se sabia que água era uma questão de tempo e volume iria atingir aquilo ali. Mas o governo era tão despreparado. O governo da época era tão despreparado que não tinha essas informações técnicas. Ai eu desafiei Dr. Fulano de tal que era o engenheiro responsável. Eu lhe desafio a vir comigo aqui depois que a barragem estiver formada pra você ver que nesse local onde a gente tá, a água não estará a pelo menos a 10 metros, ele deu uma bela de uma gargalhada e disse assim: meu filho você não tá vendo o quanto a gente subiu pra chegar até aqui! Porque tinha uma ladeira de Acauã, toda aquela terra que a gente subia. Ai eu perguntei, mas o senhor não viu como a gente desceu depois, no mesmo nível do rio. Ele disse: Ah rapaz, vocês relaxem que a água não vai chegar aqui nunca não. A gente estimava que pela grandiosidade da obra da barragem fosse levar muitos anos de chuva pra formação do lago. Você se lembra que foram 3 noites apenas de inverno que todo mundo teve que sair as pressas(...).⁷²

Como foi colocado, a barragem de Acauã com intuito de reserva e complementação das águas de açude de Boqueirão, estimava-se que essa barragem só atingiria sua quantidade máxima mediante o Boqueirão também atingisse, o que há anos isso não vinha acontecendo. Só que essas expectativas foram frustradas. A fala do entrevistado aparece como uma maneira alternativa de pensar a construção e os motivos da barragem, visto a partir dele que o governo ignorava ou tratava sem importância a própria localização da mesma e que mediante esse desconhecimento as coisas acabaram acontecendo de forma atabalhoada.

O projeto da barragem era matar a sede da população, mas me parece que nessas circunstâncias a partir das trajetórias de vidas narradas pelos entrevistados, atingidos pela barragem, ela proporcionou justamente o contrário.

As imagens do Rio Paraíba e das comunidades que viviam as suas margens estão

⁷² Germano Barbosa. Entrevista já citada.

presentes nas lembranças daqueles que conheceram e compartilharam experiências antes da barragem de Acauã. São muitas as formas de rememorá-las. Porém, é na narrativa oral dos atingidos que as experiências passadas naquele lugar ganham força.

Estas narrativas são caracterizadas por um passado que insiste em sobreviver e que vivem no interior de cada pessoa. Trata-se de uma memória que exprime sentimentos, pensamentos, valores e experiências renegados e silenciados pelo governo na construção da barragem de Acauã.

Nós somos os atingidos pela Barragem de Acauã, na Paraíba. Mais de mil famílias tiveram suas vidas destruídas com a construção da obra. Todos viviam às margens do rio, o que lhes proporcionava condições especiais de sobrevivência numa região semi-árida. Era como se vivêssemos num oásis. (MAB, 2002b)

Esse trecho é oriundo do relatório produzido pelos militantes, redigido e assinado por Abel Andrade do Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba e enviado a Comissão Especial de Direitos Humanos das Pessoas Atingidas por Barragens, em 19 de abril de 2007. O que me chama atenção é a expressão: “Era como se vivêssemos num oásis”. Para mim, aparece de uma maneira muito instigante e essa idéia permeará esse capítulo.

De acordo com Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004), oásis é um lugar aprazível em contraste com outros que não o são. Coisa bela, agradável, deliciosa, num conjunto que é oposto disso.

Nesse caso em questão, é uma região de baixa pluviosidade localizada as margens de um rio. O Rio Paraíba proporcionava as comunidades que hoje estão submergidas condições de vida. Era dele que provinha a fonte de renda, a agricultura e a pecuária desenvolvidas nas comunidades dependiam exclusivamente do rio. Por falar em rio, acho importante fazer uma breve menção sobre a importância deles para as chamadas sociedades antigas.

O rio Nilo, o Tigre e Eufrates foram de sumária importância ao desenvolvimento das civilizações egípcia e mesopotâmica, respectivamente. Sabe-se que elas surgiram às margens desses rios, pois estas eram férteis acarretando um excedente de produção e possibilitando, assim, um aumento populacional. Em regiões desérticas, os rios assumiram funções prioritárias nessas sociedades. Os egípcios usavam a água para beber, pescar e irrigar a agricultura (através de canais de irrigação). Após as cheias desses rios, ficavam nas margens um lodo fértil (húmus) que fertilizava o solo para o plantio. Os rios eram utilizados também como via de transporte de mercadorias e pessoas.

Esta menção/comparação se torna relevante nesse contexto porque a região onde o rio Paraíba localiza-se é de baixa pluviosidade, semelhante as regiões desertas do Oriente Médio e pelo fato, ainda, de que a idéia de oásis como paraíso perdido me remete a estas sociedades.

Sobre esta idéia em entrevista perguntei ao militante que redigiu e assinou tal documento citado, Abel Andrade, sobre que idéia é essa de oásis que ele se referia no documento enviado a Comissão Especial de Direitos das Pessoas Atingidas por Barragens e ele me respondeu o seguinte:

É porque (...) relativamente era um oásis porque se você, se você quer saber o que é seca conviva com ela e a gente não convivia com seca, a gente não sabia o que era seca. Hoje eu sei o que é seca, tá entendendo?! Hoje eu sei o que é seca. Antigamente, eu nasci, saí de lá com meus 30 anos se eu não me engano, quase isso e eu não sabia o que era seca, o que era os efeitos da seca. Hoje eu sei o que é seca, porque onde eu tou viu?! A sorte foi que esses dias chueu, mas na minha casa, onde eu moro com minha mãe a gente já se preparou umas 5 vezes pra colocar carro pipa na cisterna e é porque a gente tem cisterna né?! Eu que faço cisterna, eu faço, aí tenho mais essa vantagem porque a maioria do pessoal ali não tem onde armazenar água (..) ⁷³

Tentando entender “o paraíso perdido” suscitado pela idéia de oásis, a justificativa utilizada por Abel Andrade a aquilo que o governo do Estado gostaria de sanar, a seca, a falta da água na região e pelo que parece a construção de Acauã ao invés disso trouxe o contrário. Nesse sentido, o Rio Paraíba aparece no cenário com um bem indispensável a sobrevivência daqueles homens e mulheres, em grande medida, do próprio rio como vamos perceber nos depoimentos que utilizo.

O Rio Paraíba era tão importante para a sobrevivência e na vida daqueles moradores que chegava a ser idolatrado como é expressado na fala da dona de casa, de 53 anos e moradora de Vila Nova de Pedro Velho, Maria das Dores Silva:

O rio Paraíba era como se fosse um santo sabe?! Era Deus no céu e ele aqui. Tudo da gente dependia dele, pra beber, pra plantar, pra tomar banho. O rio era pra tudo, a gente pegava a água do rio pra fazer tudo mermo. O rio era muito bom, era aquele marzão de água, sabe?! ⁷⁴

Pelo que parece o rio foi de fundamental importância ao surgimento e manutenção daquelas comunidades.

Em outra parte da entrevista feita com Abel Andrade essa relação com o rio vai se ampliando.

Perguntei como era viver antes da construção da barragem e ele relatou:

⁷³ Abel Andrade. Entrevista já citada

⁷⁴ Maria das Dores Silva. Entrevista realizada em 25 de Maio de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras, Paraíba.

O dia a dia da comunidade era mais tranquilo, a gente não tinha problema com água, por exemplo, porque a gente morava na beira de um rio, as margens do rio Paraíba né?! E mesmo nas piores estiagens, nas maiores estiagens, mas a gente cavava no leito do rio, fazia aqueles poços amazonas né?! E a gente não tinha problema de forma nenhuma com água. Ai tinha a área de lazer que era egressa, na areia do rio, do gramado. Os animais poderiam pastar livremente, as pessoas só tinham o trabalho de levar e recolher eles a tarde. Tinha área de produção a vontade e as margens do rio, que por sinal são férteis né?! E hoje tudo isso tá debaixo d'água, as melhores áreas né?! Estão cobertas de água. Era um pouco disso ai sabe, era bem melhor.⁷⁵

No Nordeste do Brasil é bastante comum a construção de reservatórios destinados ao armazenamento de água das chuvas, ao exemplo de cisternas⁷⁶ ou a perfuração de poços artesianos⁷⁷ ou poços amazonas⁷⁸ nas margens de rios temporários destinados a obter água. De acordo com Abel, havia água e áreas de plantio abundante, bem como áreas destinadas a criação de animais. E que apesar de não ter água no rio durante todo o ano, os moradores viviam períodos de secas diferentes tendo água no “oásis”, mediante estas práticas alternativas de perfuração de poços.

Na próxima imagem é possível perceber pessoas atravessando o Rio Paraíba no momento em que o rio estava baixo, em períodos de estiagem e provavelmente locais onde se eram construídos poços amazonas.

⁷⁵ Idem, ibidem.

⁷⁶ De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal cisternas são tanques de água de 16 mil litros, em geral cilíndrico, coberto e semi-enterrado, que permite a captação e armazenamento da água da chuva que escorre dos telhados das casas por meio de bicas de zinco e PVC. A cisterna de placa de cimento para a captação e armazenamento de água da chuva é uma tecnologia social de baixo custo, adequada à região do semi-árido rural brasileiro. A implementação deste equipamento tem como objetivo disponibilizar o acesso à água para famílias residentes na zona rural de municípios que sofrem com os efeitos da seca e da falta d'água de boa qualidade para consumo humano. Em épocas de estiagem elas são abastecidas por carros-pipas.

⁷⁷ Um poço artesiano é assim denominado quando as águas fluem naturalmente do solo, num aquífero confinado, sem a necessidade de bombeamento. Geralmente a sua profundidade é maior que a de um poço convencional, e em geral suas águas tem uma pureza microbiológica maior e com mais sais minerais. (Fonte: Wikipédia, 30 de agosto de 2011).

⁷⁸ Poços de natureza semelhante aos poços artesianos, sendo que esses são perfurados nas margens de rios.



Fig. 11: Imagem de pessoas caminhando pelo rio Paraíba em período de estiagem. Década de 1970
Fonte: Arquivo Pessoal Germano Barbosa

A fotografia pertence ao jornalista e ex-morador de Pedro Velho, Germano Barbosa que mantém várias fotos em seu acervo. O jornalista não soube ou não lembrou quem são os integrantes da foto, mas conta que provavelmente eram pessoas que iam a feira pela a própria indumentária, bolsas que carregam, em Itabaiana-PB.

O município paraibano de Itabaiana era a época um grande centro econômico, localizado acerca de 25km de Pedro Velho era para lá onde se dirigia a maior parte da população para realizar suas atividades no comércio, bem como para o atendimento médico como me relata Seu Nino.

Francisco Firmino, mais conhecido como Seu Nino, 86 anos, agricultor e ex-comerciante, morava na antiga Pedro Velho e, após a barragem, no bairro do Valentina II em João Pessoa, onde mora com sua esposa e dois filhos, um inclusive é o jornalista Germano Barbosa, também entrevistado e inclusive foi através dele que cheguei até Seu Nino.

Tinha um caminhão da feira toda terça-feira; aí eu pegava o carro e ia pra Itabaiana lá eu comprei os troços toda na feira, comprei carne, comprei fardo de carne, naquele tempo usava fardo de carne(...) charque, caixa de peixe , toda qualidade ia na feira comprava tudo e butava em cima do caminhão, aí eu dizia a Ontonho Miúzo, Seu Ontonho(...) o dono do caminhão esses troços aqui é o meu, olhe o senhô repare que eu vou lá no armazem de Zé Pai, lá em Alto Alegre que eu fazer o resto das compras lá e deixo num canto só e o

senhô quando passar pega e voltamu pra casa(...) daí ele ajuntava tudim(...) ⁷⁹

As compras de roupas e de gêneros alimentícios pelo menos até a década de 1970 antes de se existir a feira e o comércio em Pedro Velho e mesmo os produtos comercializados na comunidade era oriundo em grande maioria de Itabaiana como no caso de Seu Nino que realizava a compra de mercadorias neste município.

Conhecendo do fato de que Seu Nino havia sido comerciante na comunidade, busquei então entender como era o comercio em Pedro Velho a partir de sua experiência e ele me relata:

Quando eu fui menino, meus pais tinham esse negocio de amolcrevar visse?! Tinham burro pra carregar cereais (...) O comercio no inicio criaram um feira e meu tio ia pra Guarabira e trazia 2 caminhões de farinha de Guarabira pra vender a comunidade de Pedro Vêi e cavalo era de tudo que vinha do Brejo pra vender acolá, era muita gente visse?! Vinha do Riachão, vinha da Serra do Cachimbo, vinha da serra de lá tudim pra acolá(...) A feira era somente no domingo e ali a gente ficava. Eu tinha um negocio, tinha três ranchos de cavalo né. Usava rancho de cavalo aquele povo que vinha do Brejo botavam os cavalos no rancho e eu ia lavar os cavalos(...) eu era minino de 7 a 8 ano. Eu lavava os cavalo eu ganhava um dinheirim do dono do rancho pra lavar os cavalo e era bom com um dinheirim no bolso aquele dinheirim que eu pegava meu pai era muito pobre, eu pegava e dava tudo a mãe, juntava dava tudo a mãe e a gente tudo trabalhava na agricultura, pai botava roçado e a gente trabalhava na enxada, lucrava muito milho, muito feijão. (...) Aquele milho, aquele feijão a gente guardava pra comer e ao algodão que a gente lucrava, a gente (...) era pra comprar roupa. ⁸⁰

Além do município de Itabaiana, o comércio de mercadorias também era realizado em Guarabira, uma cidade localizada no brejo paraibano localizada cerca de 90km da comunidade. Os demais locais citados por Seu Nino, Riachão, Serra do Cachimbo tratam-se de distritos do município de Macaparana, Pernambuco, região das proximidades de Pedro Velho.

Os principais produtos que eram comercializados, era aquilo que muitos chamam do grosseiro, farinha, açúcar, carne seca outros gêneros alimentícios eram produzidos na própria comunidade.

Amolcrevar era o hábito de conduzir animais de cargas de um local para outro. Essa foi uma atividade realizada por Seu Nino durante um longo período, desde sua infância até momentos depois de seu casamento; ele se aproveitava do comercio nascente, feito a partir de

⁷⁹ Francisco Firmino. Entrevista citada

⁸⁰ Francisco Firmino. Entrevista citada

mercadorias que eram trazidas de outros locais pelos cavalos e cuidavam desses nos chamados ranchos ou mesmo conduzia os animais com as mercadorias as demais comunidades. Essa foi a atividade laboral de Seu Nino antes de se tornar comerciante na década de 1970.

Perguntado sobre como era o comércio, Seu Nino e sua esposa Dona Germana me relataram o seguinte: *“Era muita gente. Oxe! O povo comprava muito a mim, o povo gostava de comprar a mim”* diz Seu Nino seguido da fala de sua esposa Dona Germana: *“Tinha muito freguês, tinha o colégio né?! Que a gente tinha muita coisa de criança e vendia muita coisa as criança, tinha muito lanche, picolé”*⁸¹. A mercearia de Seu Nino ficava em frente a um colégio o que favorecia o comércio com os alunos desta escola. Abaixo uma foto de Seu Nino em frente a sua mercearia, sua casa ficava logo ao lado.



Fig. 12: Vista da Mercearia de Seu Nino, Década de 1980
Fonte: Arquivo Germano Barbosa

Pela fotografia se observa o tipo de construção das casas e as condições das ruas do povoado de Pedro Velho. Essa arquitetura das casas foi bastante recorrente do interior paraibano nas décadas de 1960 e 1970. Era um modelo que predominava durante essas duas décadas. Com relação as ruas, observa-se que havia calçamento, pelo menos nessa região central onde existia a mercearia e o colégio da comunidade.

As condições sociais de Seu Nino demonstram a realidade vivida por grande parte dos

81 Germana Barbosa, aposentada, 84 anos, ex-moradora de Pedro Velho, atualmente reside em João Pessoa. Entrevista realizada por Emeson Tavares em 04 de Maio de 2011 na residência da entrevistada.

moradores das comunidades que viviam às margens do Rio Paraíba, demonstrando assim que não era o mar de rosas e nem tampouco o paraíso. Muitos moradores viviam do seu próprio cultivo, agricultura de subsistência. Os principais produtos agricultáveis era o milho e o feijão utilizadas em sua maioria para o consumo próprio como relata Seu Nino, mas também tinha o algodão. E sobre ele relata a aposentada de 84 anos, Dona Germana Barbosa, esposa de Seu Nino:

O algodão, quando tinha algodão era o que dava a mais vida pro povo. Papai mermo, eu lembro, eu era minina(...) Papai tinha um quarto lá grande assim, ele encheu esse quarto de algodão até nas telhas quando ele vendeu que pesou deu 3 mil quilo. Quando o tempo era bom lucrava a lavoura completa né?! O milho e o feijão e no final do ano o algodão(...) Ai panhando o algodão o pessoal ganhava muito dinheiro, panhando o algodão por quilo, se vestia com o dinheiro do algodão, quem não tinha roçado, ganhava no roçado dos outros(...) ⁸²

Apelidado de “ouro branco” brasileiro, de acordo com a historiadora Martha Lucia Ribeiro Araújo (2001) o algodão já representou o principal produto agrícola paraibano. O algodão ainda é presença destacada na região sertaneja, apesar de ter sofrido uma redução no seu cultivo devido algumas pragas. Porém os principais fatores da retração do algodão tanto o arbóreo como o herbáceo foram a crise da indústria têxtil nacional, notadamente a nordestina, e a concorrência com o algodão estrangeiro que teve maior acesso ao mercado nacional devido a política de importações de governos anteriores.

Quando o inverno era bom e chovia bastante, produzia-se muito algodão. Essa cultura era destinada a venda. Em grande medida era vendido a “atravessadores” que faziam contato com os agricultores locais e em mãos desses indivíduos chegavam as indústrias de tecido, principalmente das cidades de Macaparana, São Vicente Ferrer e outras da região.

O algodão também gerava renda mesmo para quem não produzia. Era comum reunir várias pessoas para a colheita dessa cultura nas plantações de quem possuía e isso acarretava em um certo trabalho.

As principais fontes de renda era proveniente, nessas circunstancias, da agricultura e mesmo da pecuária, da criação de bovinos, caprinos e ovinos.

Na fotografia que segue pode-se observar a criação de caprinos. A imagem é da década de 1990 e mostra também a estrada que dava acesso a Itabaiana, bem como o ônibus que fazia o percurso diário a João Pessoa.

82 Germana Barbosa. Entrevista já citada.

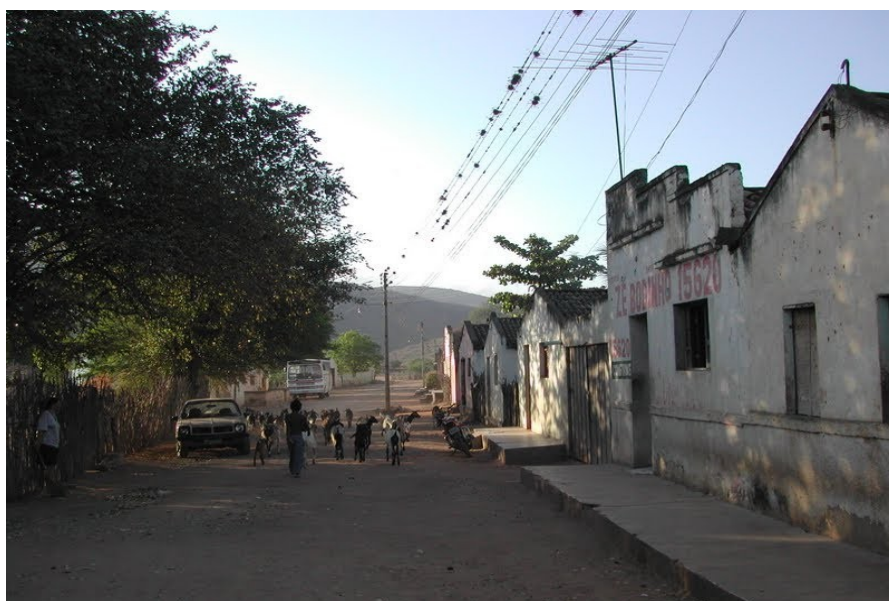


Fig. 13: Vista da Estrada que dava acesso a Itabaiana. Saída de Pedro Velho
Destaque para um rebanho de cabras e para a casa do ex-vereador de Aroeiras, Zé Bodinho.
Fonte: Arquivo Germano Barbosa

E por falar nas estradas das comunidades, aqui particularmente a de Pedro Velho. Havia esta via, percurso de João Pessoa a Umbuzeiro que passava pelas comunidades das margens do rio Paraíba. Percurso este que era feito por Germano Barbosa.

O jornalista Germano Barbosa aparece como uma figura importante nesta pesquisa na medida em que grande parte do material utilizado, principalmente neste capítulo da dissertação foi ele que cedeu gentilmente. Germano nasceu e cresceu em Pedro Velho, na adolescência foi morar em João Pessoa para estudar e me relata que mesmo morando na capital,

(...)ia frequente a Pedro Velho tinha um ônibus que chegava lá, era 3 ônibus por dia que não existe mais(...) o destinatário do ônibus(...) todos os dias ônibus saindo do terminal rodoviário de João Pessoa com destino a Umbuzeiro(...) aí fazia São Miguel do Taipu, Pilar, Itabaiana, Salgado de São Felix, Natuba e Umbuzeiro, passando por Pedro Velho(...)⁸³

Perguntei a Germano como era viver em Pedro Velho e como era a infância das crianças de sua idade e ele me relata o seguinte:

A infância de quem nasce no mato, na zona rural é uma infância de menos lazer e mais labor. Eu trabalhei desde cedinho(...) na agricultura, aos cinco anos já ia levar o gado ao cercado(...) as principais atividades era a pecuária, seria a atividade de pastoril, pastoreio (...) e outra coisa não era só isso, era enchada mesmo, limpar mato não é?! Plantar, cuidar de tomate. Houve uma

83 Germano Barbosa. Entrevista já citada

época em que o cultivo de tomate era muito forte em Pedro Velho. Sabia que Pedro Velho teve vários ciclos econômicos?(...) E culturas importantíssimas em Pedro Velho. O ciclo do sisal foi muito forte, o ciclo do algodão também. Teve o ciclo da, da, tomate também foi muito importante, teve o ciclo da panela de barro que ainda hoje persiste. As paneleiras de Pedro Velho era uma conferência da região toda fazendo potes, panelas diversas(...) ⁸⁴

A infância de Germano Barbosa assim como da maioria da população que vivia as margens do rio Paraíba talvez não tenha sido tão fácil do ponto de vista como vivem muitas crianças atualmente nas novas vilas como discuto no primeiro capítulo. As pessoas enquanto criança trabalhavam, eram basicamente atividades que complementavam os serviços domésticos, pastorear o gado as margens do rio, capinar o mato e ajudar na lavoura de milho, feijão, algodão, batata e do tomate que foram as principais culturas das comunidades.

Uma das atividades que se desenvolveu na região do Agreste Paraibano durante as décadas de 1970 e 1980 de acordo com Janete Lins(2008) foi a produção de tomates que representou um importante ciclo econômico na região.



Fig. 14: Imagem de plantio de tomates. Abel, ex-militante do MAB (de roupa vermelha), seus tios, um irmão e dois sobrinhos.

Fonte: Arquivo Germano Barbosa

É possível perceber, segundo o entrevistado, que à época se cultivou várias culturas e que historicamente a região viveu seus ciclos econômicos, ciclos esses que foram marcando o próprio processo econômico da região. Embora tenha sido o algodão o que teve uma

84 Germano Barbosa. Entrevista já citada

relevância maior, mais todos os ciclos, do sisal e do agave, do tomate e do pimentão foram importante a essa população.

A região, nesse sentido, favorecia o desenvolvimento dessas atividades. Atividades essas que devido ao rio Paraíba eram desenvolvidas. O plantio do tomate era realizado quase sempre nas margens do rio, área mais alagada e a propicia ao cultivo, como me recorda Dona Germana Barbosa:

A gente plantava tomate perto do rio, porque é uma parte mais adubada né?! A terra é boa e dava pra lucrar muito quando o tempo era bom. É difícil trabalhar com tomate, ela é muito fraca e dava muito trabalho, tinha que cuidar muito senão num dava. Era difícil viu?! Mas quando dava era muito bom, dava dinheiro(...) E tinha outra questão tinha que tá mudando de terra, que era pra terra não se afracar(...)⁸⁵

O tomate é um cultura difícil de lidar, haja visto que é muito propicia a pragas, além de não se adequar a todos os tipos de solo. Foi nas margens do rio que os moradores viram que o cultivo poderia ser feito. Indagada sobre a questão das terras que eram cultivado o tomate, a aposentada Germana Barbosa me conta que:

Nem todo mundo tinha terras ao redor do rio (...) quem não tinha alugava um pedacim, era um pedacim pequeno mermo, se a terra é boa dava pra lucrar muito (...) Muita gente fazia isso. (...) A gente mermo não tinha terra no rio e quando ia plantar a gente alugava, as vezes pagava com as tomate mermo, era como se fosse de meia, entendesse?! A gente passava até três anos naquela terra, depois a gente dava um descanso e depois de um ano ou dois a gente voltava na terra.⁸⁶

Esse período de descanso da terra na maioria das vezes era preenchido com a criação de caprinos e ovinos, eram feitas áreas de pastagens. O espaço destinado a plantação de tomates eram em grande parte um quarto de uma hectare de terras. Seu cultivo era destinado ao consumo próprio e a comercialização na própria região.

O cultivo do pimentão foi realizado semelhante ao do tomate. Com relação ao sisal, essa cultura já é mais propicio ao solo da região, é uma planta que se adéqua mais ao clima semi-árido. Seu cultivo era realizado em qualquer área nas comunidades, sem necessariamente ser as margens do rio. A planta era utilizado para a construção de cordas e redes pelos próprios moradores da região.

A produção de panelas de barro suscitado por Germano Barbosa era uma atividade

85 Germana Barbosa. Entrevista já citada

86 Germana Barbosa. Entrevista já citada

realizada por artesãs. Eram várias mulheres que retiravam o barro da região do rio para a confecção desse artesanato. A dona de casa de 37 anos, Francisca Maria Pereira, moradora da antiga Pedro Velho me recorda que

A gente fazia um monte de negócio de barro. Fazia panela, pote, forma, jarro. O que a gente visse e desse pra fazer a gente fazia. (...) Dependia também do barro, quando ele era bom dava pra fazer muito troço. Eu até hoje tenho umas panela que eu mermo que fiz (...) Tinha gente que vendia num sabe?! Mas eu mermo nunca vendi não, fazia pra casa mermo.(...) Tinha muita muiê que usava o barro do rio pra fazer. Oxê, a gente gostava demais minino de fazer aquilo. Era uma diversão.⁸⁷

Assim a atividade com o barro além de ser uma fonte de renda extra, já que muita gente vendia, também era uma atividade de lazer. O comércio era realizado na região.

Ainda sobre as atividades laborais, o jornalista Germano Barbosa me relata que sua infância, no início da década de 1960 foi marcada pelo trabalho, desde muito cedo trabalhava para ajudar nas atividades de casa. Germano coloca que em relação a vida que hoje ele leva na capital paraibana, teve uma infância muito saudosa mesmo tendo contraído esquistossomose, hepatite b e ter trabalhado com fertilizantes e defensivos agrícolas acabou contraído cirrose hepática. O jornalista ainda segue me relatando sua trajetória de vida:

Pois é foi uma infância plena, gostosa que trás muita saudade de descompromisso com a vida (...) A gente lembra muito da imagem, no inconsciente da gente, a gente tem que buscar. Eu saí já tarde de Pedro Velho porque não tinha ensino de segundo grau e eu vim embora pra casa de estudante justamente pra cursar o segundo grau. Eu era muito grandão, eu era velho demais, eu era muito grandão pra cursar a quinta série, eu tinha 17 anos e pirralhos de 11 anos, 10 anos cursando a quinta série é um pouco disso.⁸⁸

Germano depois de estudar repetidas vezes a antiga 4a. série primária já que na escola da comunidade só havia até essa série, deixou a comunidade de Pedro Velho e foi morar em João Pessoa, em meados da década de 1970, onde ficou morando em uma casa de estudante que o governo do Estado cedia a estudantes oriundos de outros municípios. Nela o jornalista morou com seu irmão que à época também estudava e a Pedro Velho retornava toda semana.

A entrevista torna-se assim um momento em que Germano vive e toma para si o tempo, expondo nela sua reflexão, revelando sua visão de mundo e sua interpretação sobre as experiências vividas. Ao narrar o que aconteceu retrata sua vida comum, se faz cronista do

87 Francisca Maria Pereira entrevista realizada em. 14 de Março de 2011 em Vila Nova de Pedro Velho.

Concedida a Emeson Tavares da Silva.

88 Germano Barbosa. Entrevista já citada

próprio viver, transforma sua vida, através de suas interpretações, em história significada. É inserindo, por um momento, nas perspectivas daqueles que narram suas histórias de vida que eu percebo os relacionamentos sociais registrados nos eventos, nas falas desses sujeitos.

Nesse caminho, compreendo as narrativas, no dizer de Yara Khoury (2004) como práticas que se forjam na experiência vivida, onde cada narrador organiza os materiais da história de maneira única, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados em um meio dinâmico e social. Isso supõe atentar para as dimensões imaginárias e simbólicas presentes em cada narrativa (KHOURY, 2004:55).

Assim percebe-se que Germano Barbosa forja para si uma história romanceada que mesmo tenha tido uma vida de dificuldades, tendo contraído algumas doenças e ter tido que deixar a comunidade de Pedro Velho para estudar na capital, para ele Pedro Velho era um bom lugar pra se viver e que tem muitas saudades de lá.

No conjunto das narrativas de moradores atingidos pela barragem destaco a fala de Dona Luzia, 76 anos. Viveu em Pedro Velho praticamente toda a vida, onde casou e constituiu família. Os filhos e netos de dona Luzia também moravam em Pedro Velho. Atualmente todos vivem na Nova Vila de Pedro Velho.

“Vivi quase 70 anos em Pedro Velho. Cheguei nos cueiros, praticamente nasci e me criei lá, quando me disseram que a gente tinha que sair de lá, não acreditei de logo, porque essa conversa era mais velha do que eu! Quando os povo que vieram, começaram a perguntar coisas de como qual era o lugar que a gente gostava de ficar, aí eu comecei a acreditar que podia ser verdade. Só faltei morrer de chorar! (...)Minha casa lá era de taipa, casinha velha, preta, mas pra mim era minha vida. Lá eu tinha um gadozinho, aqui não crio nem galinha, não crio nada na vida, porque aqui, a terra não dá. Tenho saudade de tudo, não esqueço nunca, só vou me esquecer quando eu morrer um dia.(...) Não gosto de ir pro açude, só fui duas vezes lá, mas chorei por peste! Eu sei dizer direitinho onde era minha casa só de olhar por cima d'água(...) Morava perto das minhas filha, dos conhecido tudo, perto do meu sobrinho, de um monte de gente, agora eu não conheço ninguém que mora perto d'eu. Num faz raiva num faz?”⁸⁹

A narrativa demonstra claramente a angústia de dona Luzia ao lembrar de como era viver antes da construção da Barragem de Acauã e seus laços de pertença para com a antiga comunidade que vivia.

89 Luzia Maria da Silva. Entrevista já citada



Fig. 15: Imagem das casas na comunidade de Pedro Velho sendo inundadas.
Fonte: Arquivo Osvaldo Bernardo

Pela fotografia é possível ver como era a construção das casas nas comunidades inundadas. No vídeo “Canto de Acauã” produzido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens citado no primeiro capítulo dessa dissertação aponta como eram as casas. Algumas casas eram construídas de pau-a-pique ou popularmente conhecida como de taipa como a da entrevistada, mas um grande número eram em alvenaria como é possível observar também na imagem abaixo.



Fig. 16: Imagem de uma rua e as casas na antiga comunidade de Pedro Velho. Década de 1990
Fonte: Arquivo Germano Barbosa

Pela imagem podemos observar como eram as casas na região central de Pedro Velho. Casas de alvenaria. Em entrevista a ex-professora e comerciante, Maria de Lurdes me falou que sua casa na antiga Pedro Velho era bem melhor à atual.

(...)Lá embaixo eu tinha uma casa muito boa, era grande, tinha 3 quartos, numa localização privilegiada. Era grande mesmo. Uma sala grande, os quartos também eram grande, a cozinha, tinha um salão grande. Toda madeirada e só não tava melhor porque a gente já ouvia esses boatos de que iam fazer a barragem de muito tempo (...) aí eu não quis mais reformar, aumentar sabe?!⁹⁰

Maria de Lurdes como já foi apresentada no primeiro capítulo era comerciante, possuía um mercadinho. Sua casa era de alvenaria, possuía duas salas, três quartos, uma cozinha e varanda e era localizada na região central de Pedro Velho, localização essa que favorecia seu comércio.

Os boatos da construção da barragem e a possível desapropriação dos moradores acabava sendo um fator de instabilidade para estes moradores, que, como no caso de Maria de Lurdes nem quis reformar sua casa mediante o fato de que poderia ficar sem ela.

Sobre essa questão de uma obra bastante antiga, o jornalista Germano Barbosa me relata que:

90 Maria de Lurdes. Entrevista já citada

O projeto original da barragem era exatamente no ombro da Serra da Acauã, era um lugarzinho onde se formava a bacia, exatamente, o fundo da bacia seria Pedro Velho e não à distancia que ficou nesse projeto original (...)O projeto é bem mais antigo, ele é de Eptácio Pessoa, ele foi quem preconizou a Barragem de Acauã, através do DENOCS. (...) é um projeto muito antigo. (...) A obra que a gente tem hoje, barragem de Acauã nasceu de, como que eu diria... de uma frente política. O governador da época quis mostrar para o governador que ele tinha sucedido que faria mais pela cidade de Campina Grande do que ele próprio e resolveu dessa forma atabalhoada...eu insisto no termo, construiu Acauã sem grandes estudos, sem maior atenção para com a população, sem nada enfim que justificasse a forma como foi construída(...).

91

As informações dão conta que os primeiros boatos de construção de um novo reservatório de armazenamento de água para região do Agreste Paraibano remontam desde o início do século XX, ainda no governo de Eptácio Pessoa (1919-1922).

A trama política de concessão, vou chamar assim, da construção da barragem narrada por Germano Barbosa dá conta de que o governador José Maranhão que não é natural de Campina Grande, sede do seu maior grupo político de oposição, os cassistas, já referenciados nesse trabalho queria demonstrar a população que poderia fazer um trabalho significativo para Campina Grande e região, bem mais que o antigo governador, Ronaldo Cunha Lima.

O jornalista, neste sentido, forja para si uma idéia de construção, dando significado a obra e aos seus idealizadores. Significados estes que são rememorados por outros moradores que narram essas histórias que aqui tento esmiuçar.

O aposentado Francisco Andrade de Souza, 93 anos, morador de Vila Nova de Pedro Velho perguntado o que ele recordava de como era a vida antes da barragem ele me narra:

Minino eu me lembro de muita coisa de lá. Foram muitas casa inundada. Tudo da gente foi inundado, perdi até meus documento. Quando eu era minino eu morava com meus pais, né?! E tinha mais 9 irmão eu gostava demais daquele tempo, das pessoa, do lugar. Lá era tudo melhor, não faltava nada(...).Eu tinha minha casa, tinha minhas ovelha, criava vaca e galinha, tinha a minha aposentadoria que dava pra viver com as coisas do roçado, né?! Lá era muito bom e eu morava bem pertim das minha minina. Eu sou viúvo há quase 20 ano e elas que cuida das minhas coisa, né?! Mas lá embaixo, em Pedro Vêi tinha de tudo viu? Não faltava nada, tinha de tudo mermo, tinha mercadim, tinha igreja, tinha água e tinha o rio(...).Eu gostava demais de andar perto do rio e plantar nas vazante. Era muito bom lá.⁹²

91 Germano Barbosa. Entrevista já citada

92 Francisco Andrade de Souza. Entrevista realizada por Emeson Tavares em 13 de Abril de 2011 na residência do entrevistado. Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras-PB.

Os laços de vizinhança, a criação de animais, os locais já conhecidos e de costume como o mercadinho e a igreja, a prática da agricultura nas vazantes são rememorados por Seu Francisco apontando nesse sentido como era seu viver na antiga Pedro Velho. Viver este que para o aposentado não lhe faltava mais nada.

As histórias do lugarejo são evocadas de um passado de lembranças que se permeiam das “cores” do presente quando o aposentado narra seu passado em comparação aos dias de hoje. As recordações antigas tornam-se imagens claras, fazendo seu Francisco relacionar nomes e sobrenomes dos primeiros habitantes de Pedro Velho, as famílias que se formaram, a história do lugar, os hábitos da época e as festas dos padroeiros do povoado:

Quando eu nasci, eu me lembro que só tinha seis casa em Pedro Vêi, a de Zé Cosmo, a de Dona Geruza, a de Zé Batista, a de João dos Santo, a de Chico Correa e a de Antonio Coco não tinha mais nenhuma. Eu me lembro direitinho, como se fosse hoje daqueles povo. Foram esses povo que criaram Pedro Vêi. Naquele tempo a gente ia pra igreja de Aroeira ou de Itabaiana lá num tinha, todo mundo ia a pé. Oxe! A gente gostava demais de andar a pé, na lama ou sol quente a gente andava, ia comprar os troços em Itabaiana a pé também ou de jumento, quem tinha, né?! Quem num tinha ia a pé mermo.⁹³

O povoado de Pedro Velho no começo do século XX era formado pelas casas de José Cosmo, Geruza Batista, José Batista, João dos Santos, Francisco Correia e Antonio Coco. Esse ultimo pai do entrevistado.

Seu Nino também me recorda dessas famílias e da formação do povoado:

Nasci e me criei em Pedro Velho de baixo, onde tá coberto d'água. Nasci e me criei acolá (...) Pedro Velho era uma igreja, uma igreja, que meu avô fez a igreja e tinha uma comunidadezinha pequena; aí vinha um padre do Ingá(...) Viu?! Aí vinha um padre do Ingá, de pés, chamava-se padre Pedro e fez missa em Pedro Velho, era veinho. Apois vamos pra missa de Pedro Vêio que era o padre que era velho. Vamos pra missa de Pedro Vêio, o padre era Pedro e era velho aí ficou por Pedro Velho. (...)Meus avôs que fundaram a igreja, que fundaram a rua diziam que era assim.(...)Aí foi chegando muita gente.(...) Olha essa família dos Cormo é muito grande e fou se casando o foi fazendo casa e lavai e foi habitando acolá e lá vai e chega uma parte de gente de fora também, veio uma parte de gente de fora para morar lá também e assim edificou a cidadezinha. Era os Cormo, os Batista, os Barbosa (...) que formaram essa rua. (...) Os Cormo era uma família monstra(...) era gente demais e tinha os Batista também e tinha os Barbosa aí se formou tudim, a comunidade toda(...)⁹⁴

93 Francisco Andrade. Entrevista já citada.

94 Francisco Firmino. (Seu Nino) Aposentado, 86 anos, ex-morador da antiga Pedro Velho e atualmente reside em João Pessoa. Entrevista realizada por Emeson Tavares da Silva, em 04 de Maio de 2011 na residência do

Entre uma fala e outra, Seu Nino conta seus causos e assim me explica como foi surgindo a comunidade de Pedro Velho. Os “Franciscos” entrevistados realizam um trabalho de memória, evocando lembranças, imaginando um passado “glorioso” de onde vivia, uma “história grande” relatando o nome das famílias. A comunidade de Pedro Velho assim com as demais, já que esta comunidade era tida como referência e maior de todas foi formada pelas famílias Cosmo, Batista e Barbosa, que em sua maioria foram pessoas das cidades pernambucanas próximas, São Vicente Ferrer e Macaparana, por exemplo . Seu Nino prossegue falando de sua trajetória de vida:

Eu me lembro que na minha infância, a gente trabalhava nera, lucrava [o que significa nesta situação?] (...) Trabalhava na roça, lucrava. Quando era no fim do ano tinhas as festas, tinhas festas né?! A gente ia pras festas, tinha carrossê, tinha tudo(...) vinham de fora carrossê pra lá, tinha muitas festas e ali eu achava bom porque eu brincava de carrossê, era bom demais, eu gostava da festa. Quando era de tardizinha que a ruinha tava bandeirada, xiava (...) as bandeirinha. Tinha alegria maior do mundo aquela festa(...) Quem fazia a festa era gente da minha família mermo, chamavam musico pra vim tocar na festa, vinham gente de Umbuzeiro tocar na festa. Era bom (...) ⁹⁵

O aposentado, assim como a maioria dos moradores das comunidades atingidas desde a infância trabalhava na agricultura, e ajudava nos serviços de casa juntamente com seus 2 irmãos. A rotina dele era plantar e colher nos roçados que segundo ele nem eram tão próximos ao rio. A festa que Seu Nino se refere é de São Sebastião, que na verdade era comemorado no mês de Janeiro, como se depreende da narrativa de outros moradores.

São Sebastião, o padroeiro do povoado de Pedro Velho era festejado no dia 19 de janeiro. A igreja católica realizava uma missa especial para os devotos do padroeiro, bandas de pífano animavam a comunidade, parques de diversão eram montados na praça, caminhões traziam pessoas dos lugarejos circunvizinhos vestidas em suas melhores roupas, pessoas que haviam saído do distrito para tentar a vida na capital, voltavam para reencontrar familiares e amigos como me relatou D. Germana Barbosa, esposa de Seu Nino, a aposentada de 84 anos:

Lá tinha a festa de São Sebastião, né?! Que era no dia 19 de janeiro, a igreja fazia uma festa e via gente de tudo que era lado, sabe?! Tinha roda-gigante, um monte de parque de diversão e banda de pífano, vinha muita gente que tinha família lá. Era muito bom a gente gostava demais, viu?! Eu nunca me

entrevistado.

95 Francisco Firmino. Entrevista citada

esqueço daquela festa.⁹⁶

A festa de São Sebastião é tão significativa para o povo de Pedro Velho que mesmo com a transferência dos moradores do povoado para a nova vila permanece a comemoração da data o que demonstra a resistência da população na preservação de suas tradições. Há capelas nas novas vilas. Sobre a idéia de tradição corroboro com Eric Hobsbawn e Terence Ranger:

Muitas vezes, "tradições" que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas. (...)

O termo "tradição inventada" é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as "tradições" realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez (HOBBSAWN & RANGER, 1997; 9).

Neste estudo sobre a idéia de tradição na sociedade européia no final do século XIX e início do século XX, os autores percebem que tradição é uma construção, algo inventado. A invenção de uma tradição se dá, portanto, como um processo rotineiro de ritualização da vida, das coisas convencionais, comuns. Seus elementos, que são rotineiros, ganham novos significados à medida que o processo de invenção de uma tradição ganha espaço.

Assim a festa de São Sebastião pode ser entendida enquanto uma tradição realmente inventada e que embora ela seja mantida atualmente nas novas comunidades muito dela foi mudada, o que avalio que se deu mediante as próprias mudanças na sociedade. Nos dias atuais já não é comemorada tal qual como antes, embora a população tenha crescido, o número de pessoas que vivem essa festa é menor como me relatou Germano Barbosa: *“A festa de São Sebastião existe de fato, mas se você for um dia participar você vai ver que é bem menos pessoas que vão a essa festa, tem muitas igrejas evangélicas que com certeza deve ser por esse motivo que diminui a quantidade de pessoas”*⁹⁷, resultante em grande medida pelo surgimento de novas igrejas e por sua vez seguidores de religiões diferentes.

Lembrando das histórias contadas pelo seu pai, seu Francisco relata que o fundador do povoado se chamava Pedro e a origem do nome do povoado diverge da de Seu Nino:

Eu sei que um homem que se chamava Pedro que chegou de Boqueirão construiu sua casa às margens do rio Paraíba. Depois de algum tempom outro Pedro chegou àquelas terras e resolveu construir uma casa do outro lado

96 Germana Barbosa. Aposentada, 84 anos, ex-moradora da antiga Pedro Velho e atualmente reside em João Pessoa. Entrevista realizada por Emeson Tavares da Silva, em 04 de Maio de 2011 na residência da entrevistada.

97 Germano Barbosa. Entrevista já citada

do rio. Os povo que por lá costumavam diferenciar as direções, né?! E as casa dos dois era referência. Assim, perguntava: vai pra onde? E se respondia: pra's bandas de Pedo Vêi. Ou, ainda: vem de que lado? E a resposta: lá das terras de Pedo Novo. E assim ficou Pedro Vêi.⁹⁸

Embora seu Francisco guarde, em sua memória, a história da fundação de Pedro Velho, parece que ele não guarda muita saudade da antiga comunidade, ao contrário do casal Seu Nino e Dona Germana:

Lá era bom como eu te disse, mas eu achei melhor assim. A gente tem que se adaptar, né?! Hoje eu tou aposentado e velho já e aqui tá melhor. Lá as coisas era mais difícil, a gente tinha as coisa com muita dificuldade. Eu trabaiaava demais nas lavora de mio, feijão. Era muito cansativo. Se fosse pra eu escolher eu preferiria morar aqui mermo, os tempo mudaram, né?!⁹⁹

A visão de paraíso perdido ou de oásis que foi sendo construída por grande maioria de meus entrevistados parece que se desmonta com a fala de Seu Francisco que pelo fato de sua idade já avançada morar na nova vila parece que é melhor mediante as condições existentes, maior acessibilidade a atendimento médico nas cidades de Aroeiras ou mesmo em Campina Grande e pelo fato dele já não trabalhar mais na agricultura não precisa de terra para o cultivo. No momento do êxodo do povoado para as novas terras, ele e a esposa, dona Totô, se encontravam na cidade de João Pessoa, realizando tratamentos médicos. Assim, não participaram do processo de saída das terras. Quando chegaram à Nova Vila sua casa havia sido construída pelo filho, Abel Andrade.

Em entrevista Abel Francisco Andrade me conta que:

Nasci e cresci em Pedro Velho. Assim como todas as crianças do povoado, estudei no Grupo Escolar Municipal até a 4ª série, quando fui pra Aroeiras com o intuito de terminar os estudos. Sou o caçula de uma família com oito irmãos. Pensava em estudar fora e consegui começar a faculdade de Matemática na Universidade Federal de Campina Grande, mas tive que abandonar os estudos devido a uma série de dificuldades que enfrentei, não tinha dinheiro e era bem sacrificoso ir todo dia daqui pra Campina Grande estudar. Tinha que trabalhar e ajudar em casa.¹⁰⁰

Abel casou com sua primeira namorada, Celma, com quem teve dois filhos. Atualmente é separado da esposa. Abel e Celma fizeram parte do grupo a sair de Pedro Velho quando a água já havia ocupado o povoado. Quando chegaram à Vila Nova de Pedro Velho, eles e o filho de 4 anos, viveram seis meses na casa de parentes e dois meses em um barraco de lona. “Num momento de apereio mesmo, eu não agüentava mais aquela situação, todo

98 Francisco Andrade. Entrevista já citada

99 Francisco Andrade. Entrevista já citada.

100 Abel Andrade. Entrevista já citada

mundo numa casa só, nós estávamos no limite! Juntei as coisas e fomos morar num barraco de lona. A sorte é que passou um tempo estiado, senão a chuva teria levado tudo”¹⁰¹, relata a dona de casa.

Celma guarda muitas saudades do antigo povoado e diz que de lá ficaram suas lembranças e suas raízes.

A gente foi criada lá e morava tudo junto, as famílias ficou tudo separado, as amigas, muitas foram embora, morar longe. Me dá tristeza quando eu vou na barragem, por isso que eu não gosto de ir por lá, eu lembro de tudo. A gente olha para a água e ver nossa história todinha!¹⁰²

As lembranças de Celma parece que estão nas águas. A submersão de sua antiga moradia é lembrada todas as vezes que ela ver a barragem e como se toda sua história a água tenha levado.

Em Pedro Velho, a natureza manifesta-se de forma extremamente marcante, desenhando na sua paisagem, formações rochosas, vistas de todos os pontos do lugar, um panorama que nos remete a uma barragem natural. Dentro desta paisagem, os pontos mais importantes de Pedro Velho como me destacou o jornalista Germano Barbosa eram a ‘Pedra do Cruzeiro’ e a ‘Pedra do Caboclo’, espaços preferidos entre os jovens para encontros amorosos e reuniões de amigos.

A Pedra do Cruzeiro recebeu esse nome pela cruz que lá existia, como uma forma de homenagear a igreja católica do lugarejo. Já a Pedra do Caboclo foi assim intitulada por ter servido como moradia para “caboclos bravos”, como eram conhecidos os índios que por lá viveram há muito tempo.¹⁰³

A expressão caboclos bravos era usada para denominar uma tribo indígena alcunhada por Thomas Bruno Oliveira(2004) de muito selvagem e que viveu na região durante os séculos XVIII e XIX.

101Celma Maria da Silva. Entrevista realizada em 14 de Março de 2011 na residência da entrevistada em Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras-PB. Concedida a Emeson Tavares da Silva

102Celma. Entrevista já citada

103Germano Barbosa. Entrevista já citada.



Fig.17: Foto Pedra do Cruzeiro, década 1970
Fonte: Arquivo Germano Barbosa

Na foto anterior está Dona Germana, Seu Nino e dois filhos do casal e questionada sobre as práticas religiosas existentes em Pedro Velho, a aposentada coloca que:

Tinha cinco igreja lá em Pedro Vêi, três de crente e duas católicas. Uma Adventista, tinha a de São Sebastião, a de São Pedro, a Batista e a Assembléia do Reino de Deus, mas era nas católicas que iam mai gente. O engraçado era que todas elas eram bem pertim uma da outra. Uma ficava aqui e a outra acolá, de uma dava pra ver a outra, ficava bem pertim, no centro de Pedro Vêi.¹⁰⁴

O povoado de Pedro Velho possuía cinco igrejas: uma Igreja Adventista do 7º dia, duas Igrejas Católicas, a de São Sebastião e a de São Pedro, uma Igreja Batista e uma Igreja Assembléia do Reino de Deus, sendo as igrejas católicas as que possuíam mais adeptos. Ambas estavam localizadas na região central da comunidade e eram frequentadas por todas pessoas da região.

Os cultos evangélicos eram em grande medida realizados nas residências de seus adeptos e essas igrejas existentes como a Igreja Batista e a Assembléia do Reino de Deus

104Germana Barbosa. Entrevista já citada

eram localizadas em antigas casas e mantidas pelos próprios seguidores como me relatou a dona de casa Maria Pereira:

Eu sempre fui crente da Assembléia de Deus lá embaixo a gente se reunia numa casa antiga que a gente fez de igreja e de vez em quando era na casa da gente mermo. Num era uma igreja mermo não, mas era como se fosse, tinha os banco que a gente mermo arrumou, era ajeitadim, só não tinha luz e também não tinha muita gente na igreja não. Era umas 30 pessoa(...) ¹⁰⁵

Por muitos anos, Pedro Velho não teve energia elétrica. Até a década de 1970, a energia era movida a motor. Toda noite, como me relatou Dona Germana Barbosa *“até as 9 horas da noite dava o sinal que era pra gente cuidar e ascender os cadeeiros. Era até 9 e meia. O motor era ligado as 9 e horas da manhã(...) quando chegou a energia mermo foi que melhorou”* ¹⁰⁶

Por volta das 20 horas, a iluminação das lâmpadas diminuía, um sinal que indicava que a energia acabaria dentro de meia hora, depois disso as pessoas ligavam os candeieiros, lamparinas movidas a gás. Pela manhã por volta das 9 horas da manhã o motor fornecedor de energia era ligado.

Esse motor, de acordo com Germano Barbosa era da prefeitura, mas era mantido na comunidade por um senhor que não era funcionário da prefeitura que o controlava. A energia elétrica de fato chegou a comunidade no ano de 1994, ano que Dona Germana se recorda quando conseguiu sua primeira televisão:

Manim comprou uma televisão e levou lá pra casa. Sabe qual foi o dia que ele levou essa televisão lá pra casa? No dia que Airton Senna morreu. Ele levou ele e um colega dele e uma mulher(...) Aí tava montando a televisão, aí quando ligaram deu a morte de Airton Senna (...) ¹⁰⁷

Os acontecimentos narrados na mídia demarcam a memória. Nessas circunstâncias o dia 01 de maio de 1994, data da morte de Airton Senna, campeão brasileiro de automobilismo foi estabelecido como o dia em que a família de Dona Germana conseguiu sua primeira televisão.

Germano Barbosa também me recordou desse momento:

Eu comprei essa televisão aqui em João Pessoa e levei pra eles lá, desde quando eu vir pra João Pessoa que eu queria comprar aí quando a energia chegou eu comprei e levei logo. Eu tinha vontade de possuir uma televisão

105Maria Pereira. Entrevista já citada

106Germana Barbosa. Entrevista já citada

107Germana Barbosa. Entrevista já citada

desde quando eu estudava com Dona Maria Francisca na escola lá em Pedro Velho.¹⁰⁸

Havia na comunidade, o Grupo Escolar Municipal de Pedro Velho, inaugurado desde a década de 1960 era a escola do lugarejo. Os antigos alunos contam que Dona Maria Francisca de Brito, 87 anos, aposentada e atualmente moradora de João Pessoa foi uma personagem marcante da escola. A professora é lembrada por ex-alunos como Vera Lúcia de Lima, 43 anos, moradora da antiga Pedro Velho, dona de casa, como uma senhora muito inteligente, séria e exigente, que apesar de parecer brava, era amável e por isso, respeitada por todos. A mestra lecionou sozinha as quatro séries primárias da década de 1960 até final da década de 1990, no período que antecedeu a própria inundação da barragem.

Vera Lúcia lembra que a professora dividia o quadro- negro em quatro partes e cada uma das partes representava uma série. Todas as manhãs, a professora ensinava uma a uma as turmas que dividiam uma única sala de aula. Enquanto ensinava uma das turmas, os outros alunos aguardavam sua aula com paciência e assim, a professora lecionava para mais de quarenta alunos de uma única vez.

É incrível como a gente não esquece o que viveu na infância. Eu fecho o olho e lembro da casa, da plantação de pai, do rio. A gente lavava prato e tomava banho, era bom tomar banho de noite! Lembro do grupo, de dona Maria Francisca. Ela tinha um checho, uma pedra que ela batizou de licença, a gente pra sair da sala tinha que ir com a pedra e voltar com a pedra na mão. Se a pedra tivesse na mesa, ela sabia que todo mundo estava na sala. Era uma graça dona Maria Francisca!¹⁰⁹

O sistema de ensino multiseriado se ainda é bastante recorrente na região, em tempos de outrora era o que existia e a professora Maria Francisca com seus métodos de ensino, atualmente interpretados como sendo tradicionais por grande maioria de docentes, já que ela se utiliza de meios como colocar a criança de castigo, utilizava palmatórias e outros meios, mesmo assim ela é lembrada saudosamente por seus ex-alunos. O jornalista Germano Barbosa a trata como “uma professora austera, muitas vezes até em excesso, que nos ensinou as primeiras letras”.

¹⁰⁸Germano Barbosa. Entrevista já citada

¹⁰⁹Vera Lucia. Entrevista já citada



Fig. 18: Foto do Grupo Escolar Municipal sendo demolido no momento a chegada das águas de Acauã

Fonte: Arquivo Osvaldo Bernardo

Nessa dinâmica, a memória dos sujeitos que participam da narrativa está permeada de momentos passados que surgem em sintonia com o presente sempre referenciado: “... São marcos da memória que vão compondo o tom de narrativas que afloram no diálogo das entrevistas.

Desta forma, interpretando a memória desses sujeitos, percebo que, embora a construção de Acauã tenha transformado os modos de viver de tantas pessoas, ela não conseguiu produzir marcas de esquecimento e silêncio; ao contrário, sobre seu lago pesa a memória de experiências que ainda hoje fazem parte do cotidiano de homens e mulheres.

As recordações presentes nas narrativas dos moradores atingidos se remetem a referências culturais e experiências pretéritas. São memórias importantes, porque fazem com que o presente seja compreensível à luz do “passado” e do próprio presente, contido não apenas no discurso dominante, mas também nos discursos formulados por aqueles que foram silenciados em outras narrativas e (re)elaboraram suas versões a partir de referenciais próprios, de suas experiências e vivências cotidianas, ampliando os horizontes dessas narrativas.

Ao se transporem esses limites, as memórias irrompem também nos espaços temporais preestabelecidos pela história dominante ou “oficial”. Esses sujeitos, ao retomarem as experiências historicamente enraizadas, os argumentos e as referências para composição de

suas narrativas, acabam delineando uma redefinição de fronteiras caracterizada pelo rompimento com demarcações de espaços de poder estabelecidas por perspectivas que visam construir a história de Acauã a partir de uma versão única e hegemônica.

No próximo capítulo tratarei da luta pela sobrevivência com a formação do Movimento dos Atingidos pela Barragem de Acauã torna-se a essa altura uma experiência rememorada apontando para as diversos sujeitos que vivenciam a trama histórica que me debrucei a estudar. A saudade e a vontade de viver no “oásis” também são retomadas nas próximas páginas.

A ação de cada um determina as reações:**A organização do movimento dos atingidos pela barragem de Acauã**

A explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma “lei”, nem são os “efeitos” de um teorema estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo. (THOMPSON, 1981:61)

No planejamento das grandes barragens, do ponto de vista oficial, são previstas várias ações visando a avaliação de alternativas para a resolução de impactos que por ventura venham aparecer, impactos esses sociais, econômicos e mesmo ambientais causados pela implantação do reservatório. Dentre essas ações, se destaca a realização do que deveria ser um criterioso levantamento de dados acerca das condições de vida da população, visando à identificação de problemas locais, das potencialidades, dos impasses e as possibilidades de resolução de prováveis problemas.

Por sua vez, o projeto de implantação da Barragem de Acauã, conforme as metas estipuladas pelo governo do Estado, comprometeu-se com o chamado “progresso” e desenvolvimento local, e conseqüentemente, com a melhoria na qualidade de vida da população atingida tanto na área de influência física, composta por parte da zona rural dos municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba, quanto na área de influência funcional composta, além dos três municípios citados, por Campina Grande, Queimadas, Caturité, Boqueirão, Fagundes, Aroeiras, Itatuba, Ingá, Mogeiro, Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, São Miguel de Taipu e Juripiranga.¹¹⁰

Definidos os objetivos e metas, o governo do Estado previa os impactos ambientais, econômicos e sociais e definiu algumas medidas para sanar tais impactos, medidas essas que estão sistematizadas no EIA¹¹¹ e vários órgãos estavam envolvidos para resolver eventuais

110Essas informações foram colhidas do Estudo de Impacto Ambiental da Barragem de Acauã (EIA) produzido pela SEMARH- Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais do Governo do Estado da Paraíba

111O MAB-PB teve acesso ao EIA – Estudos de Impactos Ambientais por meio do Ministério Público Estadual. Esse documento é de difícil acesso e está disponível na biblioteca da SEMARH, em João Pessoa. A cópia do documento foi gentilmente cedida por Osvaldo Bernardo, militante do MAB.

problemas, como o IBAMA, a SUDEMA, o DNOCS, a CAGEPA e as prefeituras locais, dentro outros.

Entretanto tais medidas de resolução dos problemas, listados em grande medida nos capítulos anteriores dessa dissertação não foram sanadas ou pelo menos não ocorreu a contento. É notório ao observar *in loco*, bem como através dos vários documentos que o processo de perdas econômicas, sociais e culturais vivenciado pela população atingida foi, em grande medida, desconsiderado pelo governo, ao não aplicar as soluções para os problemas previsto nos documentos da construção da barragem.

Toda a situação da população atingida resultante do não cumprimento das promessas governamentais motivou o protesto organizado das famílias atingidas, configurando-se um processo de mobilização.

Em 24 de maio de 2002, o Jornal da Paraíba noticia a seguinte matéria:

**Barragem/ Os atingidos com a construção exigem pagamento
Moradores de Pedro Velho reivindicam indenizações**

Os moradores das localidades de Pedro Velho, Melancia, Junco, Ilha Grande, Cafundó, nos municípios de Natuba, Itatuba e Aroeiras, prejudicados com a construção da Barragem de Acauã, realizaram protesto ontem em Campina Grande, para pressionar o governo do Estado a atender suas reivindicações. Inicialmente, eles se concentraram no Parque do Povo, depois seguiram em passeata rumo à Praça da Bandeira e, por ultimo, se dirigiram ao escritório do Governo, na Estação Velha.

Insatisfeito com o governo que ainda não pagou as indenizações referentes às casas demolidas que deram lugar à barragem, os moradores que já recorreram à Câmara de Vereadores de Campina Grande, decidiram pressionar o governador Roberto Paulino, no sentido deste receber, em seu gabinete, uma comissão para negociar os itens pendentes.

Após a passeata que congestionou o trânsito em alguns trechos das ruas centrais, e a concentração em frente ao Escritório do Governo, uma comissão, liderada pelo deputado estadual Frei Anastácio e sindicalistas entregou ao chefe de Gabinete, jornalista Assis Costa, um documento contendo as reivindicações dos moradores, sendo as mais urgentes: o imediato pagamento das indenizações para as pessoas que ainda não receberam; reavaliação dos valores mediante tabela de preço atualizado; construção de casas para as famílias que não têm moradia própria e a garantia de remuneração mensal no valor de dois salários mínimos, até que chegue o período produtivo.

Um outro documento foi entregue ao coordenador das Curadorias de Campina Grande, procurador de justiça Agnello Amorim, sobre a situação das famílias atingidas com a construção da “Acauã”, bem como pedindo ajuda no sentido do mesmo “provocar” o governo do Estado.¹¹²

Esse acontecido noticiado pelo Jornal da Paraíba de acordo com o assessor do

¹¹²Barragem/ Os atingidos com a construção exigem pagamento. Moradores de Pedro Velho reivindicam indenizações. Jornal da Paraíba. Paraíba, Sexta-Feira, 24 de Maio de 2002.

movimento, Fernando Garcia marcou oficialmente a primeira manifestação pública do movimento e foi composta por aproximadamente 300 pessoas que pelas principais ruas do centro de Campina Grande reivindicavam melhorias quanto ao reassentamento, moradia e a reavaliação de processos de indenização. Ao que se apresenta no jornal, essas eram então as principais bandeiras de luta do movimento nascente. O movimento também contava com o apoio do deputado estadual Frei Anastácio (PT-PB) que teve sua história marcada na Paraíba com o envolvimento nas lutas dos trabalhadores e de vários militantes do MST, da CPT dentre outros.

Os impactos decorrentes da construção de Acauã motivaram a mobilização popular tardiamente, uma vez que as obras da barragem se iniciaram em 1999 e as primeiras manifestações públicas teriam ocorrido em 2002, após sua conclusão.

É importante destacar que o total de 800 famílias envolvidas nos impactos provocados pela barragem se colocam entre duas épocas de suas vidas, épocas essas narradas no primeiro e segundo capítulos dessa dissertação. A primeira se refere ao período que antecedeu a construção de Acauã, quando essas pessoas viviam no meio rural semiárido, desenvolvendo pequenas lavouras e criações de animais, tendo acesso à pesca de subsistência, o que garantia a alimentação e comercializavam do excedente da agricultura familiar nas comunidades vizinhas.

Por outro lado, com o advento da barragem, outra etapa da vida daquele povo ribeirinho foi drasticamente imposta, e toda a estrutura dos locais tradicionais de vida foi submergida. Na figura abaixo é possível ver a comunidade de Pedro Velho inundada.



Fig 19. Pedro Velho inundada. Foto gentilmente cedida por Osvaldo Bernardo

Obrigados, então, a sair de suas casas e sítios, a maioria passou a residir nos aglomerados de casas, que, a rigor e pelo anteriormente já destacado no primeiro capítulo, não podem ser considerados urbanos porque não possuem estrutura de uma aglomeração urbana e também não apresentam estrutura para vilas agrárias pela própria estrutura e tamanho das casas.

Os agricultores camponeses perderam sob as águas de Acauã o território que era base de sua economia e de sua cultura, passaram a habitar as pequenas casas e a vida passou a ser avaliada por alguns moradores como mais difícil, como expressa na música de Abel Andrade

113

Sou da terra do sol quente. Nordestino eu sou valente
Enfrento a seca de frente, mas não arredo o pé do chão
Pior que seca e sol quente é o que fizeram com a gente
Levantando um paredão

Tive mesmo que correr pra nas águas não me afogar
Tive mesmo que correr sem ter casa pra morar
Pra onde fui despejado, não tem água, não tem roçado
Difícil a vida lá

113Música composta por Abel Andrade em 2002. Difícil a vida lá

Barrageiro que maldade aprisionaste o meu rio
Quando penso na maldade chega me dá arrepio
A natureza lamenta, a fauna não mais aguenta
A flora está por um fio

A falta de água em abundância, a ausência de terras agricultáveis agravou ainda mais a situação dos moradores, dependendo de carros-pipa para o abastecimento de água, tendo que se deslocar para o desenvolvimento da agricultura em terras de latifundiários.

Na sequência da música, nos dois últimos trechos, aparece o caráter da organização do movimento:

Resolvi ser o sujeito nessa história de mudança
Contra toda a intolerância resolvi organizar
Juntando a massa latina, impedir qualquer chacina
Índia, negra, popular

Perante tal situação vivida a população se conscientiza e se organiza. Com a conclusão das obras de Acauã, no ano de 2002, foi anunciada a sua inauguração, porém as medidas de resolução dos problemas dos impactos ambientais e sociais decorrentes não foram implantadas, intensificando o incômodo geral da população afetada. Com o início do enchimento da barragem, as primeiras famílias atingidas foram alojadas nos conjuntos habitacionais rurais, verdadeiros locais de desolação, como sinônimo de isolamento, solidão, desamparo e grande tristeza. Tudo isso justificado pela sensação de perda coletiva, mediante o afogamento de suas terras férteis de várzeas e a destruturação de suas vidas.

As famílias que optaram por permutar a sua casa por outra esperavam receber casas boas e terras agricultáveis como foi colocado no primeiro capítulo. O que não aconteceu, foi que foram obrigadas a se acomodar nas minúsculas casas. A abrupta mudança provocou muito sofrimento naqueles dias, para os que estavam deixando suas casas e terras, além de comoção e indignação no entorno, como se lê na carta aos paroquianos e às autoridades, escrita pelo então padre Rômulo Viana, pároco de Aroeiras em 12 de abril de 2002:

(...) não podemos ficar cegos, surdos ou mudos diante dos transtornos que a construção desta mesma barragem já está trazendo à população vizinha, visto que não poderão reconstruir os seus bens com uma indenização média de R\$ 6000,00 (seis mil reais) por família. Onde ficarão os seus animais (caprinos, ovinos, bovinos)? E suas galinhas, que lhes garantem a ajuda na subsistência? E a terra para plantar e sobreviver? Como se acomodarão as

peessoas em casas tão pequenas? Naquelas casas pré-moldadas caberão as famílias de todos os tamanhos? Fico a olhar e penso: será um campo de concentração humano? (VIANA, 2002)

Outro fator incisivo de indignação e de motivação para a organização popular foi o processo indenizatório. O valor das indenizações, para as famílias que optaram por este tipo de ressarcimento, foi calculado aproximadamente no ano 2000 e no ano de 2002, apenas uma parte das famílias havia recebido o dinheiro, enquanto que as demais, cerca de 60 famílias, aguardavam o pagamento. O valor médio de R\$ 6560,00 sem correção e nem revalorização no decorrer do tempo¹¹⁴. Sobre isso se colocam os moradores de Pedro Velho, na carta elaborada em uma reunião, datada de 18 de fevereiro de 2002, destinada as autoridades governamentais.

As informações que recebemos são de que não há data certa para o pagamento das indenizações que nos foram anunciadas. Devemos dizer também que o que está previsto como pagamento de nossos bens significará um grande prejuízo, uma vez que os cálculos foram feitos quando um saco de cimento custava R\$ 6,00 enquanto que hoje o mesmo saco de cimento está custando R\$ 15,00.¹¹⁵

Ademais, as famílias que não tinham titulação de posse de suas terras não foram indenizadas como afirma a Carta Denuncia em outro trecho:

Deve-se acrescentar, ainda que quem não tem título de sua terra não irá receber indenização, mesmo havendo pessoas que ocupam a terra há mais de 50 anos. Desta forma, os posseiros não irão receber nenhuma indenização por suas terras. As informações que temos são de que também não haverá pagamento por nossas benfeitorias, o que significa mais um grande prejuízo, uma vez que temos muita coisa construída sobre a terra, tais como: currais, cercados, cacimbões, cercas, pasto plantado, diversos tipos de fruteiras, etc.

¹¹⁶

O valor total das indenizações previstas, 6,5 mil reais por família chega a menos de 2% do montante previsto para a obra¹¹⁷. Quanto à construção de Acauã, havia um acúmulo de denúncias de superfaturamento da empresa construtora, falhas no processo de indenizações, marcado pelo não cumprimento e pela não transparência do Governo do Estado ao indenizar os imóveis, favorecendo o clientelismo e a intervenção do poder local. Essa situação foi confirmada no seguinte trecho:

114Essas informações estão em Coletivo de Professores e estudantes da UFPB. Dossiê Barragem de Acauã, 2007

115Carta Denuncia dos Moradores de Pedro Velho, 2002

116Carta Denuncia dos Moradores de Pedro Velho, 2002

117Carta Denuncia dos Moradores de Pedro Velho, 2002

Outro ponto relevante, é que os critérios de indenização não foram tornados públicos. Não houve transparência no cálculo das indenizações, e no motivo de atraso, o que nos leva a acreditar em arranjos particulares e num clientelismo mais agudo, associado ao políticos locais¹¹⁸

Essa população se deparou com a falta de ação governamental para o período que sucedeu as obras de construção da barragem, pois não houve projeto econômico que gerasse renda aos atingidos, não houve terras agricultáveis disponíveis, além de ter ficado isolada por conta da interdição das vias de acesso.

As primeiras 120 famílias que tiveram suas casas e áreas de trabalho alagadas se instalaram nas casas sem água e sem energia elétrica, porque os conjuntos habitacionais não estavam concluídos, mostrando o descompasso entre o planejamento e a execução das soluções. Nesse ínterim, outro acontecimento provocou indignação entre os atingidos, pois indivíduos responsáveis pela distribuição das casas divulgaram que as casas haviam sido invadidas por outros moradores.¹¹⁹

Dessa forma a reconhecida falta de interesse de sucessivos governos estaduais só agravou as condições de vida das cerca de 850 famílias instaladas nos conjuntos habitacionais rurais. A gravidade da situação e a incerteza com a relação ao futuro motivaram as pessoas a elaborarem um documento, a Carta de Denúncia dos Moradores de Pedro Velho, na qual estabeleciam a seguinte avaliação:

Finalmente, devemos dizer que nosso futuro é bastante incerto, uma vez que teremos que abandonar tudo que construímos ao longo de nossas vidas. Muitos de nós estamos em nossos locais há mais de 60 anos e, de um dia para o outro, teremos que recomeçar tudo de novo e não sabemos exatamente como iremos fazer isto. Por tudo isto, estamos nos mobilizando para obter do Governo do Estado um melhor tratamento e uma solução para todos estes problemas.¹²⁰

Entendendo, portanto, que seus direitos estavam sendo negados pelo Estado, as pessoas prejudicadas iniciaram um processo de mobilização, passando a se reconhecerem como atingidos por barragens.

Os moradores que insistiram em ficar nas suas casas, além de atingidos por Acauã, se tornaram desabrigados, tendo que fugir, às pressas, das águas da barragem que subiram rapidamente com as precipitações inesperadas. Forçados à rendição, se mudaram para os

118Essas informações estão em Coletivo de Professores e estudantes da UFPB. Dossiê Barragem de Acauã, 2007

119Essas informações estão em Coletivo de Professores e estudantes da UFPB. Dossiê Barragem de Acauã, 2007

120Carta Denúncia dos Moradores de Pedro Velho, 2002

conjuntos habitacionais. A passagem que se segue testemunha os acontecimentos vividos por Maria José Silva:

A conclusão da construção da barragem de Acauã se deu em 2002. Ela já estava sendo inaugurada e nós das comunidades que abrangem os municípios de Itatuba, Natuba e Aroeiras não tínhamos, ainda, recebido nenhum tipo de indenização. Nós ficamos com aquele sentimento de que a barragem nunca ia encher e nós nunca íamos abandonar o nosso lar, nossas histórias, nossas raízes. Aconteceu muito rapidamente e nós fomos expulsos da comunidade. Todos fomos expulsos com as águas. Em três dias de chuva a barragem nos expulsou e quase que nós não conseguimos tirar as coisas do pessoal e das nossas casas¹²¹

No início de 2004, registrou-se na Paraíba um grande volume de chuva e a barragem de Acauã atingiu cerca de 90% de sua capacidade de armazenamento. Segundo parecer técnico, esse patamar deveria ser atingido em pelo menos 10 anos. Isso significa que praticamente dentro de um mês, o lago encheu quase completamente. Esse fato agravou ainda mais a situação da população atingida, pois inundou completamente o povoado de Pedro Velho, onde se registrou a resistência popular e de onde emergiram as lideranças locais do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Naquela ocasião, a assessoria do MAB, representada pelo professor universitário Fernando Garcia de Oliveira avaliando a ocorrência do momento assim se pronunciou:

O estado atual da população atingida é ainda pior, em que pese todo o processo de organização e luta. Numa palavra: aumentou a chance da pior solução de consolidar. E esta pior solução consiste em permanecerem de forma definitiva nos conjuntos habitacionais rurais inviáveis. O agravamento do quadro deriva de dois fatores combinados: o primeiro dado pelo reiterado descaso governamental, o segundo surge em consequência do súbito enchimento do lago de Acauã (OLIVEIRA:2005;14)

Dentre os que não aceitaram ir para os conjuntos habitacionais ficando abrigados em construções construídas de madeira e lona, em áreas próximas as alagadas, estavam as pessoas mais revoltadas com a situação, as famílias de Abel Andrade e de Osvaldo Bernardo são exemplos de pessoas que ficaram por meses residindo debaixo de um abrigo improvisado.

Quando o lago encheu a gente permaneceu por lá, deixamos nossas casas porque não dava mermo pra ficar lá e viemo um pouquim mais pra cima e armemos um barraco de lona, não iamo jamais pra essa vila nova sem receber a indenização justa. Foi uns cinco barracos que armemos e ficamos

121Maria Tereza da Silva. Entrevista já citada

por lá por um longo tempo.¹²²

Maria de Fátima, mais conhecida como Galega, uma das lideranças locais do MAB rememorou que, mesmo antes deste evento de 2004 que expulsou definitivamente as famílias, ou seja, desde 2002, mediante a comoção gerada nas comunidades, as pessoas buscaram apoio de vários segmentos, a saber: a Universidade Federal de Campina Grande-UFCG; um sindicato de Trabalhadores Rurais do Pólo Sindical da região de Campina Grande, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Articulação do Semiárido/Paraíba (ASA-Paraíba), Igreja Católica, com o apoio do pároco de Aroeiras Rômulo Remigio Viana e alguns parlamentares dos municípios envolvidos.

Galega ainda me relatou o seguinte, quando se referiu ao momento quando os atingidos procuraram apoio externo:

Foi uma preocupação muito grande o fato de a barragem estar prestes a se inaugurada e nós não termos recebido nenhum tipo de indenização. Então, a gente começou a questionar e um aluno da UFCG de História [Edvaldo de Pedro Velho] contactou com alguns professores e professoras interessados que vieram ver o que estava acontecendo. Daí em diante ocorreu uma série de reuniões e começamos a questionar o porquê daquela situação e as pessoas foram abrindo os olhos. Daí, nós começamos a nos mobilizar em torno das indenizações até que foram pagas, parece-me mais da metade delas.¹²³

Um desses professores que ficou sabendo da situação em Pedro Velho foi Fernando Garcia de Oliveira. Professor aposentado do Departamento de Economia da Universidade Federal de Campina Grande e que hoje desenvolve pesquisas de extensão na universidade, já possuía ampla experiência com movimentos sociais, uma vez que já havia assessorado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras -MST no Estado. Quando questionado como ele ficou sabendo da realidade de Pedro Velho, ele me diz o seguinte:

A gente foi procurado aqui pelas pessoas. A gente sabia que tinha a obra né?! Mas nós fomos procurado aqui na universidade por uma pessoa de lá pra (...)A gente se interessava. Na verdade eu não fui a primeira pessoa da universidade a verificar, tinha uns colegas que estavam acompanhando a situação, mas eu fui procurado por uma colega da universidade que sugeriu que eu fosse conhecer a situação lá(...)¹²⁴

Professor Garcia me relata que tinha muito interesse em conhecer a barragem, as obras da construção desta, sendo informado sobre a situação vivenciada pelos atingidos de

122Abel Andrade. Entrevista já citada

123Maria de Fátima. Entrevista já citada

124Fernando Garcia Oliveira. Entrevista realizada em 05 de Junho de 2011 por Emeson Tavares nas dependências da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba.

Acauã através da professora Magnólia Gibson, a Gui, do curso de Sociologia da UFCG. Foi ela que teve o primeiro contato com então estudante Edvaldo, oriundo de Pedro Velho e contara a situação que eles viviam. Na sequência de seu relato, Fernando Garcia me conta como ele recebeu a informação:

Eu não tinha nenhuma informação previa na verdade, eu não tinha nenhuma informação previa. Só tinha que era uma situação que ela sugeriu, ela sabe que eu fazia assessoria nos movimentos sociais. Professora Gui, uma colega da Sociologia né?! Então ela me sugeriu pra eu ir lá. Então, na verdade, no primeiro momento eu não tinha muita informação de Acauã né?! Tinha só localização e tudo e daí a gente marcou a primeira reunião e eu fui verificar no local qual era a situação de lá. A gente fez contato com algumas pessoas e eu fui com duas pessoas que também eram próximas a mim(...) um sindicalista (...) Nelson Anacleto do sindicato(...) de Lagoa Seca (...) O Nelson é uma pessoa importante, uma líder sindical né?! E alguém que a gente, eu já tinha trabalhado junto, já tinha feito alguma assessoria pra eles também. Então eu achei que era importante levar alguém do movimento sindical e levei também um assessor do Frei Anastácio na época, um colega, uma pessoa que já tinha trabalhado comigo. Então a primeira vez que fomos lá, fomos nós três pra fazer uma reunião com a comunidade. Sabíamos que tinha problema, mas não sabia (...) puxando pela memória também, né? que isso foi em 2002 (...) Eu sabia que a professora Gui me deu algumas informações(...) ¹²⁵

Nelson Anacleto, assim como o Frei Anastácio citado pelo Fernando Garcia, é representante e líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado na Paraíba. O primeiro já foi candidato a prefeito de Lagoa Seca, sua cidade natal, e o segundo está no seu terceiro mandato de deputado estadual pela Paraíba. Seu assessor, Arnaldo, então foi um dos representantes que se fizeram presente na primeira reunião que discutiria os problemas dos atingidos pela barragem de Acauã.

Perguntei ao professor Garcia o que encontraram quando chegaram lá nesse primeiro momento e ele me respondeu o seguinte:

Veja só a gente marcou uma reunião em Pedro Velho(...) e fomos conhecer a situação deles. As pessoas não tinham experiência. Até aquele momento a comunidade não tinha nenhuma organização, então eles foram convidados, a cidade é pequena né?! Então sabendo que viam pessoas de fora pra fazer reunião na igreja pra discutir a situação deles (...) As reuniões eram sempre na igreja, o local mais apropriado que tinha uma área maior, bancos e tal e permitiam que as pessoas sentassem na igreja católica de lá, que tinham outras igrejas também. Então a gente fez essa reunião e a partir dali agendamos outras(...) ¹²⁶

Mesmo não tendo uma organização propriamente dita e mesmo sem conhecer em

¹²⁵Fernando Garcia. Entrevista já citada

¹²⁶Fernando Garcia. Entrevista já citada

grande medida como se organizar, diversas pessoas estiveram presentes na reunião, que desde o início contou com a colaboração da Igreja Católica, na figura do Padre Rômulo Viana. Pergunto então ao professor e depois daí como foi se organizando o movimento e ele me narra da seguinte da forma:

A gente sabe, tem uma questão que se coloca desde o início que é a seguinte: eles estavam completamente iludidos pelo que os eram passados. Eles não tiveram acesso, não houve discussão previa, não houve audiência pública em lugar nenhum, nem aqui, nem lá, nem em João Pessoa e eles foram enganados, na verdade. Por exemplo, com relação as casas. (...) Então as pessoas estavam convencidas que era o que o governo falava que elas teriam de sair dali. No caso de Pedro Velho, Pedro Velho tem uma particularidade porque boa parte das pessoas não tinham saído, se recusou a ir pra vila. Eles achavam que a vila era de muita péssima qualidade e havia uma promessa, o governo acenava com três tipos de casa A, B e C era anunciado pra isso. Na verdade eles estavam esperando as indenizações que as pessoas queriam era receber as indenizações. Eles com muita pouca informação na verdade né?! Nem sequer o valor que cada um tinha de receber sabiam, mas o governo adia as indenizações, não tinha prazo, não tinha data pra fazer o pagamento e a gente quando chegou lá e essa já foi uma questão que a gente levantou desde a primeira vez é que ainda que a gente não soubesse o valor das indenizações, mas a gente já os alertou que eles precisavam serem reassentados com condições de continuar produzindo, eles eram produtores. Então qualquer que fosse a indenização ela acabaria, era só uma questão de tempo (...) Então desde esse primeiro momento a gente levanta essa questão né?! Então e ali eles foram percebendo que havia algumas questões e nessas sequências de reunião começam a aparecer pessoas mais interessadas, pessoas mais dinâmicas entendeu?! E essas pessoas, de uma certa maneira, essas reuniões nessa fase inicial elas vão despertando as lideranças (...) E tem uma coisa que a gente faz e eu acho que ajudou muito com essas reuniões iniciais se decidi que aquilo ali precisa ser divulgado. Então aí se prepara uma primeira nota, isso é um marco importante né porque eles redigem a nota nesse reunião (...) no dia seguinte veio um grupo de lá e foi nas rádios e jornais aqui de Campina Grande(...) nós fizemos quatro reuniões seguidas, um sábado e três domingos seguidos, a universidade sempre cedeu o carro né e aí essas quatro primeiras reuniões deram resultado nessa primeira ação deles(...)¹²⁷

Mediante a situação narrada por Fernando Garcia que dada a instabilidade e mesmo a incerteza da indenização começa a se organizar um grupo de pessoas, tendo Abel Andrade como o líder local, para lutar por seus direitos. Organização essa que se oficializa enquanto Associação dos Atingidos pela Barragem de Acauã (AABA), cujo presidente foi o próprio Abel Francisco Andrade.

Através dessa organização foram sistematizadas algumas reivindicações que como constam nos documentos da AABA são:

- a) indenização integral de tudo que pertencia às famílias, incluindo o

¹²⁷Fernando Garcia. Entrevista já citada

imediato pagamento das indenizações para as pessoas que ainda não as tinham recebido, a atualização do valor das indenizações pagas, o pagamento das indenizações de todos os bens das pessoas prejudicadas, não incluídos no que estava sendo pago, considerando, também os prejuízos de natureza subjetiva que estavam sofrendo,

b) implementação de um projeto produtivo de emprego e renda para todos, garantindo a sobrevivência das famílias a curto, médio e longo prazos, sendo que as atividades produtivas devem ser projetadas com a participação das diversas comunidades, podendo incluir a agricultura, a criação de animais e outros tipos de atividades,

c) construção de novos núcleos para reinstalação das famílias em localidades melhores ou pelo menos iguais as anteriores,

d) garantia de remuneração mensal para todas as famílias, até o momento em que as condições de sobrevivência estejam asseguradas, nas novas condições,

e) acesso a toda documentação relativa a barragem à população atingida, como os estudos de impacto ambiental da barragem e os seus respectivos relatórios, projetos técnicos de execução da obra e seus respectivos anexos (mapas, levantamentos aerofotográficos, regimes de enchimento do lago, delimitações das cotas de segurança, etc.), o cadastro de todas as famílias atingidas e os laudos de apropriação de bens, bem como os critérios técnicos e as respectivas tabelas de valores que serviram de base para compor as planilhas que estabeleceram os valores de indenização de cada família. (Associação dos Atingidos pela Barragem de Acauã, 2002)

Como se observa essas eram as primeiras reivindicações que os moradores atingidos tinham estruturado a partir da associação. Reivindicações que naquele momento eram necessárias, então reivindicavam em grande medida uma área para o desenvolvimento de atividades produtivas, a agricultura e mesmo a criação de animais, a construção de moradias em locais semelhantes aos que possuíam, o subsídio de uma renda para os atingidos até o momento que se resolvesse os impasses e também reivindicavam por um processo mais democrático, que a população tivesse acesso a documentação da obra.

Em entrevista Abel me relata como foi esse período inicial da organização:

(...) o primeiro desafio era como fazer, reunir as pessoas pra convencer na luta, convencer no direito, porque a população, principalmente Pedro Velho a principio né?! onde a organização começou não sabia mais em quem confiar de tanto ouvir os engenheiros falar alguma coisa depois os políticos falarem outra. Sempre as pessoas eram vitimas do controle político clientelista né?! Mas ai foi se quebrando esse tabu né?! E a gente foi trazendo esse pessoal pra reunir na igreja que tinha lá embaixo que hoje tá tudo inundando e a gente foi conscientizando, o pessoal foi aderindo e em seguida o pessoal da universidade trouxe mais outras entidades que se incorporaram a essa luta né?! O pessoal do sindicato de Alagoa Grande, de Alagoa Nova (...) o pessoal do CENTRAC, então varias pessoas (...) daí(...) eles passaram esse problema pro conhecimento do MST porque tudo o quanto fosse de apoio seria bem vindo né?! E aconteceu que o MST por sua vez passa esse conhecimento ao Movimento dos Atingidos Por

Barragens que até então a gente desconhecia a existência desse movimento né?! E daí coincidiu que estava se aproximando do dia da luta deles, dia nacional da luta dos atingidos e foi todo um processo de reunião e tal. Aí veio uma pessoa do Rio Grande do Sul apresentando o movimento, aí essa pessoa veio fez o relatório, reuniu também com as comunidades, envolveu outras comunidades e esse rapaz foi embora e em seguida passaram alguns dias aí veio outro mais de perto, do Ceará, esse daí se familiarizou mais com a situação.¹²⁸

Como se vê, o período inicial de formação do MAB-PB contou com a colaboração de várias entidades. O CENTRAC – Centro de Ação Cultural -, localizado em Campina Grande-PB, é uma entidade não governamental que tem com princípio lutar pela democracia, igualdade e justiça social e apoia os grupos organizados da sociedade civil, sendo constituído, em grande número, por sociólogos e antropólogos do município. O CENTRAC foi palco das reuniões do movimento quando se dirigia a Campina Grande, o espaço da sede serviu ainda para a realização de seminários e mesmo de acomodações das famílias que vinham reivindicar seus direitos em Campina Grande.

Nesta continuidade o movimento dos atingidos de Acauã a partir de suas lutas e reivindicações se vinculou ao Movimento dos Atingidos por Barragens Nacional assegurando sua direção política e condução do trabalho de organização popular. O MAB-Nacional passa a apoiar o movimento local, auxiliando-os no que diz respeito às lutas empreendidas e na formação de militantes.

Adinari Moreira de Sousa (2007) reconhece na seguinte passagem a importância dessa inserção no movimento mais geral das pessoas prejudicadas por barragens e registra a formação da direção do MAB-PB sob a liderança de Abel Francisco:

Outro apoio importante e determinante na construção da solidez do movimento foi a inserção das comunidades atingidas pela barragem de Acauã com a luta mais geral dos atingidos por barragens no Brasil. Para isso, foi fundamental a vinda da direção do MAB-Nacional e, após sucessivas discussões, formar uma direção local do MAB, sob a liderança de Abel Francisco Andrade. A partir daí foram mobilizados seminários, encontros, com apoio do MAB e da Universidade, para a comunidade se instrumentalizar na perspectiva de compreender a estrutura econômica e política do modo de produção do capital e a conjuntura na qual estão inseridos, enquanto sujeitos de direito (SOUSA, 2007; 5-6)

Desse esforço resultou o Primeiro Encontro dos Atingidos pela Barragem de Acauã, realizado em Pedro Velho, nos dias 21 e 22 de dezembro de 2002, como última atividade do ano. Segundo o relatório do encontro, estiveram presentes, aproximadamente 100 pessoas das

¹²⁸Abel Francisco. Entrevista já citada

comunidades de Pedro Velho, Melancia, Cajá, Ilha Grande e Vila Nova de Pedro Velho, representantes do MAB-Nacional, representantes da UFCG e de sindicatos locais. O evento foi realizado com o objetivo de sistematizar as demandas dos atingidos pela Barragem de Acauã e construir propostas para resolver os problemas, tendo em vista a melhoria de vida das comunidades. (OLIVEIRA, 2002)

Segundo o relatório, a programação do Encontro envolveu varias atividades como: análise da conjuntura social, econômica e política, discussão a partir da exibição de um vídeo sobre a luta de pessoas atingidas por barragens, como cenas de enfrentamento da repressão policial, discussão sobre situação local, no novo contexto nacional, discussão de temas propostos pelo MAB, como organização de base, formação e informação, articulação nacional e internacional, construção do projeto popular e lutas de todo o povo.

Foram apresentadas várias propostas das comunidades atingidas, constituindo-se em demandas a serem reivindicadas durante o processo de organização e mobilização, dentre elas terra para os agricultores trabalharem e para a criação de animais, água tratada, escolas publicas, assistência médica, segurança, vias de acesso, reavaliação das indenizações, casas de alvenaria, organização e o encorajamento à união de todos.

No âmbito nacional líderes e militantes do MAB, atingidos por Acauã, participaram de várias reuniões, encontros de formação, audiências, a exemplo do Encontro Nacional do MAB, ocorrido em Brasília, de 29 a 31 de junho de 2003 e da audiencia concedida pela então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, à coordenação do MAB, em seu gabinete, em 28 de janeiro de 2005. Em março de 2006 aconteceu o Segundo Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em Curitiba-PR e houve a participação de militantes atingidos por Acauã. Todos esses eventos estão rememorados em fotos, vídeos e mesmo em jornais que tive acesso no acervo do militante Osvaldo Bernardo.

A assessoria do MAB-PB, através do professor Fernando Garcia de Oliveira, acompanhou e colaborou com as ações cotidianas do movimento, articulando várias ações. Conforme documento elaborado pelo próprio assessor, as principais ações foram:

- a) reuniões periódicas com as lideranças, na cidade de Campina Grande, objetivando avaliar a conjuntura política e as atividades em curso, além de programar atividades futuras,
- b) reuniões nas comunidades atingidas, sem periodicidade definida,
- c) preparação e realização de oficinas, tanto propostas pela assessoria do MAB-PB quanto pelo MAB-Nacional,

d)acompanhamento do trabalho de formação de monitores para o projeto de alfabetização de jovens e adultos,

e) apoio logístico às atividades programadas, incluindo a disponibilização de veículo da Universidade para o transporte de lideranças, viabilizando reuniões nas cinco comunidades atingidas e distribuição de cestas básicas fornecidas pelo Governo Federal. (OLIVEIRA, 2005)

Todas essas ações de acordo com Fernando Garcia de Oliveira foram fundamentais para a consolidação e manutenção do próprio movimento. O professor me relata em entrevista que a região de organização do MAB-PB carecia de um movimento dessa natureza, haja vista que havia uma desorganização e então *“a principal questão era as pessoas se organizarem(...) Se eles não se organizam como eles vão agir?! Eles estavam desorganizados e crédulos(...)Ou havia um fato ou então um clique decisivo para eles descobrirem que estavam sendo enganados(...)”*¹²⁹ Esta perspectiva dos atingidos pelo professor, encontra respaldo no que Abel Andrade diz:

A gente não tinha muita informação sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens até então e a gente nem sabia como lutar, entendeu? Ai depois que a gente passou a ter conhecimento foi outra coisa. O professor Fernando Garcia e a equipe dele da UFCG foi importante nesse sentido porque nos auxiliava na luta e conseguia apoio pra gente.¹³⁰

Foram várias as iniciativas que se concretizaram no apoio técnico e político aos atingidos por parte da assessoria. Assim, ela redigia vários documentos como ofícios, cartas, pautas reivindicatórias, relatórios, questionários, notas para a imprensa, além da redação de artigos científicos e publicação em eventos. Além da atuação da própria formação do militante.

O documento chamado de Dossiê de Acauã, elaborado pela assessoria do movimento reúne várias atividades fruto da organização do MAB-PB: visitas ao Arcebispo da Paraíba, ao Bispo de Campina Grande, a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH da Paraíba, à representação do governo do Estado em Campina Grande. Visitas estas que tinham como principal objetivo a busca de aliados e apoio ao movimento no caso do arcebispo da Paraíba e bispo de Campina Grande e no caso aos órgãos do governo buscavam reivindicar por seus direitos, na maioria das vezes levavam uma pauta de medidas reivindicatórias para que o governo do Estado tivesse conhecimento.

O agricultor, morador de Vila Nova de Pedro Velho, 26 anos e pai de 2 filhos,

¹²⁹Fernando Garcia de Oliveira. Entrevista já citada

¹³⁰Abel Francisco Andrade. Entrevista já citada

Erivaldo Barbosa da Silva me relatou o que aconteceu em uma das visitas ao governador do Estado, em 02 de maio de 2002:

Eu vi o pessoal tudo gritando, implorando pra falar com o governador e nada do governador chegar e veio o secretário dele falar com a gente, mas nesse dia não foi resolvido nada. Então o pessoal falou que não iam desistir, que viriamos outras vezes, que iriamos acampar, trancar a BR, fazer o que for possível pra gente conseguir o que a gente veio atraindo. Já trancamos a BR, já invadimos uma usina e passamos três dias dentro de um canavial atrás dos nossos direitos, porque esse povo quer destruir a gente. Só porque a gente é pobre pensavam que a gente não tem direito mas a gente continuou lutando pelos nossos direitos.¹³¹

A partir da fala de Erivaldo percebe-se como foi empreendida a luta no tocante as conquistas de direito que o MAB empreendeu. Os militantes por varias vezes fecharam a BR 230, a principal rodovia do Estado da Paraíba, a que liga o sertão ao litoral paraibano. Ocuparam locais que estavam desapropriados, então usinas e fazendas foram alvo de luta também desse movimento e também órgãos do Estado, como o palácio do Governo em João Pessoa. Essas medidas foram tomadas no momento inicial das lutas do Movimento dos Atingidos de Acauã e tinha como principal objetivo chamar atenção dos setores públicos para aquela situação vivida por homens e mulheres atingidos pela barragem como me relatou Fernando Garcia.

No percurso de mobilização na Paraíba, merece destaque a realização de um ato público em comemoração ao Dia Internacional da Água, promovido pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro – ASA¹³², em 27 de Março de 2004, no município de Aroeiras, com a participação de 500 pessoas e teve como ponto central a questão dos atingidos por barragens, enfocando os atingidos pela Barragem de Acauã. Ocorreu também um Seminário em maio de 2004 organizado pelo MAB-Nacional em Campina Grande-PB, para avaliar as possibilidades, potencialidades produtivas das comunidades, bem como sua estratégia de luta por direitos (SOUSA,2007)

Além da principal articulação com a UFCG, os atingidos obtiveram o apoio da Universidade Estadual da Paraíba, através da professora do Departamento de Serviço Social Adinari Moreira de Sousa, a qual eu cito partes de seus trabalhos.

Os atingidos de Acauã em meados do ano de 2004 também realizaram uma marcha de

¹³¹Erivaldo Silva. Entrevista já citada

¹³²A Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por cerca de 750 organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social. Fonte: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97

Aroeiras para Campina Grande, aproximadamente 50 km, com o intuito de solucionar a interrupção do pagamento de contas de água nos reassentamentos de Acauã, junto à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA e o resultado foi satisfatório, como assegura a agricultora Maria Tereza Silva:

Depoi que começou o movimento melhorou, porque vinha o papel da água pra pagar, mas a gente não pagava água, porque não podia. Depoi a gente fez um movimento lá em frente a CAGEPA, em Campina Grande e através desse movimento, até hoje, nós não estamos pagando água.¹³³

A luta por não pagar água se deu pelo fato de que antes da construção da barragem e que os atingidos viviam as margens do rio Paraíba não se pagava taxa de água, tinham água em abundância do rio.

O Movimento recebeu varias moções de apoio, a exemplo da Moção de apoio aos atingidos pela Barragem de Acauã, aprovada na 13ª Assembléia das Pastorais Sociais da Regional NE II da CNBB, datada de 28 de fevereiro de 2004 bem como da Moção de Apoio da Comissão de Direitos Humanos da UFCG, datada de fevereiro de 2004, que se solidarizou com os moradores das comunidades atingidas por Acauã, convocando entidades para comporem um comitê de apoio e chamando a atenção do poder público para que possibilitasse as comunidades um “tratamento que respeite os padrões elementares de dignidade humana”¹³⁴

Outra iniciativa realizada também em 2004 foi a ação junto ao Ministério Público acionado para defesa dos direitos da população atingida. Como resultado, se conseguiu a formulação da minuta de um termo de ajuste de conduta, direcionado ao Governo Estadual a realização de audiências publicas.

A minuta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e Assunção de Obrigações a ser celebrado perante a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, instância do Ministério Público Federal, na Paraíba, apresentou um rol de considerações que justificavam os compromissos que deveriam ter sido assumidos pelo Estado. A primeira consideração apresentada no documento foi a constatação de que a remoção das comunidades atingidas pela Barragem de Acauã ocasionou desestruturação das economias familiares, com a suspensão das atividades produtivas e com o deslocamento das famílias dos atingidos para conjuntos habitacionais privados de serviços e de atividades essenciais para a vida. Também foi considerada a necessidade de buscar melhores condições de vida para aqueles homens e

133Maria Tereza da Silva. Entrevista já citada.

134Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal de Campina Grande, 2004

mulheres nas comunidades atingidas, através de medidas governamentais que suprissem essas carências imediatas e lhes permitisse, em médio prazo até que se conseguissem novos locais para reassentar aquelas pessoas, alternativas de emprego e renda nos locais para os quais foram deslocados. Prazo este que nunca foi cumprido, visto que a população atingida não foi reassentada em outro local.

Na perspectiva dos chamados direitos humanos, entendido aqui como aqueles direitos de ir e vir, de saúde, moradia adequada, educação, trabalho, todos os direitos que assegure melhores condições vida e sobrevivência a população, os militantes lutavam por políticas públicas que garantissem aos assentados lograr um nível de vida senão melhor, ao menos equivalente ao que possuíam em seus lugares de origem. Considerando a urgência na adoção destas medidas, a fim de suprir as carências mais elementares da população deslocada, até que se cumpra a vontade governamental de lhes conferir melhores condições de vida em seus novos lares e considerando ainda a efetividade dos princípios constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana, erigidos como fundamentos do Estado Democrático de Direito Brasileiro (art. 1, incisos II e II da lei Maior), bem como os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, consubstanciados na construção de uma sociedade livre, justa e solidária e na erradicação da pobreza e da marginalização e da redução das desigualdades sociais e regionais. (art.3, incisos I e II).¹³⁵

Após essas considerações, a Minuta listou vários compromissos e medidas que o Estado da Paraíba deveria assumir e implantar perante a população atingida, tendo os prazos contados a partir da celebração do termo. Constitua-se, então, compromissos do Governo do Estado da Paraíba como está listado no documento, dentre eles o pagamento das indenizações, incentivar atividades produtivas, remunerar mensalmente com um salário mínimo as famílias atingidas até que fosse realizado o cadastro no Bolsa Família e fiscalizar as prefeituras dos municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba dentre outras medidas.

Em outra cláusula, a minuta indicava os compromissos do MAB que eram fiscalizar o cumprimento do termo, informando o Ministério Público Federal em caso de descumprimento, elaborar relatórios ou realizar diligências sempre que solicitado pelo Ministério Público Federal e colaborar com as atividades desenvolvidas pelo Governo do Estado em prol das famílias atingidas pela construção da Barragem de Acauã.

Guardado a suas proporções o discurso da minuta era muito bonito, mas que na

¹³⁵Informações colhidas da Minuta do Termo de compromisso de ajustamento de conduta e assunção de obrigações celebrado perante o Ministério Público Federal na Paraíba.

prática isso não se efetivou. O Ministério Público através da Assessoria de Comunicação da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, em notícia do dia 11 de novembro de 2004 lembrou a proposição feita, no início de 2004, ao Governo Estadual quanto a celebração do referido termo de ajustamento de conduta, prevendo a assistência e a melhoria de condições de vida das populações de atingidos. Entretanto, anunciou que o Estado ainda não havia se manifestado pela sua assinatura, propondo a discussão do assunto em audiência pública. Na mesma nota divulgou o seu reconhecimento de que as populações que residiam nas áreas inundadas pela Barragem de Acauã, deslocadas para conjuntos residenciais, não contavam com serviços públicos essenciais e não tinham condições de trabalho produtivo (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2004b)

Conforme a nota da Assessoria de Comunicação, a audiência pública ocorreu em 18 de novembro de 2004, em Vila Nova de Pedro Velho, realizada pelo procurador regional dos direitos do cidadão Duciran Farena, em conjunto com o MAB (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2004a). Essa audiência foi destinada a ouvir as autoridades federais, estaduais e municipais, bem como a população, a respeito dos problemas e de assistência aos atingidos pela barragem. Além do MAB, esteve presente representantes do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DENOCS, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Paraíba – CREA-PB e outros.

Na ocasião da audiência os atingidos se pronunciaram expressando seus problemas e o procurador Duciran Farena afirmou que insistiria na assinatura do referido Termo de Ajustamento de Conduta com a União e o Estado, com a intenção de garantir o respeito aos direitos dos assentados.

O Ministério Público Federal através de sua Assessoria de Comunicação noticia uma nova audiência pública essa para o dia 19 de abril de 2007, em Vila Nova de Pedro Velho, noticiando que a situação de abandono dos atingidos pela Acauã não mudou desde que a barragem foi construída. Essa audiência foi promovida pelo Ministério Público e pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2007)

Segundo o registro da Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal, as reclamações generalizadas colocadas durante a audiência demonstraram que os assentados

continuam em situação de abandono, desassistidos pelo governo do Estado e pelos prefeitos dos três municípios, Aroeiras, Natuba e Itatuba. As principais reclamações referiram-se à falta de atividades produtivas, à ausência de escolas e de postos de saúde, à falta de segurança, de lazer, de espaço para pequenos cultivos e criações, dentre outras questões.

Segundo ainda a Assessoria de Comunicação, os integrantes da CDDPH, declararam-se impressionados com o que viram durante a visita as comunidades. Eles concluíram que as chamadas agrovilas não apresentam qualquer condição de realização de atividades agrícolas ou produtivas, constituindo conjuntos habitacionais precários instalados em áreas cercadas por propriedades privadas e desprovidos de acesso. Para o procurador da República Duciran Farena o assentamento do Costa teria de ser desocupado e as pessoas transferidas para outro local, pela falta de mínimas condições de vida humana naquele lugar. O procurador enfatizou a necessidade de obtenção de compromissos concretos do Estado da Paraíba e dos municípios para a melhoria da situação dos atingidos pela barragem.

O registro de uma das ações efetivadas pelo Governo da Paraíba, dois anos após a construção da barragem, se refere a um levantamento da situação das comunidades em face às reivindicações do MAB-PB. Trata-se de um relatório, datado de dezembro de 2004, em cuja apresentação se justifica a construção de Acauã, argumentando o grande obstáculo da localização geográfica da Paraíba, no semiárido nordestino, o que limita o desenvolvimento socioeconômico do Estado e situando a crescente demanda de abastecimento de água na região do rio Paraíba e na região polarizada por Campina Grande.

No Nordeste brasileiro, as redes de abastecimento urbano de água são supridas, em quase sua totalidade, por mananciais superficiais. Os recursos de água subterrânea são limitados e, portanto, a oferta de água depende exclusivamente da reposição dos estoques hídricos dos reservatórios superficiais durante o curto período chuvoso anual, com duração de 2 a 6 meses.

A localização geográfica do território paraibano no semi-árido Nordeste, representa um grande obstáculo para o desenvolvimento sócio-econômico da região, limitando a utilização das potencialidades do nosso Estado.

Desta forma, cidades localizadas no domínio paraibano, polarizadas pelo município de Campina Grande, vinham sofrendo constantes problemas com o racionamento de água para os diversos fins. Para amenizar este problema, o Governo do Estado da Paraíba no ano de 1999 deu início a construção da Barragem de Acauã, com capacidade de acumulação de 253 milhões de metros cúbicos beneficiando uma população urbana e rural de 621 974 habitantes.

A construção da referida barragem trouxe inúmeros benefícios para a população da região, mas trouxe também alguns transtornos para as famílias que residiam na área da bacia hidráulica da barragem.

Desta forma, o presente documento procura mostrar a realidade atual da região, onde há necessidade premente de medidas que venham minimizar os

O documento faz menção a “inúmeros benefícios” que a barragem de Acauã na ótica do governo trouxe, mas não cita quais, ao mesmo tempo em que admite “alguns transtornos” sofridos pelas famílias ribeirinhas sem, todavia, explicitar quais transtornos seriam esses. O documento, também, compromete-se em mostrar a realidade da região, reconhecendo a necessidade de medidas que minimizam os problemas enfrentados pela população, mas não anuncia quais medidas e não se compromete com nenhuma delas. De qualquer forma, o governo reconhece que tem problemas e que estes precisam ser minimizados.

No corpo do relatório há uma parte chamada de histórico, em que são apresentadas, em curtos parágrafos, informações sobre o número de famílias dos povoados ribeirinhos e o que havia nas comunidades antes de serem cobertos pelas águas de Acauã. Em seguida, reconhece que há pendências a resolver na área e informa que o Governo do Estado está tomando providências para amenizar os transtornos oriundos da construção da barragem. São listadas as ações que o governo desenvolveria nas comunidades que basicamente se resumiria em, construção de casas, eletrificação, distribuição de terrenos para construção de casas, saneamento e abastecimento de água, construção e recuperação das vias de acesso. Essas ações são listadas no relatório se referindo apenas as comunidades de Vila Nova de Pedro Velho, Cajá e Melancia, não há menção a outras.

As tensões e o conflito entre o Governo e o MAB transparece na seguinte passagem do documento:

Contudo, em audiência pública realizada em Pedro Velho no dia 19 de abril de 2004, juntamente com o Ministério Público, o MAB voltou atrás na sua decisão de buscar soluções conjuntas com o Governo do Estado, exigindo a assinatura de um termo de compromisso por parte de todos os órgãos envolvidos.¹³⁷

As informações dão conta de que o MAB se voltou contra tal decisão pelo fato de que o Governo do Estado nunca está a favor do movimento e sempre que ele é buscado, nem sempre é atendido.

O relatório lista as ações pendentes para as três comunidades mencionadas, esquecendo das demais, inclusive do Costa, tida como a mais precária como já registrei no primeiro capítulo, apresentando um orçamento das obras pendentes (escola, cemitério, posto

¹³⁶Relatório da situação atual das comunidades atingidas de Acauã, 2004, 2

¹³⁷Relatório da situação atual das comunidades atingidas de Acauã, 2004, 2

policial, matadouro, praça, calçamento, posto de saúde, quadra poliesportiva, lavanderia, miniadutora. No final da lista de pendências, o relatório cita a distribuição de terra produtiva para a população. O documento menciona também as reivindicações do MAB sem, contudo haver um posicionamento com relação às demandas de socorro imediato. O documento é finalizado com o entendimento de que é preciso a viabilização de recursos para a minimização dos problemas relatados e com uma tabela contendo o resumo orçamentário de obras pendentes.

No documento o governo não faz referencia aos compromissos assumidos e sistematizados do EIA, cujas soluções dos problemas não foram colocadas em prática, em sua maioria. Não há alusão à grande demanda da recomposição das atividades produtivas nas comunidades e não apresenta uma solução efetiva para os transtornos.

Acerca do envolvimento do Ministério Público Federal com a problemática das comunidades de Acauã, a Comissão Especial do CDDPH registrou o seguinte:

O Ministério Público Federal envolveu-se com a problemática dos assentamentos de Acauã através do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, o doutor Duciran Van Marsen Farena. Com efeito, o referido Procurador da República informou que este nos assentamentos, conheceu a reivindicações dos assentados e chegou a tentar mediar um acordo com o Governo do Estado da Paraíba, na forma da celebração de um ajuste de conduta, que não prosperou. Em decorrência, tomou a iniciativa de ingressar com uma ação civil pública buscando o reconhecimento judicial dos direitos dos assentados.(CECDDPH, 2007:17)

A referida comissão admite, portanto, como legítimas as principais reivindicações das comunidades dos atingidos que, são resumidas nas conclusões do relatório das atividades de visitas as comunidades.

Recuperação do acesso à terra e das atividades agrícolas. Modificações na atual infraestrutura de cada assentamento e a efetivação de outras medidas que proporcionem as atividades fundamentais, sociais e produtivas; acesso aos serviços públicos fundamentais para essas atividades; complemento do pagamento das indenizações; e inserção da comunidade em programas produtivos, geradores de alternativas de trabalho e renda (CECDDPH,2007:18)

Assim a CECDDPH sistematiza a relação de direitos fundamentais, individuais e coletivos que são violados nas comunidades atingidas pela barragem de Acauã, conforme se observa no Quadro 2.

A CECDDPH contestou desde a denominação dos assentamentos em agrovilas, pois o prefixo agro não se aplica, uma vez que não há terras destinadas às atividades agrícolas e

tampouco a denominação vila, pela carência na infra-estrutura e pela ausência de serviços básicos. Outra deficiência é a falta de posse ou propriedade das casas nas comunidades, atingindo o constitucional direito à propriedade de seus ocupantes e provocando uma insegurança na sua ocupação.

Segundo a CECDDPH, a intervenção na vida das comunidades ribeirinhas se justificaria mediante o fato de que uma barragem é construída em benefício de uma coletividade maior, todavia, o Estado deveria intervir proporcionando à população atingida condição semelhante ou próxima a que desfrutavam antes da construção da barragem, o que não havia sido avaliado no caso de Acauã. Dessa forma, a situação das comunidades, de suas respectivas estruturas bem como o sofrimento das famílias atingidas exigem, conforme conclusão do relatório, ações reformuladoras e reparatórias, muitas de caráter emergencia.

DIREITOS FUNDAMENTAIS	INDICAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO CONSELHO DOS DIREITOS DE DEFESA DA PESSOA HUMANA
--------------------------	---

INDIVIDUAIS E COLETIVOS AFETADOS	REIVINDICAÇÕES DAS COMUNIDADES
Modo de vida das comunidades	Revisão das indenizações pagas e providências das condições que garantam, às comunidades, o modo de vida que possuíam anteriormente, respeitando-se, principalmente, o fato de serem comunidades rurais.
Acesso e transporte público	Aperfeiçoamento do acesso viário e urgente organização de transporte público regular até as comunidades, a fim de diminuir o seu isolamento e facilitar a circulação das pessoas e dos bens às cidades da região e do Estado. Realização de um novo assentamento dos moradores da localidade do Costa, em local mais acessível e menos esquecido.
Infraestrutura	Adoção de medidas emergenciais ou urgentes para correção das deficiências de infraestrutura, garantindo a dignidade dos moradores assentados, incluindo água tratada, esgoto, saúde, educação, lazer, moradia, segurança, ruas pavimentadas, calçadas, praças públicas. Estruturação dos serviços públicos, comércio local, farmácias, linhas de transporte coletivo, matadouros, hortas comunitárias, cemitérios e áreas de lazer (centros comunitários, campo de futebol, etc.) Muito menos órgãos administrativos ou representação estatal estabelecidos nesses locais.
Água	Resolução do gravíssimo problema da água, que afeta a saúde e dignidade das pessoas atingidas, mediante a construção de rede de água, com captação, tratamento e distribuição adequados.
Saneamento	Construção de sistemas de captação e tratamento do esgoto de acordo com as técnicas e com as normas de higiene atuais.
Moradia	Adoção imediata de providências para proporcionar uma melhor situação de habitação dos assentados e de solucionar a falta de documentação. Providências para a regularização das construções, propiciando condições semelhantes as suas antigas moradias, considerando tamanho, localização e material de construção das casas.
Ensino	Construção urgente de escolas, com prédios apropriados ao ensino, providos de acomodações adequadas, iluminação e ventilação minimamente aceitáveis, além de área de lazer, banheiros, acesso à água e a contratação de professores em número suficiente para o atendimento de toda a comunidade.
Saúde	Construção de postos de saúde, contratação de profissionais habilitados (médicos, enfermeiros, agentes de saúde) e fornecimento de medicamentos.
Segurança Pública	Disponibilização de estrutura policial e implementação de outras políticas públicas tendentes a reduzir a tensão social que se instalou nas comunidades atingidas.
Lazer	Construção de espaços de lazer, como praças, campos de futebol, quadras, salas de projeção ou qualquer outro local apropriado ao desenvolvimento social e cultural das comunidades afetadas
Informação e Assistência Jurídica	Prestação de assistência jurídica, integral e gratuita, por parte da Defensoria Pública Estadual e também pela Defensoria Pública da União, bem como a realização de Juizados Especiais Federais itinerantes, a fim de garantir a esses atingidos o mínimo necessário à sua sobrevivência digna.

Quadro2: Indicações da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana frente aos direitos fundamentais individuais e coletivos afetados nas comunidades atingidas pela Barragem de Acauã.

Fonte: Relatório das atividades de visita ao Estado da Paraíba e aos assentamentos decorrentes da implementação da Barragem de Acauã – CECDDPH, 2007. Material gentilmente cedido por Osvaldo Bernardo da Silva.

Por conseguinte, para garantir o exercício dos direitos individuais e coletivos das

comunidades, a CECDDPH recomendou providências imediatas e lembrou que, para a concretização de tais providências, existe uma responsabilidade compartilhada, do Estado da Paraíba, dos municípios e da União, nas suas respectivas funções. Dessa forma, além de recomendações para o governo do Estado da Paraíba, os municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba receberam as recomendações para que cumpram as suas responsabilidades de proporcionar os serviços de subsistência e bem-estar às comunidades situadas nos seus respectivos territórios.

Por sua vez, a União, por ser igualmente responsável pela construção de Acauã, arcando com quase 90% dos recursos de seu financiamento, também tem a obrigação de agir para reparação dos fatos denunciados, recomendando-se especial atenção para o fornecimento de terras para as atividades agrícolas dos atingidos. Outras recomendações foram dadas a União como desenvolver acordos com o Governo Estadual para a aplicação dos recursos federais recebidos, em ações reparadoras das demandas apresentadas e, também, incluir as comunidades atingidas de Acauã nos programas de proteção social a cargos de seus órgãos, sobretudo o Ministério de Educação, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério das Cidades e o Ministério de Desenvolvimento Sociais e Combate à Fome.

A CECDDPH ainda recomendou que fosse discutida uma regulamentação federal que dispusesse de ações a serem executadas na implementação de barragens em benefício da promoção e defesa dos direitos humanos das pessoas afetadas por tais empreendimentos.

Considerando o contexto das comunidades atingidas, é importante compreender a forma e as condições de sobrevivência a que estão submetidas e neste âmbito situo também as ações e omissões governamentais que intervieram na vida de um importante contingente populacional paraibano. Os atingidos tiveram consciência do abandono do poder público e sabem que não podem esperar e muitos ainda depositam no MAB esperança de dias melhores. A dona de casa de Maria José Vasconcelos me falou o seguinte: *“Eu acho que o povo precisa participar mais do MAB porque é através dele que a gente conquista algumas coisa, tem que ir mai pras reunião, se mobilizarem mais senão não vão conseguir nada não”*

138

A participação no movimento proporcionou a muitos dos militantes a ampliação do conhecimento e das possibilidades, vez que participaram de vários encontros, discussões de questões de atualidade e da mobilização mais geral, coordenada pelo MAB- Nacional, a

exemplo da luta contra a transposição do Rio São Francisco e da luta contra a política energética brasileira.

Carlos Antônio, 30 anos, morador de Vila Nova de Pedro Velho narra a seguinte passagem:

Eu conheci o MAB em 2002. Eu tava indo pra João Pessoa pro encontro com o governador Cássio Cunha Lima. Chegano lá eu vi aquele pessoal todim, só que eu não tinha experiência de nada e só fiquei prestando atenção e vi aquele pessoal todo lutando pelos nossos direitos. Desse dia em diante eu fiquei pensando que o meu lugar é junto com o MAB. Estive no primeiro encontro nacional em Brasília e gostei muito, aprendi muito e agradeço muito (...)¹³⁹

Para muitos atingidos que se envolveram no movimento a militância se resumiu em grande medida a participação em seminários e congressos, nas reuniões e não necessariamente assumia o rótulo de militante. Em outra entrevista a moradora do Riachão, Verônica Silva relata:

Eu entrei no MAB em reuniões aqui no Riachão e foi ai que eu fui me interessando e vendo o que eu tinha que lutar pelo que foi perdido. Como eu já falei foi perdido muita coisa, como as vias de acesso a outras cidades (...) A minha primeira luta no MAB foi em 2005, na mobilização que teve em Cabrobó, devido a transposição de São Francisco. Foi a partir daí que eu fui me interessando e fui começando a entender, a saber. Eu não posso dizer que aprendi tudo né?! Mais aprendi um pouco. Hoje eu não tenho mais tempo pra isso.¹⁴⁰

Percebo que a luta do movimento ia além da questão local, da barragem de Acauã, mas se reunia em caravanas de lutas que ultrapassavam as barreiras do Estado da Paraíba, nesse caso evidenciado pela entrevistada ouve uma mobilização em Cabrobó-PE onde se realizava as obras de transposição do Rio São Francisco, obras estas que segundo o projeto do Governo Federal seria beneficiar alguns Estados nordestinos, o MAB por sua vez se posiciona contrário a essa transposição.

Assim, a partir dessas lutas o entrevistado foi adquirindo consciência e aprendendo o que seria militante. Hoje, assim como muitos afirmam que não tem mais tempo para a luta porque trabalha.

Emoldurado pelo abandono da atuação governamental, trata-se, portanto, de uma situação de sofrimento, perdas, conflitos, enfim flagrante desrespeito aos direitos, contexto este que emerge o Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba.

¹³⁹Carlos Antonio da Silva. Entrevista já citada

¹⁴⁰Verônica Silva. Entrevista já citada

Em entrevista a dona de casa Maria Pereira me relata como o MAB surgiu em sua vida:

O MAB surgiu na minha vida logo no comecinho. Só que eu não tinha muito acesso ao movimento, não sabia como. Eu achava que depois da barragem não tinha mais jeito. Daí, eu entrei mermo no MAB em 2003, como educadora. Depois que os líderes conversaram com a gente, eu fui vendo que o MAB era outra coisa e que através dele a gente poderia conseguir as coisas .¹⁴¹

Um dos projetos desenvolvidos através do MAB nas comunidades atingidas de Acauã foi uma proposta de educação de jovens e adultos, com subsidio do MAB-Nacional enviando cartilhas e material didático, esse material pode ser encontrado e baixado pelo site do movimento, além de colaborar financeiramente, com uma quantia de R\$ 450,00 aos professores. Maria Pereira reconhece o trabalho do MAB, mas admite que imaginava que o movimento fosse uma outra coisa.

Outra coisa que também era pensada por outros moradores que em grande medida até hoje rotulam o movimento de baderneiros e que os líderes do movimento só tiraram proveito das situações (estes entrevistados pediram que não se publicasse as falas que contém essas informações). E sobre esses rumores dá “má atuação” do movimento, a ex-militante Maria de Fátima Lucena, a Galega, em uma entrevista no seu comércio - uma ótica no centro de Aroeiras- me relata o seguinte:

Olhe, é muito fácil falar, mas ninguém quer sair de suas casas pra ir acampar como eu. Eu acampeei, passei 2 meses em João Pessoa, ninguém quer sair de suas casas pra ir acampar e a gente ver também que a gente dá muito pro povo e povo não dá pra gente.¹⁴²

Galega demonstra insatisfação com essas opiniões pois reconhece seu trabalho e aponta também que isso são opiniões isoladas de muitas pessoas que não teriam conhecimento direto de sua lutas.

Mas de maneira geral, a dinâmica estabelecida entre os integrantes do movimento durante suas ações – como sugere a fala de Carlos Antônio quando diz que: “*Qualquer coisa que o movimento precisa eu faço. Quando é hora da cesta básica, quando chega o caminhão eu pra lá descarregar e ajudar a despachar também e tudo isso é parte do MAB*”¹⁴³- parecia ter sofrido revezes nos últimos anos. Para pontuar isto, remeto à trajetória de três das principais pessoas que atuaram no MAB: Maria de Fátima (Galega), Abel Andrade e Osvaldo

141Maria Pereira Valente. Entrevista já citada

142Maria de Fátima. Entrevista já citada

143Carlos Antonio da Silva. Entrevista já citada

Bernardo.

Os três são oriundos de Pedro Velho, filhos de agricultores e que viram suas casas sendo inundadas. No caso de Galega à época da construção da barragem ela residia em Campina Grande, mas sua família morava em Pedro Velho. Abel e Osvaldo sempre moraram em Pedro Velho e inclusive, os dois foram praticamente os últimos a deixar o vilarejo no advento da inundação, resistentes. Chegando na nova comunidade, Vila Nova de Pedro Velho foram morar debaixo de um alojamento construído de lona, uma vez que, no caso de Abel, ele não ganhou casa na nova vila e nem a indenização.

Abel participou de todo o processo de formação do movimento dos atingidos por barragem na Paraíba. Ele é o responsável direto por várias das articulações que levaram às conquistas obtidas pelas comunidades e coordenou o MAB no Estado da Paraíba.

Em conversa informal comigo, o ex-coordenador confessou que em construção de barragens, o governo tem que assumir a construção de todas as moradias e a devolução das terras à população. O Estado tem a obrigação de considerar os vínculos de família e de vizinhança. E reiterou que uma perda muito grande quando se tira a raiz, a cultura, a terra e isso seria o bastante. Tudo o que o tinham e o que conquistaram foi graças a luta e não foi favor nenhum por parte do governo.

O ex-atuante do MAB acreditava que “conscientizar o povo” era o primeiro passo para a conquista de mudanças. Em uma entrevista cedida há 4 anos, Abel me relatou o seguinte:

A luta é grande e nos traz mais decepções que vitórias, mas não vamos desistir nunca. Já conseguimos conscientizar o povo de seus direitos e já conseguimos adesão do povo em muitas fases da luta e isso foi sem dúvida a nossa maior conquista. O povo organizado faz as autoridades cumprirem as leis, faz com que os governantes cumpram o papel deles. Quando a gente luta junto, a gente que é pequeno passa a ser grande e forte. Eu acho que nós só mudaremos se tivermos consciência da realidade que vivemos. É com organização, com formação e informação que construímos o nosso futuro!¹⁴⁴

Na época, os elementos acima justificavam para Abel a adesão do povo, ao mesmo tempo em que reconhecia qual seria o seu trabalho, afirmando inclusive que jamais desistiria.

Na última entrevista que fiz com ele, sabendo que ele havia deixado o movimento perguntei o que levou ele a deixar o movimento, Abel me responde da seguinte forma:

Eu, eu estou empregado né?! Eu consegui um trabalho aí me toma muita parte do tempo aí eu ensino a noite pela prefeitura, durante o dia faço bico

¹⁴⁴Abel Andrade. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2007 por Emeson Tavares, realizada na residência do entrevistado em Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras-PB

de pedreiro, continuo trabalhando no meu serviço de pedreiro e graças a esse trabalho né pela prefeitura é que me deu oportunidade pra eu reatar a faculdade aí eu tô fazendo meu curso de História que eu tanto queria né para o ano eu já tô terminando(...) ¹⁴⁵

Tendo como principal motivo a falta de tempo para a militância, Abel, então deixa o movimento e ocupa um cargo de funcionário da prefeitura de Aroeiras. Diante da necessidade ele se torna professor, prestador de serviço a quem contra ele tanto lutou. O mesmo também aconteceu com Maria de Fátima ela além de comerciante é professora contratada pelo município de Aroeiras. Fátima ou como é conhecida, Galega sobre essa questão me relata:

A gente não pediu emprego pra ninguém. Eu tô nesse emprego hoje porque o vereador me ofereceu, mas em nenhum momento eu pedi emprego a ele não e eu tive que tocar a minha vida. Fazer alguma coisa na minha vida. Eu com 47 anos vou viver só de movimento? Movimento não me banca! Eu tive que buscar novos horizontes. Fazer uma outra coisa(...) ¹⁴⁶

O fato de Abel e Maria de Fátima terem deixado o movimento em virtude de terem conseguido trabalho junto a prefeitura de Aroeiras pelo que parece foi uma maneira que o governo municipal encontrou para arrefecer o movimento. O militante Osvaldo parece compartilhar desta avaliação:

Hoje o prefeito de Aroeiras foi tão esperto que não quis bater de frente com a gente, então o quê que ele fez? Tentou comprar as principais lideranças para o lado dele dando emprego, trouxe Fátima, trouxe Abel né?! A minha esposa hoje trabalha na coordenação de educação, não conseguiu me trazer porque sabia que eu não quero emprego de prefeitura. Porque se eu for a prefeitura eu vou me queimar, não vou conseguir fazer nada . Vão voltar a sociedade contra mim. O quê que Osvaldo queria? Ele queria era aparecer. Jamais vou querer um negócio desses. ¹⁴⁷

Outro fator determinante nessa questão pode ter sido a própria necessidade de sobrevivência . Se precisava trabalhar, a situação é outra na atualidade, já não se vive mais de quantia provisórias, os chamados “bicos” de pedreiro que Abel desenvolvia ou viver apenas do comércio não seria suficiente no caso de Fátima.

O assessor do movimento, Fernando Garcia aponta uma outra possível questão para esse fim do movimento, nas suas palavras parece que a formação de militante local foi frágil:

Eu acho que o MAB ele é menos estruturado que o MST, ele é desestruturado (...) não tem o mesmo vigor do MST, a mesma organicidade entendeu?!

145Abel Andrade. Entrevista já citada

146Maria de Fátima. Entrevista já citada

147Osvaldo Bernardo da Silva. Entrevista já citada

Então o MST faz encontros estaduais, tem as comissões dos assentamentos etc. O MST (...) o MST não pára, os coordenadores do MST (...) O MAB-Nacional se tivesse estrutura suficiente ele deveria ter deixado alguém da coordenação permanentemente aqui, entendeu?! Então a gente faz, fazia reunião e depois iam embora nós que teríamos que suprir. Nós, eu e Genival tinham que nos desdobrar, Genival fazendo mestrado e com doutorado e 3 disciplinas e a vida né?! E a gente se fosse uns vinte não dávamos conta, então você tem um conjunto de fragilidades(...) ¹⁴⁸

As reuniões com dirigentes do MAB-Nacional acontecia esporadicamente, quase sempre uma vez ao mês e esses dirigentes só participavam das reuniões. Outras atribuições eram mantidas através de e-mails ou telefone, à distancia. Fernando Garcia e Genival foram as pessoas que em grande medida tentavam fazer a formação desses militantes, a coordenação do MAB-Nacional sempre acreditou que os militantes locais eram que tinha que se empreender a luta só ela iria ensiná-los o ofício da militância.

Na sequência Fernando Garcia mediante sua experiência e conhecimento sobre a organização de movimentos sociais na Paraíba me relata o seguinte:

Esse contexto ali é um contexto que nunca (...) inexistência essa é a palavra, inexistência prévia de organização de qualquer categoria, os agricultores nunca se mobilizaram. É uma região, aquela região ali tá dentro do movimento sindical, tá inserida como a região mais atrasada do Estado da Paraíba. Eu estou no movimento sindical há mais de 30 anos e nunca ouvi falar de nada que tivesse acontecido por ali. (...) despolitizada, despolitizados e depois os presidentes dos sindicatos são (...) são pessoas descomprometidas. Quem elege os presidentes dos sindicatos são os políticos, são os fazendeiros daquela região que indicam pessoas para ocupar aqueles cargos de presidentes de sindicatos. Não há nenhum movimento de trabalhador rural ali; não há ação da igreja prévia... o padre Rômulo foi uma surpresa que era o pároco de Aroeiras ele vai se manifestar (...) Pra você ter idéia aquele contexto era tão horroroso o Padre Rômulo quando chegou lá, ele diz assim, quando ele chegou lá, ele desfez a pastoral da criança, tão ruim era. A pastoral da criança a nível nacional é uma coisa relevante (...) Coisa importante no Brasil, mas lá era tão ruim que ele desfez (...) Então eu acho que esse cenário de desmobilização e controle da população pelos proprietários de terras e pelos políticos evidentemente favorece para que a população aceita passivamente, então o MAB, o surgimento do MAB ali é uma novidade digna de nota né?! ¹⁴⁹

Ao fazer referência a região como “atrasada”, o professor levanta uma questão bastante relevante. Historicamente, tivemos na Paraíba as Ligas Camponesas (1955-1964), o ressurgimento dos conflitos fundiários nos anos 1970, com, por exemplo, os movimentos de Alagamar e Camocim no litoral e brejo paraibanos, depois outras referências de movimentos desse cunho são no sertão do Estado. Portanto, na região da barragem de Acauã não havia

148Fernando Garcia. Entrevista já citada

149Fernando Garcia. Entrevista já citada

registros de mobilizações e/ou organizações de enfrentamento às condições vividas pela população pobre.

Em relação a isso, Fernando explica que a presença do Padre Rômulo no movimento foi de fundamental importância, à medida em que, talvez, ser uma autoridade passou a ter voz e força perante outras autoridades. Foi ele um dos principais responsáveis pela organização do movimento, inclusive cedendo o espaço da Igreja para a realização de reuniões.

Fernando Garcia também demonstra sua insatisfação com os sindicatos dos trabalhadores locais e demonstra sua importância para o movimento:

Eu nunca vi o presidente do sindicato de Aroeiras, então como que acontece um negócio ali, dentro do município dele, uma comunidade sendo (...) e esse cara(...) Quem é? Eu não sei, eu nunca vi esse cara, era pra tá do lado dos trabalhadores rurais. Se fosse alguém minimamente (...) entendeu?! E se acordasse pra Jesus (risos). O cara tinha que ter (...) Então eu nem sei quem é esse presidente, claro que tem o sindicato dos trabalhadores em Aroeiras, nunca vi a sede do sindicato, mas já fui lá muitas vezes. Então esse contexto político, social, essa forma de dominação que a elite exerce naquela população é que é responsável por essa, é que dar essa possibilidade de o Estado agir, prejudicar tanto e não ter (...) reivindicar por isso . Então nós somos os agentes externos(...) que vamos forçar, de dentro não há força que permita surgir.¹⁵⁰

Os sindicatos dos trabalhadores rurais da região, não só o de Aroeiras como o de Natuba, que foram os dois que busquei falar sem sucesso com os respectivos presidentes, parecem ser expressão da própria ação política que é vivida na região, ou seja, tais presidentes ocupam uma espécie de cargo comissionado da prefeitura local e não são eleitos mediante escolha dos trabalhadores rurais. A informação que obtive por moradores de Natuba, por exemplo, é que o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Natuba sequer conhece a zona rural do município, reside inclusive em Macaparana, município vizinho que fica já no Estado do Pernambuco.

A presença de agentes externos às comunidades na formação de um movimento social é marcante nos processos ocorridos na região, como o que se interpreta sobre a formação do movimento dos atingidos pela Barragem de Itaparica, localizada entre as divisas dos Estados de Pernambuco e Bahia no leito do Rio São Francisco também houve essa presença. De acordo com Maria Madalena Lacerda de Azevedo(1991), representantes da igreja Católica iniciam um trabalho de evangelização com o objetivo de despertar nas comunidades atingidas pela barragem de Itaparica a necessidade de “assumirem sua própria história”.

¹⁵⁰Fernando Garcia. Entrevista já citada

No caso de Acauã, a saída de alguns militantes, como o Abel e a Maria de Fátima, parece que apontava para o fim do movimento.

Maria de Fátima sobre o movimento me relata o seguinte:

No começo todo mundo se empolgou e tal. Ai depois ficou os três eu, Abel e Osvaldo a gente começou a ver a dimensão dos problemas e até hoje o que a gente, o que eu posso fazer, eu faço. A gente não pode se dar, a gente tem que ter a vida da gente né?! O movimento é o movimento e a gente tem que ver a vida da gente porque é outra historia. (...) ¹⁵¹

O fato é que passados os anos, a luta se resumia em Abel Andrade, Maria de Fátima e Osvaldo, alcunhado pelo jornalista Germano Barbosa de “Os Três Mosqueteiros”. Atualmente quem preside o movimento é apenas Osvaldo Bernardo com a saída dos outros dois.

Em entrevista, o jornalista Germano Barbosa reitera o que Maria de Fátima me relatou e lamenta o suposto fim do movimento:

Um movimento que começou muito bem, infelizmente depois arrefeceu. A população não abraçou como deveria, não sei se foi o caso dos dirigentes de terem se aberto mais a uma participação mais densa da população e aí o movimento seria muito mais forte e poderia conseguir muitos mais benefícios para todos... Mas, o fato é que o MAB hoje se restringe a distribuição de cestas, uma política que a gente não concorda muito com ela, mas que de qualquer forma tá servindo para manter muitas dessas pessoas que não tem atividade nenhuma, o mal necessário né?! A distribuição de alimento para quem não tem nada né?! ¹⁵²

Essa é a visão de muitos dos entrevistados. O MAB é muito vezes lembrando só pelas cestas básicas que ele distribui irregularmente, inclusive ainda coordenado por Maria de Fátima, pois é na casa de sua mãe que essas cestas são distribuídas.

Para Germano Barbosa no MAB:

Faltou uma renovação do quadro. Olha só sem uma oxigenação, organismo nenhum persiste; eu não digo que tem sido apenas estagnação não. Eu acho que foi desmonte mesmo. Eu acho que o MAB, para o que foi, hoje ele tá desmontado e me contraponha quem puder os dirigente atuais do MAB, mas por não ter sido oxigenado, por não ter sido mais(...)mais(...)participante, renovação do quadro, ele acabou perecendo. ¹⁵³

Apesar dele demonstrar uma certa incapacidade por não ter renovado o quadro, “oxigenado o movimento”, Germano não nega a contribuição e a gratidão que tem ao Abel, a Fátima e ao Osvaldo:

¹⁵¹Maria de Fátima. Entrevista já citada

¹⁵²Germano Barbosa. Entrevista já citada

¹⁵³Germano Barbosa. Entrevista já citada

Acho que a população de Pedro Velho deve muito a esses três. Empinaram a bandeira do movimento e levaram até hoje. Abel está fora realmente do movimento, eu soube, só lamento muito, mas talvez (...) eles tenham se distanciado, tenha relaxado ou descuidado mais do movimento pelas suas próprias atividades né?! Econômicas, laborais e não tenham tido mais tempo ou talvez até por desestímulo né? Você muitas vezes empreende um movimento, um projeto acreditando demais e a medida que o tempo vai passando e que as conquistas vão demorando ou não vem ou vão ficando mais difíceis de serem atingidas o teu, não digo interesse, mas o descrédito e você vai desmorecendo talvez tenha acontecido isso. Mas sempre é hora de retomar. Se fosse o caso dos que ainda hoje cuidam do MAB fazer aquilo que eu chamaria de mobilização(...) uma campanha né?! Uma campanha de mobilização né?! ¹⁵⁴

As evidências levam a crer que parece que houve de fato esse desestímulo. Questionada sobre essa questão e possível fim do movimento, Maria de Fátima afirma que:

Nada foi conquistado né?! Se a gente desde o início que a gente reivindica reassentamento (...) então isso não aconteceu ainda né?! No início a gente sabia que isso não ia acontecer de um dia pra noite é uma luta. Isso foi uma luta. Mas dizer que as nossas conquistas foram perdidas, não, a gente lutou. Só que antes, no começo do movimento eu tava desempregada, aí eu me dediquei muito, mas depois eu fui procurar meus horizontes né?! ¹⁵⁵

Creio que não seria possível afirmar que o movimento acabou e que não tiveram conquistas, os documentos e as falas dos entrevistados apontam para essas conquistas e a própria luta do movimento de acordo com Fernando Garcia foi a maior vitória do movimento:

Veja bem, eu sempre gosto de comparar com a luta pela terra (...) Toda vez que o MST conquista um assentamento é uma vitória parcial, entendeu?! Então você tem 40 casas construídas todo ano emplaca 4, 5 a conta gota né?! Mas emplaca. Então aquilo ali mantém (...) elas animam o movimento. No caso de Acauã, não tem vitórias parciais, entendeu?! Não tem vitória parcial (...). A indenização, a indenização, depois as pessoas viram que elas foram mal pagas, foi incompleta e que o governo prometeu que ia rever e não viu isso, entendeu?! Aí depois o que eu acho que tem de vitória do movimento é o movimento (...) o que o movimento foi capaz de fazer, entendeu?! (...) o principal feito deles é terem sido competentes enquanto organização, apesar das limitações digamos assim, entendeu?! ¹⁵⁶

Mesmo os militantes, Osvaldo e Abel, discordando do discurso do professor Fernando Garcia que não houve conquistas parciais no movimento parece que acabam corroborando com a idéia de que a maior conquista do movimento foi ele mesmo.

Osvaldo Bernardo da Silva, ex-morador de Pedro Velho e morador da Vila Nova de Pedro Velho, professor de História, casado e pai de 3 filhos, militante do MAB e que

¹⁵⁴Germano Barbosa. Entrevista já citada

¹⁵⁵Maria de Fátima. Entrevista já citada

¹⁵⁶Fernando Garcia. Entrevista já citada

atualmente reside em Campina Grande, mediante o fato de temer represálias por ser militante, me coloca o seguinte:

Antigamente eu me sentia representado por alguém, hoje em dia quem representa sou eu mesmo, ninguém me representa. Eu agradeço isso a organização popular porque se não fosse isso, eu esperava que alguém estivesse me representando (...)¹⁵⁷

A visibilidade que Osvaldo adquiriu mediante o fato de ser militante para ele surte de uma maneira muito positiva e também o ajudou na andamento judicial da morte de seu irmão Odilon. Segundo Osvaldo, ele teve acesso direto a todos os documentos legais e judiciais e que acompanha diretamente o processo que investiga os possíveis assassinos de seu irmão. Ele reitera que:

A visibilidade que a gente tem hoje aqui na Paraíba e no Brasil graças a mobilização do povo, ao MAB que se não fosse isso, olhe! Quem seria Osvaldo? Osvaldo é filho de Odilon e de Tereza, semi analfabeto, pobre. Quem que vai dar visibilidade a esse povo? Então hoje a gente tem essa visibilidade graças ao povo, ao povo organizado se não fosse isso a gente não tinha visibilidade nenhuma não e o respeito que se tem né?¹⁵⁸

Dessa forma, talvez, a maior conquista do movimento tenha sido o próprio movimento mesmo como me afirmou Fernando Garcia. Ainda de acordo com Osvaldo:

Eu acho que o movimento jamais vai se acabar(...) aqui na Paraíba, o MAB porque que queira ou que não tem uma faísca acesa aí e o povo não sabe a força que tem. A gente ver a grande problemática da desorganização em Pedro Velho e a gente entende porque né?!¹⁵⁹

Pelo que parece, a faísca acesa é o próprio Osvaldo, que, de acordo com Fernando Garcia, se não fosse ele o movimento já teria acabado.

157Osvaldo Bernardo da Silva. Entrevista já citada

158Osvaldo Bernardo da Silva. Entrevista já citada

159Osvaldo Bernardo. Entrevista já citada

Na guisa de algumas considerações

O conhecimento é pois um processo infinito,[...] um processo acumulando as verdades parciais que a humanidade estabelece nas diversas fases do seu desenvolvimento histórico: alargando, limitando, superando estas verdades parciais, o conhecimento baseia-se sempre nelas e toma-as como ponto de partida para um novo desenvolvimento (SCHAFF;1987:97).

Adam Schaff (1987) ao fazer referência à verdade absoluta e à verdade relativa, conclui que assim como o conhecimento é um processo, a verdade também o é, sendo a verdade um devir.

Dessa forma, saliento que o conhecimento não está nem no objeto nem no sujeito, mas na interação sujeito-objeto. Este modelo dialético traz repercussões importantes para pensar esta pesquisa que aqui vem se findando e levanta uma questão crucial ao ofício do historiador, qual seja ela a idéia de um conhecimento parcial, relativo à minha escolha e aos meus aportes teóricos. Uma verdade que está longe de ser totalizante ou a única a ser compreendida.

Assim sendo, ao buscar no dicionário o significado de acauã, encontro que é uma palavra indígena e que seu significado estaria relacionado a uma ave que, segundo a tradição popular nordestina, prenuncia a seca no sertão, fenômeno este que determinou todo o perfil existencial do sertanejo nordestino. De maneira que o processo de vida desses homens e mulheres foi submetido a esse carma natural, trazendo-lhes o flagelo histórico-social que, infelizmente, fez característico. Promovendo, pois, uma espécie de rótulo que se depreende da compreensão do que é ser nordestino. Esse fato, contudo, adaptou-se a uma forte expressão e se difundiu crítica e artisticamente na cultura brasileira. Traços inclusive na letra da música de Luiz Gonzaga:

Acauã, acauã vive cantando
Durante o tempo do verão
No silêncio das tardes agourando
Chamando a seca pro sertão
Chamando a seca pro sertão
Acauã,
Acauã,
Teu canto é penoso e faz medo
Te cala acauã,

Que é pra chuva voltar cedo
Que é pra chuva voltar cedo
Toda noite no sertão
Canta o João Corta-Pau
A coruja, mãe da lua
A peitica e o bacurau
Na alegria do inverno
Canta sapo, gaia e rã
Mas na tristeza da seca
Só se ouve acauã
Só se ouve acauã
Acauã, Acauã...¹⁶⁰

A música é uma manifestação artístico-cultural que permitem ao homem transmitir diferentes mensagens sejam elas informativas, amorosas, irreverentes ou como nesse caso ideológica, servindo de instrumento para lembrarmos de coisas significativas na nossa vida.

Assim o Acauã cantado e rimado por Luiz Gonzaga e Zé Dantas apresenta uma série de questões que julgo pertinente pensarmos aqui. A primeira a questão da falta de chuva no Nordeste, a ave acauã em períodos de inverno ela migra para outra região, a presença dessa ave é sinônimo de verão e, portanto de seca. Vejamos um trecho do poema de Gustavo Henrique Luna.

(...)

Sem ter a quem recorrer
O agricultor não espera
Na terra em que a morte impera
Não há nada que nascer
Ora pensando em ceder
Largar de vez o torrão
Ir em busca doutro chão
Quer viver de forma justa
A acauã de novo ilustra

¹⁶⁰Letra da música Acauã composta em 1952 por Zé Dantas e interpretada pelo grande nome da música regional nordestina, Luiz Gonzaga. A música retrata a tristeza da seca, simbolizada pelo canto de mau agouro do acauã, de acordo com a sabedoria popular.

Triste seca no Sertão

A tarde vai-se acabando
Quer testar o cupinzeiro
Da chuva adivinhadeiro
Um punhado tateando
A sorte se afastando
Não é boa indicação
Só lhe mostra sequeidão
Da terra que é injusta
A acauã de novo ilustra
Triste seca no Sertão

(...)

Corpo lasso e sol grosseiro
Compartilham a imagem
Da ave que traz coragem
Da borrasca o mensageiro
O tetéu surge ligeiro
Renovando a emoção
Da chuva a ressurreição
A ave agourenta expulsa
A acauã não mais ilustra
Triste seca no Sertão.¹⁶¹

Consciente do lugar e das subjetividades do autor, o poema aqui em representado por três estrofes apresenta uma série de subjetivações a respeito do homem nordestino, aqui figurado, particularmente no agricultor, esse que muitas vezes faz o seu plantio e por falta de chuva acaba perdendo sua lavoura. A propósito uma imagem bastante recorrente no Nordeste Brasileiro. Aborda o processo de migração que muitos se aventuram, a fome e a miséria. Mas algo permeia todo o poema, inclusive algo bem particular do nordestino, a questão folclórica. O canto de acauã, o serra-serra que serra o juazeiro, o aparecimento do tetéu, testar o cupinzeiro no início da noite todas essas passagens do poema revelam algo de prognóstico.

A história de vida desses homens e mulheres nordestinos sujeitos de minha pesquisa está, certamente, marcada pela construção da Barragem de Acauã. Ao acabarem praticamente com o rio Paraíba e expulsando os moradores das comunidades ribeirinhas, os técnicos de Acauã sinalizavam o início de bruscas transformações no espaço físico e na vida dos

¹⁶¹Poema de autoria do cearense Gustavo Henrique S. A Luna, tendo como título: A acauã de novo ilustra triste seca no Sertão, disponível no blog: <http://osrascunhos.blogspot.com/2010/01/poesia-acaua-de-novo-ilustra-triste.html> Acesso em 15 de Abril de 2011

habitantes da região. Em apenas 72 horas se daria a invasão das águas sobre os lugares de homens, mulheres, jovens, crianças e velhos de forma drástica, pois a água viria cobrindo paisagens, modificando histórias de vida construídas.

Nessa perspectiva, o presente trabalho objetivou, através da análise das múltiplas formas de memória, tomar conhecimento da percepção que os atingidos pela Barragem de Acauã fazem da construção desse reservatório.

O trabalho com as trilhas da memória, a luta e anseios desses sujeitos me possibilitou fazer uma leitura da história silenciada das transformações advindas da formação da barragem sobre as comunidades atingidas, pois: “nos recônditos da memória residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive das paisagens naturais ou construídas” (PELEGRINI;2006:116).

Assim, no decorrer da pesquisa, foi imprescindível buscar antigos hábitos e costumes nas memórias que se mantêm no presente; experiências que iam se refazendo nas lembranças quando estes sujeitos narravam às imagens as imagens do Rio do Paraíba, o plantio e o cultivo da agricultura e, sobretudo, as antigas maneiras de ser e de viver. A dimensão histórica, traduzida pela pluralidade e qualidade das experiências vividas por essas pessoas, demonstrou um conteúdo político que extrapola a reivindicação pelo lugar. A luta pelo direito à memória, à fala e à interpretação de suas histórias é, especialmente, a prática que questiona, de forma insistente, o projeto de modernidade que o governo estadual se utilizou e impôs à região, de tão alto preço para as suas vidas. Nesse sentido, reitero que ao longo deste estudo, as memórias deixam falar o viver e a experiência desses sujeitos, que, por sua vez, questionam verdades instituídas.

Dessa forma, ao recompor o passado, esses sujeitos se recusam ao esquecimento das autoridades e renegam a experiência da modernidade imposta às suas vidas. Através da narrativa que subsiste às transformações do tempo, homens e mulheres denunciam tramas tecidas no cotidiano, dando visibilidade às lutas contra a imposição do silêncio que paira sobre a história de suas vidas e indo contra as muitas propostas que insistem em não reconhecê-los.

Através da discussão do primeiro capítulo, percebe-se que se, oficialmente, a operação de deslocamento e reestruturação da população atingida pela barragem e Acauã nas novas comunidades foi a medida justa e eficaz pensada pelo governo do Estado para a população

diretamente atingida a percepção era diferente. A destruição de tantos espaços como mostra os depoimentos, foi também a desestruturação de modos de vida, de laços de amizade, de parentesco, enfim, de referências sociais fundamentais para a população.

Nesse sentido, a memória é, para o grupo, um suporte essencial que define os laços de identidade, pois une o passado ao presente e coloca em seu lugar o valor de cada experiência não contada ou silenciada na história oficial. A persistência da memória da população para além da memória oficial sobre esse episódio é uma das formas possíveis que esses sujeitos buscam para reescrever as experiências desse tempo.

Nesse caso, a memória de homens e mulheres é resistência; a resistência que interroga o moderno estampado em Acauã e, por isso, possibilita a leitura de um tempo em que o viver dos moradores estava marcado pela relação com o espaço. Nesse aspecto, as narrativas são lembranças que se tecem sobre a cultura modificada a partir da chegada da barragem.

Destarte, a imagem deixada a partir de 2002 nas recordações dos moradores que sofreram as maiores modificações trazidas pela construção de Acauã perpassa por um caminho marcado pela incerteza deixada após a formação da barragem. Se para o governo do Estado na construção de uma Paraíba moderna Acauã representaria o monumento, a pirâmide do progresso, que geraria o tão sonhado fornecimento de água e matava a sede da população, para os atingidos sua construção foi capaz de mostrar também a dura face das transformações advindas desse processo.

Nas reflexões do segundo capítulo, na tentativa de visualizar e interpretar o contexto que antecedeu a construção da barragem, bem como o seu projeto tentei esboçar um pouco do cotidiano vivido por aqueles homens e mulheres que viviam as margens de um rio e que dependiam exclusivamente destes.

Uma série de depoimentos saudosistas arrolha esse capítulo, nos possibilitando uma visão de paraíso perdido ou de oásis em meio a uma região seca. Visão esta construída pelos moradores dada a própria relação com a memória

Assim, as narrativas orais se colocavam, neste momento, como a resistência possível, como “contradiscurso”, pois contestavam a premissa do governo do Estado que a barragem era para matar a sede da população e que para pôr em prática seus projetos de desenvolvimento, colocava como válida a realização de qualquer prática, até mesmo a violação da condição de ser de tantas pessoas.

As experiências vividas dos atingidos pela barragem de Acauã sobrevivem nas

narrativas desses guardiões, os sábios narradores de que nos falou Walter Benjamim, pois tecem a história que não pode ser esquecida. A narrativa é, assim, missão daquele que reconta as experiências do grupo.

Dessa forma, as versões sobre a construção de Acauã e a formação do seu reservatório não se constituem em uma exclusividade da memória oficial daquela contada pelo governo do Estado, os atingidos vêm, ao longo desses anos, reelaborando suas próprias memórias, mostrando-se capazes de reinterpretar, enfrentar e negar a noção de história construída pela perspectiva oficial, na “condição” de sujeitos históricos.

Sujeitos estes que como expresse no terceiro capítulo forjam e lutam criando mediante suas experiências uma identidade de classe, um movimento social. O Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba, a militância então, torna-se algo concreto para aqueles homens e mulheres.

O Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba como trabalho no capítulo baseado em várias fontes que vão além dos depoimentos orais durante quase 8 anos o movimento esteve ativamente atuando e lutando perante o governo do Estado. Na atual circunstância o movimento encontra-se em estagnação, representado por uma só pessoa, Osvaldo Bernardo, que vem lutando para mantê-lo

Diante disso, me parece que o nome Acauã dado ao Açude Argemiro de Figueiredo soou de uma maneira bem eficaz. O rótulo de a ave que traria o agouro, a desgraça e a desolação acabou sendo impregnado a barragem que como tentei mostrar ao longo dos três capítulos a história daqueles homens e mulheres atingidos por essa barragem é constituída na base de direitos negados e muitos desses perdidos.

Entrevistas

ANDRADE, Abel Francisco. Morador de Vila Nova de Pedro Velho, 39 anos, professor, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens. Entrevista realizada na Ótica de Maria de Fátima em Aroeiras, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 23 de Maio de 2011. Aproximadamente: 1h20min

ARAÚJO, Maria de Fátima Lucena de. Ex-moradora de Pedro Velho, professora na comunidade de Riachão, comerciante, 47 anos, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens e atualmente reside entre Campina Grande e Aroeiras. Entrevista realizada na Ótica da entrevistada. Aroeiras, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 23 de Maio de 2011. Aproximadamente: 50min

BARBOSA, Germana . Aposentada, 84 anos, ex-moradora da antiga Pedro Velho e atualmente reside em João Pessoa. Entrevista realizada por Emeson Tavares da Silva, em 04 de Maio de 2011 na residência da entrevistada. Aproximadamente: 30min

BARBOSA, Germano. Ex-morador de Pedro Velho, comunidade submersa as águas de Acauã, tem 54 anos, jornalista de formação, atualmente é funcionário publico e mora em João Pessoa-PB. Entrevista realizada na praça de alimentação de shopping em João Pessoa, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 04 de Maio de 2011. Aproximadamente: 1h10min

FIRMINO, Francisco. (Seu Nino) Aposentado, 86 anos, ex-morador da antiga Pedro Velho e atualmente reside em João Pessoa. Entrevista realizada por Emeson Tavares da Silva, em 04 de Maio de 2011 na residência do entrevistado. Aproximadamente: 1h

OLIVEIRA, Fernando Garcia de. Entrevista realizada em 05 de Junho de 2011 por Emeson Tavares nas dependências da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba.. Aproximadamente: 1h15min

PEREIRA, Francisca Maria. Entrevista realizada em. 14 de Março de 2011 em Vila Nova de Pedro Velho. Concedida a Emeson Tavares da Silva. Aproximadamente: 25min

SILVA, Celma Maria da . Entrevista realizada em 14 de Março de 2011 na residência da entrevistada em Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras-PB. Concedida a Emeson Tavares da Silva. Aproximadamente: 40min

SILVA, Carlos Antonio da. Morador de Vila Nova de Pedro Velho, 30 anos, agricultor. Entrevista realizada na residência do entrevistado. Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 13 de Abril de 2011. Aproximadamente: 25min

SILVA, Erivaldo Barbosa. Estudante, 20 anos, morador de Vila Nova de Pedro Velho. Entrevista realizada em uma lanchonete de Campina Grande, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 16 de fevereiro de 2011. Aproximadamente: 40min

SILVA, Maria das Dores. Entrevista realizada em 25 de Maio de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras, Paraíba. Aproximadamente: 30min

SILVA, Fernanda. Moradora da comunidade Costa, dona de casa, 23 anos. Entrevista realizada na residência da entrevistada. Costa, Aroeiras, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 03 de Março de 2011. Aproximadamente: 45min

SILVA, Manoel Matias da. Morador de Melancia, agricultor, 28 anos. Entrevista realizada na residência do entrevistado. Melancia, Itatuba, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 03 de Março de 2011. Aproximadamente: 40min

SILVA, Maria Tereza da. Moradora de Vila Nova de Pedro Velho, aposentada, 68 anos. Entrevista realizada na residência da entrevistada. Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 11 de Abril de 2011. Aproximadamente: 35min

SILVA, Osvaldo Bernardo. Ex-Morador de Pedro Velho. Militante do Movimento dos Atingidos Por Barragens, Desempregado, 38 anos. Entrevista realizada na residencia do entrevistado em 13 de Junho de 2011. Concedida a Emeson Tavares da Silva. Aproximadamente: 30min

SILVA, Verônica. Moradora de Riachão, 34 anos, dona de casa. Entrevista realizada na

residência da entrevistada. Riachão, Natuba, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 03 de Março de 2011. Aproximadamente: 35 min

SOUZA, Francisco Andrade de. Entrevista realizada por Emeson Tavares em 13 de Abril de 2011 na residência do entrevistado. Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras-PB.

SOUZA, José de. Morador de Vila Nova de Pedro Velho, agricultor, aposentado, 85 anos. Entrevista realizada na residência do entrevistado. Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 11 de Abril de 2011. Aproximadamente: 30min

SOUZA, Severino de. Morador de Vila Nova de Pedro Velho, agricultor, 40 anos. Entrevista realizada na residência dos pais do entrevistado. Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 11 de Abril de 2011, Aproximadamente: 35min

TAVARES, Maria de Lourdes. Moradora de Vila Nova de Pedro Velho, professora aposentada, diretora de escola, comerciante, 52 anos. Entrevista realizada no bar da entrevistada. Vila Nova de Pedro Velho, Aroeiras, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 11 de Abril de 2011. Aproximadamente: 1h

VALENTE, Maria Pereira. Moradora de Melancia, dona de casa, 25 anos. Entrevista realizada na residência da entrevistada. Melancia, Itatuba, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 03 de Março de 2011. Aproximadamente: 40min

VASCONCELOS, Maria José. Moradora de Costa, 45 anos, dona de casa. Entrevista realizada na residência da entrevistada. Costa, Aroeiras, Paraíba. Concedida a Emeson Tavares em 03 de Março de 2011. Aproximadamente: 35min

FONTES IMPRESSAS

Matérias Jornalísticas

Água, obras hídricas levam alegria, esperança e desenvolvimento para mais de 3,5 milhões de paraibanos. *Revista Paraíba da Gente*. Paraíba. 3d. 2010. p.5

Construção de Acauã deixa famílias na miséria. *Jornal Da Paraíba*. Paraíba. Domingo. 1 de setembro de 2002

Barragem de Acauã. Tragédia e Violação dos direitos humanos. *Jornal do MAB*. Abril de 2009. p.7

Estado paga amanhã indenizações de Acauã. *Jornal da Paraíba*. Campina Grande. Quinta-Feira, 24 de Julho de 2003

Vitimas do Descaso. *Diário da Borborema*, Campina Grande-PB. E4. Domingo. 14 de Março de 2004

Acauã: sem adutora, água está poluída. *Jornal da Paraíba*. Paraíba. Cidades. Domingo, 31 de agosto de 2003

Barragem/ Os atingidos com a construção exigem pagamento. Moradores de Pedro Velho reivindicam indenizações. *Jornal da Paraíba*. Paraíba, Sexta-Feira, 24 de Maio de 2002.

Acauã: sem adutora, água está poluída. *Jornal da Paraíba*. Paraíba. Cidades. Domingo, 31 de agosto de 2003

Água, obras hídricas levam alegria, esperança e desenvolvimento para mais de 3,5 milhões de paraibanos. *Revista Paraíba da Gente*. Paraíba. 3d. 2010. p.5.

Poemas e Letra de Música

Poema: A acauã de novo ilustra triste seca no Sertão de Gustavo Henrique S. A Luna

Música: Acauã de Luiz Gonzaga

Música composta por Abel Andrade em 2002. Difícil a vida lá

FONTES AUDIO VISUAIS

Documentário: Canto de Acauã. Produzido em 2009 pelo Movimento dos Atingidos por Barragens

Filme: Narradores de Javé. Dirigido por Eliane Caffé, produzido em 1999

DOCUMENTOS OFICIAIS

ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Atlas Nordeste – Abastecimento urbano de água: alternativas de oferta de água para as sedes municipais da região Nordeste do Brasil e do norte de Minas Gerais. Resumo executivo. Brasília: ANA, SPR. Disponível on-line: <www.ana.gov.br>. Acesso em janeiro de 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ACAUÃ. Pontos da pauta dos atingidos pela Barragem de Acauã. João Pessoa, 28 de Maio de 2002. In. OLIVEIRA, Fernando Garcia., ANDRADE, Abel, Silva, Osvaldo, LUCENA, Maria de Fátima. Dossiê Barragem de Acauã: situação da população atingida. Pedro Velho. Aroeiras. 19 de Abril de 2007. 20p

CARTA DENÚNCIA DOS MORADORES DE PEDRO VELHO. Nota dos moradores do Sítio Pedro Velho, Aroeiras, 18 de Fevereiro de 2002. In. OLIVEIRA, Fernando Garcia., ANDRADE, Abel, Silva, Osvaldo, LUCENA, Maria de Fátima. Dossiê Barragem de Acauã: situação da população atingida. Pedro Velho. Aroeiras. 19 de Abril de 2007. 20p

COLETIVO DE PROFESSORES E ESTUDANTES DA UFPB. A situação das famílias atingidas pela Barragem de Acauã. Release. Campina Grande, 22 de Março de 2002. In. OLIVEIRA, Fernando Garcia., ANDRADE, Abel, Silva, Osvaldo, LUCENA, Maria de Fátima. Dossiê Barragem de Acauã: situação da população atingida. Pedro Velho. Aroeiras. 19 de Abril de 2007. 20p

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA

GRANDE “...Será um campo de concentração moderno?!”. Campina Grande. Fevereiro de 2004. In. OLIVEIRA, Fernando Garcia., ANDRADE, Abel, Silva, Osvaldo, LUCENA, Maria de Fátima. Dossiê Barragem de Acauã: situação da população atingida. Pedro Velho. Aroeiras. 19 de Abril de 2007. 20p.

COMISSÃO ESPECIAL DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Relatório de visita ao Estado da Paraíba e aos assentamentos decorrentes da implementação da Barragem de Acauã. Sem Local: Não Publicado, 07 de Maio de 2007, 23p.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA. SEMARH. SECRETARIA EXTRAORDINARIA DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS HIDRICOS E MINERAIS. Relatório: Situação atual das comunidades da Barragem de Acauã. João Pessoa, SEMARH, 2004, 6p

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA. SEMARH. SECRETARIA EXTRAORDINARIA DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS HIDRICOS E MINERAIS. **Estudo de Impacto Ambiental da Barragem de Acauã (EIA)**. Vol.1. João Pessoa. SEMARH, 2000. 266p

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. **MPF realiza audiência pública em Aroeiras com atingidos pela barragem de Acauã**. João Pessoa, 22 de Novembro de 2004a . Disponível em <http://www.prpb.mpf.gov.br/> Acesso em 18 de outubro de 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. MPF ouvirá deslocados da Barragem de Acauã em audiência pública. . João Pessoa, 11 de Novembro de 2004b . Disponível em <http://www.prpb.mpf.gov.br/> Acesso em 18 de outubro de 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA. PROCURADORIA REGIONAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. Minuta do Termo de Compromisso de ajustamento de conduta e assunção de obrigações celebrado perante o Ministério Público Federal na Paraíba. Sem Local. Não Publicado.Sem data. 5p.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Sonia Maria de. **O patrimônio Histórico Arqueológico de Serra da Mãe: A construção de uma nova paisagem.** São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Geografia) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. Tempos de crise e decadência na economia paraibana (1945 – 1964). In: GURJÃO, Queiroz Eliete de, LIMA, Damião Et. all. **Estudando a História da Paraíba.** Campina Grande: EDUEP, 2001

ASSIS, Luis Guilherme Resende de. **Às Margens da UHE Corumbá IV, Goiás, Brasil:** desafios antropológicos entre redes, enclaves, cosmografias e moralidades. Brasília, 2007 . Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília.

AZEVEDO, Maria Helena Lacerda. **Itaparica:** O futuro de um povo. A expropriação do espaço de trabalho pelo Estado para o capital. São Paulo, 1991. Dissertação de Mestrado. FFLCH, Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo.

BOSI, Antonio de Pádua. **As águas das cidades(1850-1920):** Usos e negócios. Historia e Perspectivas. n.36, 37. Uberlândia; EDUFU, 2007. p.109-132

CABRAL FILHO, Severino. **A Cidade Revelada:** Campina Grande em Imagens e Historia. Campina Grande.EDUFCG, 2009

CARDOSO, C. Flamarion Cardoso, VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, Anelise Maria Muller de & FLORIO, Marcelo. **A literatura como documento histórico** In: **Revista D'Art** nº.02. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura, 1998, p.40-44.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre a. História e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

CRUZ, Heloisa de Farias e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa**. Projeto História n. 35. São Paulo; EDUC, 2007.

FENELON, D. Ribeiro. **Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação**. In: Projeto história 4. São Paulo: Educ. 1989.

FONTANA, Josep. **História, análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSBAWN. Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

GUEDES, M. J. F. **Gerenciamento da demanda de água**: Proposta de alternativas na Escala de uma cidade . Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande. 2009

IORES, Antonio Augusto Rossoto. **Água, exclusão, mercado e cobrança**: um debate necessario. Texto apresentado no I Simposio de Recursos Hidricos do Sul-Sudeste, 2006. Disponível em. <www.mabnacional.org.br> Acesso em 13 de maio de 2011

KHOURY, Yara Aun. **Muitas Memórias, Outras Histórias** : Cultura e o Sujeito na História. In. FENELON, Déa Ribeiro, ANTUNES, Laura, ALMEIDA, Paulo Roberto, KHOURY, Yara Aun(orgs) **Muitas Memórias, Outras Histórias**. Ed. Olho D'Água. São Paulo. 2005

_____. **Narrativas orais na investigação da historia social.** Projeto História n. 22. São Paulo; EDUC, 2001.

LINS, Ruceline Paiva. **Limninologia da Barragem de Acauã e codeterminantes socioeconomicos do seu entorno:** uma nova interação do limnólogo com sua unidade de estudo. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Centro de Ciencias Exatas e da Natureza. UFPB. João Pessoa, 2006. 134p

MASSEI, Roberto Carlos. **A construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita e a relação homem-natureza:**vozes dissonantes, interesses contraditórios -(1940-1970). São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em História). Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Pontificia Universidade Católica de São Paulo.

MEDEIROS, Edileuza Custodio Rodrigues de. **Registro da Atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens nos Reassentamentos de Acauã:** A alfabetização de jovens e adultos. Tese (Doutorado em Educação) Centro de Ciencias Sociais Aplicadas. UFRN. Natal, 2010

OLIVEIRA, Fernando Garcia de. **Relatório do Primeiro Encontro dos Atingidos pela Barragem de Acauã,** Pedro velho, Aroeiras-PB: Não publicado, 21 e 22 de Dezembro de 2002. 23p.

PORTELLI, Alessandro. **O momento da minha vida:** funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa et al. **Muitas Memórias, Outras Histórias.** São Paulo: Olho D'água, 2004.

_____. **Tentando aprender um pouquinho sobre historia oral.** Projeto História n. 15. São Paulo; EDUC, 1997.

RÊGO, J. C.; RIBEIRO, M. M. R; ALBUQUERQUE, J. P. T. **Participação da sociedade na crise 1998-2000 no abastecimento de água de Campina Grande, Brasil.** In: IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas. ABRH: Foz do Iguaçu. (CR-ROM). 2001.

SANTANA, P. J. **Águas: legislação e políticas para uma utilização racional**. O caso dos irrigantes do Açude Epitácio Pessoa – Boqueirão – Paraíba – Brasil. Campina Grande, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade). Universidade Estadual da Paraíba.

SANTOS, Ana Paula dos. **Lago de Memórias: A submersão das Sete Quedas**. Maringá, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

SILVA, Marilene Bernardo. **Educação Ambiental nos reassentamentos de Acauã**. Campina Grande-PB. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Pedagogia. Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA.

SOUSA, Adinari Moreira de. **Os atingidos pela Barragem de Acauã PB e sua inserção político-pedagógica no movimento de luta por direitos sociais**. São Luis: 3a. Jornada Internacional de Políticas Públicas (Anais), 2007

THOMPSON E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria e um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

_____. **O tempo, a disciplina no trabalho e o capitalismo industrial**. In: SILVA T. Tadeu (org). Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

_____. **O Termo Ausente: Experiência** In A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

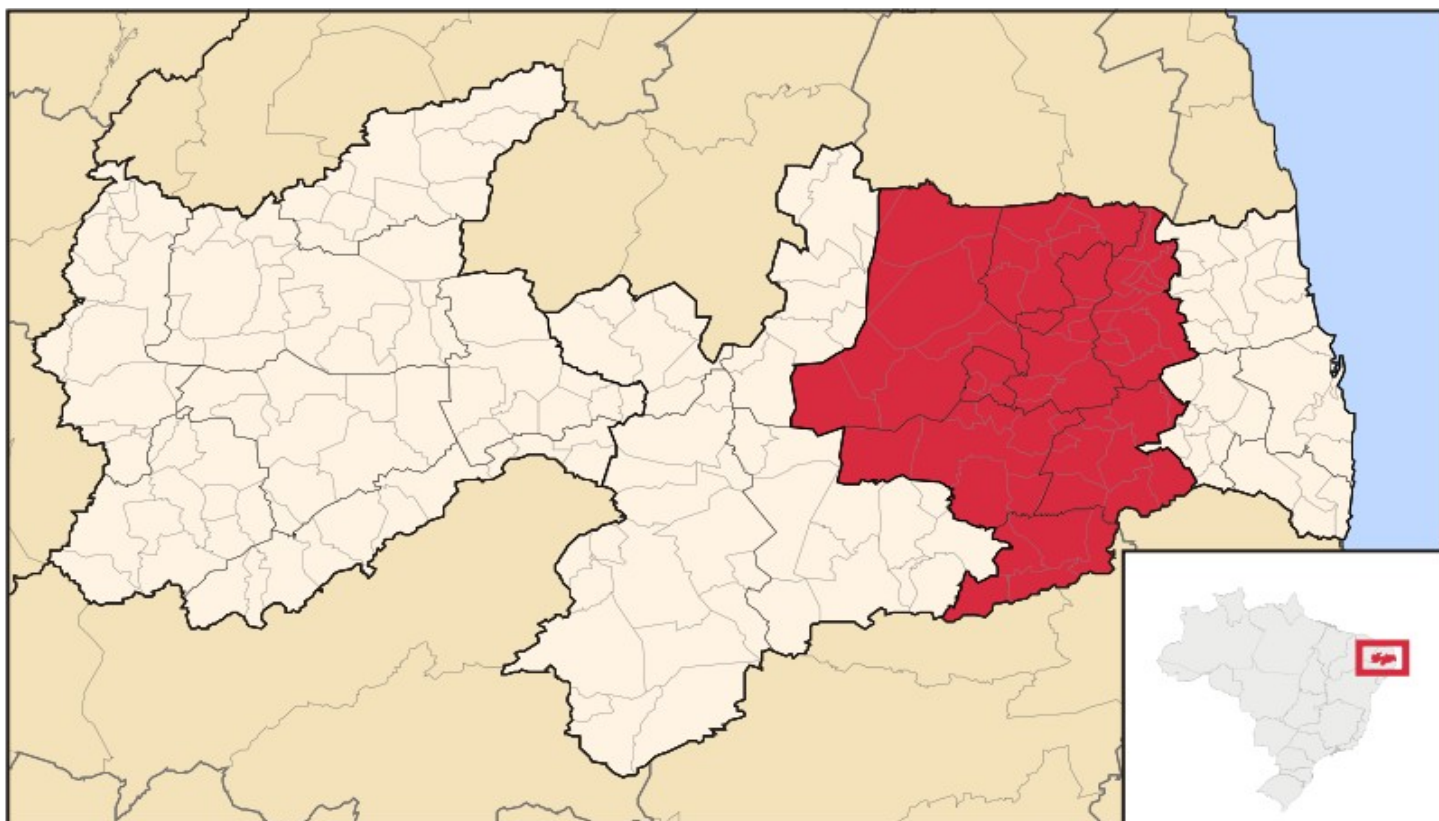
VAINER, Carlos B.; ARAÚJO, Frederico G. B. **Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas**. Revista Travessia, n. 6, jan..abr., 1990.

WILLIAMS, Raymond. **Campo e Cidade: na História e na Literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 1989

_____. **Marxismo e Literatura**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1979

ANEXOS

Mapa 1: Mesorregiões Geográficas
Agreste Paraibano
Reproduzido de Atlas Escolar Paraíba, 2002



Mapa 2: Localização da Barragem de Acauã
Aroeiras-Natuba-Itatuba
Elaborado por Thomas Bruno Oliveira, 2011

